UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS GEOGRÁFICA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

José Plácido da Silva Junior

"ILHADOS" PELA CANA, "SUSPENSOS" PELA USINA, "ASSITUADOS" PELA VIDA:

DES-TERRITORIALIZAÇÃO E RESISTÊNCIA DE UMA COMUNIDADE DE PESCADORES ARTESANAIS NO ESTUÁRIO DO RIO SIRINHAÉM, SIRINHAÉM - PE

Recife
2011

JOSÉ PLÁCIDO DA SILVA JUNIOR

“ILHADOS” PELA CANA, “SUSPENSOS” PELA USINA, “ASSITUADOS” PELA VIDA:

DES-TERRITORIALIZAÇÃO E RESISTÊNCIA DE UMA COMUNIDADE DE PESCADORES ARTESANAIS NO ESTUÁRIO DO RIO SIRINHAÉM, SIRINHAÉM- PE

Dissertação apresentada como exigência do Curso de Pós-Graduação em Geografia, da Universidade Federal de Pernambuco como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Geografia.

Orientador: Dr. Caio Augusto Amorim Maciel

Recife
2011

Catalogação na fonte
Bibliotecária Maria do Carmo de Paiva, CRB4-1291

S586i Silva Júnior, José Plácido da.
"Ilhados" pela cana, "suspensos" pela usina, "assituados" pela vida : des-territorialização e resistência de uma comunidade de pescadores artesanais no estuário do rio Sirinhaém, Sirinhaém-PE / José Plácido da Silva Júnior. – Recife: O autor, 2011.
136 f. : il. ; 30 cm.

Orientador: Prof. Dr. Caio Augusto Amorim Maciel.
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco. CFCH. Programa de Pós–Graduação em Geografia, 2011.

Inclui bibliografia e anexos.

1. Geografia. 2. Geografia humana. 3. Territorialidade humana. 4. Pesca artesanal. 5. Pescadores – Sirinhaém (PE). I. Maciel, Caio Augusto Amorim (Orientador). II. Titulo.

910 CDD (22.ed.) UFPE (CFCH2011-21)

JOSÉ PLÁCIDO DA SILVA JÚNIOR

“ILHADOS” PELA CANA, “SUSPENSOS” PELA USINA, “ASSITUADOS” PELA VIDA:

DES-TERRITORIALIZAÇÃO E RESISTÊNCIA DE UMA COMUNIDADE DE PESCADORES ARTESANAIS NO ESTUÁRIO DO RIO SIRINHAÉM, SIRINHAÉM- PE

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Caio Augusto Amorim Maciel
Universidade Federal de Pernambuco - UFPE
ORIENTADOR

Prof. Dr. Cláudio Ubiratan Gonçalves
Universidade Federal de Pernambuco - UFPE

Prof. Dr. Carlos Walter Porto Gonçalves
Universidade Federal Fluminense - UFF

Recife
2011

DEDICATÓRIA

Dedico este estudo as diversas campesinidades des-territorializadas, des-terradas, des-enraizada, des-aguadas da Zona da Mata pernambucana. A terra encharcada de sangue clama por justiça!

Dedico às comunidades camponesas que teimam em existir, pois, o "mar" de cana tenta a todo custo, naufragar o barco que conduz à utopia. O sonho não morreu!

Dedico em especial, aos pescadores e as pescadoras artesanais, que habitavam as Ilhas do estuário Rio Sirinhaém, sujeitos desta pesquisa. Pois, o exemplo de re-existência e luta nos mostram a possibilidade de construção de um mundo justo. Seu modo de vida e a relação que estabeleceram com o ambiente natural, que não é natural, norteiam para uma existência duradoura no chamado planeta terra, que também é de água.

AGRADECIMENTO

Agradeço a Camila e Raul sementes do amanhã e a Rosa companheira na construção de um mundo justo, pela paciência e compreensão desta empreitada.

A meu Pai e a minha Mãe que é um exemplo de humildade, perseverança e fé. Da mesma forma agradeço aos meus irmãos pelo apoio.

A Caio Maciel que provocou questionamentos e ricos debates. Sempre tive a impressão que Caio nunca se preocupou apenas com seus orientandos e os "produtos" dos mesmos, e sim com a pessoa humana. Foi uma vivência de muito aprendizado.

Agradeço também ao professor Cláudio Ubiratan e ao professor Carlos Walter por terem aceitado a fazerem parte desta banca que infelizmente poucos brasileiros e poucas brasileiras passam por esse momento.

A todos os professores e professoras que contribuirão para formação acadêmica e humana, em especial nestes dois anos de pesquisa.

Aos camaradas e as camaradas do Partido Comunista Brasileiro – PCB. A construção de um novo mundo não é apenas uma possibilidade, é uma necessidade.

A todos e a todas que fazem a Comissão Pastoral da Terra. A missão da CPT move nossos gestos e ações na construção do Reino do Céu aqui na Terra. Terra de Deus, terra de irmãos!

A Girlan, Allan e Nadeje que contribuíram com seus dons para esta pesquisa.

Ao Frei Sinésio, Frei Edson e Frei Cacareco, que sempre mantiveram as portas do Convento abertas às causas justas do povo.

A Antônio do Oiteiro, ao Irmão da Carapeba, a Flávio da associação dos pescadores, a Ronaldo, Danda, Arlene e todos e todas que fazem a Colônia de Pescadores de Sirinhaém, por terem contribuído com suas experiências de vida, seus depoimentos e nossa andança pelas Ilhas e periferias de Sirinhaém.

As Irmãs Franciscana de Sirinhaém e ao Pe. Fabrício. Nelas e nele acreditamos na construção de uma Igreja dos pobres.

A todos e todas que compõe o Laboratório de estudos sobre Espaço e Cultura - LECgeo. Os debates e o convívio foram de suma importância para nosso processo de aprendizado.

Agradeço aos ex-moradores das Ilhas do estuário do Rio Sirinhaém que foram expulsos das terras da união. Infelizmente tive que estudar o processo de suas des-

territorialização. Vou gosta de estudar a volta de vocês para as Ilhas!

Em especial a Maria das Dores e Maria de Nazareth, que com sua luta e seus exemplos de vida nos anima na caminhada, pois, "*nada causa mais temor à ordem, do que mulheres que lutam e sonham*" (José Martí).

"*Do rio que tudo arrasta, diz-se que é violento. Mas ninguém chama violentas às margens que comprimem*".

Bertolt Brecht

RESUMO

Este estudo procurou compreender as tensões territoriais entre a comunidade de pescadores artesanais e a Usina Trapiche no estuário do Rio Sirinhaém, na Zona da Mata de Pernambuco e o processo de des-territorialização da comunidade em tela.

Estas tensões territoriais demonstram os interesses de classes nesta Região de Pernambuco. Região marcada pelo monocultivo da cana-de-açúcar e pela concentração da terra sobre hegemonia do capital sucroalcoolerio, esse se constituindo sobre os territórios camponeses existentes nesta Região.

Abordamos nesta pesquisa o modo de via dos Ilhéus, quando do tempo que habitavam as ilhas, seus jeitos de se relacionar com o ambiente natural, as formas de apropriação deste espaço, ou seja, sua territorialidade. Decorremos também sobre o processo de des-territorialização/re-territorialização que ocasionou um impacto negativo nas vidas das famílias que viviam nas Ilhas do estuário do Rio Sirinhaém. Ao serem expulsos das Ilhas pela Usina Trapiche, os Ilhéus se re-territorializam de forma precária nas periferias da cidade de Sirinhaém afetando seu modo de vida, seus jeitos de ser.

Por fim, tecemos alguns comentários a respeitos do processo de des-territorialização/re-territorialização sofrido pela comunidade de pescadores, bem como fizemos sugestões a cerca do tema, dos sujeitos envolvidos nesta pesquisa e do conceito de território.

Palavras-chave: Tensões territoriais – Monocultivo – Territorialização – pesca artesanal.

ABSTRACT

This study sought to understand the tensions between the territorial community of fishermen and Trapiche Sirinhaém in the estuary of the Zona da Mata of Pernambuco and the process of de-territorialization of the community fabric.
These tensions demonstrate territorial interests of classes in this region of Pernambuco.Region marked by the monoculture of sugar cane and the concentration of land on the hegemony of capital sucroalcooleiro, this constituting the territory of existing farmers in This region.
We approach this research mode via the Islanders, when the time who inhabited the islands, their ways of relating to the natural environment, forms of ownership of this space, its territoriality. It is also clear about the process of des-territorializationI/re-territorization which caused a negative impact on the lives of families living on the Islands Sirinhaém River estuary. Upon being expelled from the Trapiche Islands, islanders re-territorialize precariously on the outskirts of the city of Sirinhaém affecting their livelihoods, their ways of being.
Finally, we make some comments about the process of des-territorialization/re-territorialization suffered by the fishing community, and made suggestions about the topic, the subjects involved in this research and the concept of territory.

Keywords: territorial tensions - Monoculture - Territorialization - fishing.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01	Produção de lavouras temporárias na Zona da Mata – PE	27
Gráfico 02	Ocupações de terra em Pernambuco: período 1988 - 2008	42
Gráfico 03	Assassinatos no campo em Pernambuco 1985 – 2005 – Comparação entre Pernambuco e a Zona da Mata do Estado	72
Gráfico 04	Localização em que vivem as famílias expulsas das Ilhas de Sirinhaém	101
Gráfico 05	Famílias que vivem em Sirinhaém Sede, Sirinhaém, PE – Percentagem das Ilhas em que as famílias viviam antes.	102
Gráfico 06	Famílias que vivem no povoado de distrito de Santo Amaro, Sirinhaém, PE – Percentagem das ilhas em que as famílias viviam antes.	102
Gráfico 07	Famílias que vivem no distrito de Barra de Sirinhaém, Sirinhaém, PE – Percentagem das Ilhas em que as famílias viviam antes.	103
Gráfico 08	Gráfico das ilhas ocupadas pelas famílias antes da expulsão	104
Gráfico 09	Renda Mensal das Famílias, quando ocupavam as Ilhas	106
Gráfico 10	Renda das Famílias de Ex-moradores das Ilhas	106
Gráficos 11 e 12	Famílias de Ex-moradores das Ilhas, envolvidas com a Atividade Pesqueira no Estuário.	107
Gráficos 13 e 14	Relações de Trabalho das Famílias de Ex-moradores das Ilhas, envolvidas com Atividade Pesqueira no Estuário.	108
Gráficos 15 e 16	Famílias de Ex-moradores das Ilhas envolvidas com a Criação de Animais	109
Gráficos 17 e 18	Famílias de Ex-moradores das Ilhas envolvidas com a Agricultura de Subsistência	109
Gráficos 19 e 20	Famílias de Ex-moradores das Ilhas envolvidas com o Cultivo de Árvores Frutíferas	110
Gráficos 21 e 22	Renda Mensal (em Salários-mínimos) obtida pelas Famílias de Ex-moradores das Ilhas, por meio de Atividades Complementares.	111

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Produção por ambiente e total (em toneladas) e participação relativa (%) da pesca extrativa e da aqüicultura marítima e de água doce, no período de 1994 a 2001* (em 1.000 toneladas).	47
Quadro 2	Dados gerais da pesca artesanal em Pernambuco	48
Quadro 3	Assassinatos no campo em Pernambuco 1980 – 2005 – Comparação entre Pernambuco e a Zona da Mata do Estado	71

LISTA DE MAPAS

Mapas 01, 02,03	Mapas 01, 02 e 03: Localização do Brasil com destaque para Pernambuco. Localização do Estado de Pernambuco com destaque para a Zona da Mata. Localização da Zona da Mata e Região Metropolitana de Recife – Pernambuco	23
Mapa 04	Estuário do rio Sirinhaém – antigos locais de ocupação dos moradores das Ilhas	52
Mapa 05	Representação do deslocamento das famílias dos antigos locais de moradia no estuário do rio Sirinhaém para a periferia da cidade de Sirinhaém	100

DOCUMENTOS ICONOGRÁFICOS

Foto 1	Queima da cana. Além de vermos a queima da cana-de-açúcar e a fumaça produzida por essa ação, podemos observar também que o processo de regeneração da mata se encontra comprometida com essa prática.	31
Foto 2	Trabalhadores realizando o corte da cana muito próximo a cana que está sendo queimada. É possível perceber a ausências de equipamentos básicos de segurança como luva e óculos.	31
Foto 3	Peixe morto em função do derrame do vinhoto em um dos rios do açúcar.	32
Foto 4	Solo nu em função da queimada e o processo de erosão. Vemos também a formação de ravinas.	33
Foto 5	Canaleta aberta para o derrame de vinhoto.	35
Foto 6	O preparo do solo para o monocultivo canavieiro onde existia uma comunidade nas terras do Engenho Prado, Tracunhaém, PE	36
Foto 7	Dona Dijanete Cristina dos Santos, ex-ilhéu, que morava na ilha Constantino, e foi expulsa pela Usina Trapiche, vendendo caranguejo na feira de Sirinhaém. Apesar de não morar próxima do manguezal, ainda exerce a prática da pesca artesanal e abastece a feira local.	54
Foto 8	Feira de peixe dentro do mercado público no município de Sirinhaém.	55
Foto 9	Esta foto foi tirada na década de 1980, pelos Franciscanos de Sirinhaém que acompanhavam a comunidade de pescadores e pescadoras que vivam nas ilhas do estuário do rio Sirinhaém. A foto nos mostra um senhor fazendo ou ajeitando um apetrecho de pesca. No entanto esta atividade está sendo acompanhada por toda a família, desde a esposa e os filhos e filhas, proporcionando o conhecimento desta arte ser repassado para os demais da família, podendo ser assim, o conhecimento tradicional, seguir de geração em geração.	57

Foto 10	Nesta foto tirada no Rio Sirinhaém podemos ver a pesca artesanal praticada pela família. Vimos à esquerda, o senhor mais velho, que é o pai dos demais.	59
Fotos 11, 12, 13 e 14	Destruição dos locais de sítios dos Ilhéus	75
Fotos 15, 16, 17 e 18	Fruteiras cortadas, casas destruídas, pessoas correndo no canavial e um pivô para sendo instalado para irrigação	74
Foto 19	Canal para condução do vinhoto produzido pela usina Trapiche nas margens do manguezal. Além do canal podemos ver a pressão do plantio da cana-de-açúcar exercendo sobre esse ecossistema.	89
Foto 20	Utilização de fertirrigação nas margens do manguezal, área que seria de restinga e que compõe o ecossistema manguezal. Além da fertirrigação, vemos plantio de cana nesta área.	91
Foto 21	Maria das Dores (Graça) e Maria de Nazareth na Ilha Constantino, uma das 17 Ilhas do estuário do Rio Sirinhaém. Esta foto foi tirada dois meses antes das duas serem expulsas da Ilha, em decorrência de uma ordem judicial.	93
Foto 22	A casa de Maria das Dores destruída após sua expulsão da Ilha Constantino no final de 2010. Ao redor árvores frutíferas que compunha o sítio o sistema de morada nas Ilhas.	96
Foto 23	Maria de Nazareth segura três cajus enfrente da sua casa após sua expulsão no final de 2010. Observam-se as fruteiras e o manguezal no último plano da foto.	96
Foto 24	Distrito de Santo Amaro de Baixo, um dos lugares onde vivem alguns ex-ilhéus que foram expulsos pela Usina Trapiche do Estuário do Rio Sirinhaém, Sirinhaém – PE. Podemos ver as ruas sem calçamento e as casas ainda não concluídas, tendo apenas a parede da frente rebocada.	107
Foto 25	Vila Casado, distrito de Barra de Sirinhaém, Sirinhaém – PE, um dos locais de maior concentração de moradores das Ilhas que foram expulsos. Podemos ver as casas conjugadas sem nenhum espaço para plantar ou criar animais de pequeno porte como acontecia anteriormente. Vimos ainda a rua sem calçamento e os fios muito baixo causando sério perigo de curto circuito ou de alguém sofrer um acidente.	112

LISTA DE SIGLAS

CIPOMA -	COMPANHIA INDEPENDENTE DE POLICIAMENTE AO MEIO AMBIENTE
CPRH -	AGÊNCIA ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS
CPT -	COMISSÃO PASTORAL DA TERRA
FETAPE -	FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
IBAMA -	INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
IBGE -	INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA
IDH -	ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO
INCRA -	INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA
IPEA -	INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA
LECgeo -	LABORATÓRIO DE ESTUDOS SOBRE ESPAÇO E CULTURA
PDA -	PLANO DE DESENVOLVIMENTO DO ASSENTAMENTO
RESEX -	RESERVA EXTRATIVISTA
SUDENE -	SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE
UFPE -	UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
UFRPE -	UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO

SUMÁRIO

INTRODUÇAO 17

1 CAPÍTULO 1 – A ZONA DA MATA PERNAMBUCANA 21

1.1 HISTÓRICO DE OCUPAÇÃO DA CANA 24

1.1.1 O Pró-alcool 25

1.2 A EXPANSÃO DA CANA E SUAS CONSEQÜÊNCIAS 26

1.2.1 Panorama social 26

1.2.2 Panorama ambiental 29

1.3 CAMPESINIDADES NA ZONA DA MATA DE PERNAMBUCO – ILHAS DE RESISTÊNCIA: MARCAS DO PASSADO E DO PRESENTE 37

1.3.1 Assentamentos de reforma agrária: as "novas ilhas de resistência", territórios em construção 42

1.3.2 Os pescadores e pescadoras artesanais 45

1.3.2.1 A pesca artesanal no litoral pernambucano 47

2 A OCUPAÇÃO DOS ILHÉUS: Sua territorialidade 50

2.1 CONHECIMENTO TRADICIONAL 55

2.2 VIDA DE "BARRIGA CHEIA" 59

3 CONFLITOS, EXPULSÕES E RESISTÊNCIAS NO ESTUÁRIO DO RIO SIRINHAÉM 64

3.1 A ILHA NA SÃO FATOS ILHADOS 67

3.2 A PRIMEIRA TENSÃO TERRITORIAL: TENTATIVA DE EXPULSÃO DAS FAMÍLIAS NA DÉCADA DE 1980 74

3.3 O SEGUNDO MOMENTO DA MESMA TENSÃO TERRITORIAL: A EXPULSÃO SE CONCRETIZA 78

3.3.1 As expulsões: várias formas, mesmo objetivo 78

3.3.2 Os "acordos" da guilhotina com o pescoço 80

3.3.3 As perdas e saudades em decorrência das expulsões 82

3.3.4 Motivo das expulsões 85

3.3.4.1 O "mar" de cana-de-açúcar 85

3.3.4.2 Poder de fiscalização dos Ilhéus 87

3.4 A INSISTÊNCIA DE DUAS FAMÍLIAS 93

4 ONDE VIVE O POVO DAS ILHAS?: RE-TERRITORIALIZAÇÃO DOS ILHÉUS 98

4.1 IMPACTOS NEGATIVOS NO PROCESSO DE DES-TERRITORIALIZAÇÃ DAS FAMÍLIAS 105

4.2 AS MUDANÇAS NA VIDA DAS FAMÍLIAS: O QUE DIZ A USINA E O QUE FALA O POVO 112

4.2.1 “A proteção ao mangue só era possível com a retirada das famílias das ilhas”: quem destruía mesmo? 114

4.2.2 A expulsão dos moradores e das moradoras das ilhas representou uma melhoria na qualidade de vida das famílias”: será? 116

4.2.3 As famílias mesmo morando na rua podem pescar no estuário: como? 120

5 CONSIDERAÇÕES PARA DEBATE 123

REFERÊNCIAS 128

ANEXOS 132

INTRODUÇÃO

Esta dissertação é resultado da pesquisa de Mestrado em Geografia, realizada no âmbito da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e que teve como orientador o professor Caio Augusto Amorim Maciel, contando com o apoio da FACEPE e do LECgeo – Laboratório de estudos sobre Espaço e Cultura. O estudo procurou entender, à luz dos conceitos da ciência geográfica, o processo de des-territorialização de uma comunidade de pescadores e consequentemente as mudanças na vida das pessoas que moravam nas 17 ilhas do estuário do Rio Sirinhaém, no município de mesmo nome, Zona da Mata de Pernambuco.

O estudo deste conflito demonstra que há uma diversificação de territorialidades na Zona da Mata e que o processo de territorialização desta região se deu / se dá sob hegemonia do capital sucroalcoolerio, se apropriando dos territórios camponeses que existiam / existem. Essa invasão das terras se intensifica nos períodos de expansão da produção de cana-de-açúcar, como ocorreu ao longo deste conflito.

Para entender tais processos de territorialização do capital sucroalcoolerio e consequentemente a des-territorialização/re-territorialização dos camponeses, optamos por trazer para o centro do debate o conceito de território numa perspectiva geográfica renovada e preocupada com aspectos sociais e culturais.

Para Rogério Haesbaert, "*enquanto geógrafos estamos preocupados em elucidar as questões atinentes à dimensão espacial e à territorialidade enquanto componentes indissociáveis da condição humana*" (HAESBAERT, 2007. p.19).

Em acréscimo, o professor Carlos Walter Porto-Gonçalves[1] nos lembra que "*o conceito de território tem que ser entendido como um conceito em disputa*", pois vimos governos, agências multilaterais como o Banco Mundial, dentre outros sujeitos, utilizando-se deste conceito, ainda que em perspectivas divergentes. Porto-Gonçalves lembra que o conceito de território:

> [...] traz uma crítica ao fundamento da nossa ciência convencional. Temos a separação das ciências naturais das ciências sociais. O conceito de território te obriga a ver que nenhuma sociedade está fora do espaço. Toda sociedade está territorializada. Não tem sociedade sem território. O território é uma condição da existência humana, que é exatamente a relação da sociedade com a natureza (Informação verbal)[2].

As disputas entre territórios, os conflitos e tensões territoriais existentes nos dias atuais

---

1 Entrevista realizada com o professor Carlos Walter Porto-Gonçalves durante o III Congresso Nacional da CPT em 2010

2 Idem

estão relacionados a quem tem o poder de controlar o espaço e os recursos naturais neles existentes. Desta forma a questão do poder é central para o conceito em tela[3] − não que se anulem as outras dimensões do território, mas a centralidade está na questão do poder. Sobre isso Marcos Saquet diz que:

> [...] o território, nesta multidimensionalidade do mundo, assume diversos significados, a partir de territorialidades plurais, complexas e em unidade. E esta é uma questão fundamental, que marcou a redescoberta do conceito de território sob novas leituras e interpretações. Mudam os significados do território conforme se altera a compreensão das relações de poder (SAQUET, 2007. p.33).

Ele completa dizendo que "*as relações de poder são um componente indispensáveis na efetivação de um território*" (SAQUET, 2007. p.34).

Por isso antes de abordar o conceito de des-territorialização/re-territorialização é preciso definir o conceito de território. Haesbaert diz que "*dependendo da concepção de território muda, consequentemente, a nossa definição de des-territorialização"* (HAESBAERT, 2007. p.35).

Assim, sobre o processo de des-territorialização é preciso vislumbrá-lo a partir das dimensões que tem o próprio território, a saber: abarcando desde o aspecto econômico, o político, o cultural, o ambiental e ainda o social, priorizando uma visão crítica. A este respeito Haesbaert diz que:

> Desterritorialização, se é possível utilizar a concepção de uma forma coerente, nunca "total" ou desvinculada dos processos de (re)territorialização, deve ser aplicada a fenômenos de efetiva instabilidade ou fragilização territorial, principalmente segregados e, como tal, de fato impossibilitados de construir e exercer efetivo controle sobre seus territórios, seja no sentido de dominação político-econômica, seja no sentido de apropriação simbólico-cultural (HAESBAERT, 2007. p.312).

Para entender o conflito territorial entre a comunidade de pescadores e a Usina Trapiche no estuário do Rio Sirinhaém, Sirinhaém, Pernambuco, lançamos mão desta perspectiva que, juntamente com o território, observa ao mesmo tempo os conceitos de territorialidade e territorialização, numa tríade inseparável, a qual agrega ainda no sistema conceitual as noções de des-territorialização e re-territorialização, os quais são vistos um complementando o outro.

A metodologia do estudo é a pesquisa explicativa com relação aos seus objetivos e um estudo de caso com base nos procedimentos técnicos. O objetivo desta pesquisa é entender o processo de des-territorialização sofrida pela comunidade de pescadores que habitavam as 17 Ilhas do estuário do Rio Sirinhaém e as mudanças deste processo na vida dos ilhéus. Segundo

---

[3] Idem

Gil (2006), a centralidade da pesquisa explicativa está no fato de "*identificar os fatores que determinam ou que contribuem para a ocorrência dos fenômenos. Esse é o tipo de pesquisa que mais aprofunda o conhecimento da realidade*" (GIL, 2006. p.42). Em relação ao estudo de caso, o autor afirma que "c*onsiste no estudo profundo e exaustivo de um ou poucos objetos, de maneira que permita seu amplo e detalhado conhecimento*" (GIL, 2006. p. 54). Dentre alguns propósitos da pesquisa de estudo de caso, o autor diz que serve para "*descrever a situação do contexto em que está sendo feita determinada investigação*"; "*explicar as variáveis causas de determinados fenômenos*"; e "*formular hipóteses e desenvolver teorias*" (*Idem*). Ele completa dizendo que:

> [...] os propósitos do estudo de caso não são os de proporcionar o conhecimento preciso das características de uma população, mas sim o de proporcionar uma visão global do problema ou de identificar possíveis fatores que o influenciam ou são por ele influenciados (Idem. p.55).

Em relação aos procedimentos metodológicos da pesquisa ressalta-se que foram analisados documentos relacionados à comunidade e também ao conflito existente entre certo grupo de pescadores e pescadoras, sujeitos da pesquisa, e a usina Trapiche em órgãos governamentais e entidades que acompanham as famílias. Foi feito um levantamento bibliográfico a respeito do tema pesquisado, em paralelo à vivência cotidiana dos problemas dos atores sociais em função de minha participação como assessor da Comissão Pastoral da Terra (CPT), o que influenciou decisivamente os rumos do presente trabalho.

Neste sentido, mesmo que não se possa definir a investigação enquanto pesquisa participante é inegável o envolvimento ativo do pesquisador com os homens e mulheres que estavam no centro do problema. A passagem de uma postura meramente militante à reflexão acadêmica foi o esforço a que me propus ao ingressar no Programa de Pós-Graduação e Geografia da UFPE, sem abrir mão de minhas convicções políticas.

Foram realizados cerca de 12 trabalhos de campo onde foram feitas observações diretas, 18 entrevistas abertas semi-estruturadas com as famílias envolvidas no conflito, visitas às moradas atuais dos ex-ilhéus e às ilhas onde eles e elas viviam anteriormente. O trabalho de campo foi de fundamental importância para este trabalho, pois foi a partir daí que pudemos obter informações mais relevantes e fidedignas dos dramas daquelas pessoas para a realização da pesquisa, como por exemplo, como se dava o uso e a ocupação das ilhas pelos ilhéus e como vive atualmente a comunidade. No trabalho de campo foi possível sentir, ver e ouvir a beleza, a paz e a fartura das ilhas, como também, a urina e fezes dos bairros sem saneamento onde vivem atualmente os ex-moradores das ilhas, quando pudemos perceber a

fome que ronda as famílias expulsas.

A experiência de campo possibilitou uma grande reflexão e um aprofundamento / questionamento teórico acerca dos conceitos que foram abordados nesta pesquisa, tais como os de território, territorialização, des-territorialização, re-territorialização, surgindo a necessidade de se estabelecer um diálogo com outras noções geográficas, tais como a de lugar, no sentido de dar conta de outros aspectos relevantes na escala da vida cotidiana dos sujeitos investigados.

1. Por fim elaboramos gráficos, mapas e ilustramos com fotos este trabalho, a fim de deixá-lo com uma melhor comunicabilidade e compreensão das idéias debatidas. Organizamos a dissertação da seguinte forma: no primeiro capítulo é apresentado o contexto do modelo do monocultivo da cana-de-açúcar na da Zona da Mata de Pernambuco. Esse modelo é delineado como tendo trazido para a região toda uma consequência social e ambiental, além de entrar em conflito com outras territorialidades existentes.

No segundo capítulo é abordado o processo de ocupação dos pescadores e das pescadoras nas 17 ilhas do estuário do Rio Sirinhaém, constituindo-se assim um território da pesca artesanal. Essa territorialidade impressa pela comunidade, através das práticas tradicionais de uso e ocupação deste espaço, constitui uma identidade com o lugar, com o território, sendo este um território de abrigo e de fartura.

Posteriormente, no capítulo três, são trabalhados os conflitos envolvendo a comunidade de pescadores, os ilhéus e a usina Trapiche, dividido em três partes: o contexto dos conflitos, que relaciona os conflitos com a expansão do setor sucroalcoolerio; a primeira tensão territorial, que apesar da tentativa de expulsão dos ilhéus estes permaneceram no lugar; e a segunda tensão territorial, que ocorreu de forma contínua por muito tempo, e que culminou com a expulsão total dos ilhéus em fins de 2010.

A partir do processo de des-territorialização que ocorre com a comunidade de pescadores, é abordado no quarto capítulo o processo de re-territorialização das famílias. São analisadas aqui as consequências negativas em decorrência deste processo de expulsão dos ilhéus do estuário e as mudanças nas suas vidas nos locais atuais de moradia.

Para finalizar abrindo possíveis horizontes de estudo, levantamos algumas questões para aprofundar o debate e contribuir para a explicação deste conflito em que ocorreu a des-territorialização dos ilhéus, fato que impactou negativamente a vida daquelas pessoas, vítimas específicas de um processo contínuo, extenso e generalizado de apropriação do espaço regional pela *plantation* canavieira.

1 A ZONA DA MATA PERNAMBUCANA

"Naturalmente nascida para produzir alimentos, passou a ser uma região de fome. Onde tudo germinava com exuberante vigor, o latifúndio açucareiro, destrutivo e avassalador, deixou rochas estéreis, solos lavados, terras erodidas ... A abundância e a prosperidade eram, como de costume, simétricas à miséria da maioria da população ".
(Eduardo Galeano)[4].

[4] Fragmentos do livro de Eduardo Galeano, "As veias abertas da América Latina", 1987, Paz e Terra, 25° ed.

O estado de Pernambuco possui uma área total de 98.331,616 km² e é composto por 185 municípios, perfazendo um total de 8.485.386 habitantes (Fonte: IBGE/2007). Sua participação no PIB (Produto Interno Bruto) da região Nordeste é de 18%, ficando atrás apenas da Bahia, com 32% (Fonte: IBGE/2005).

É neste estado, subdividido em cinco Mesorregiões (do Sertão Pernambucano, do São Francisco Pernambucano, do Agreste Pernambucano, da Mata Pernambucana e Metropolitana do Recife) que se tem uma das maiores tradições da cultura da cana-de-açúcar no país. Tal produção remonta desde o período colonial, tendo sido este Estado, inclusive, o maior produtor nacional até a década de 1950.

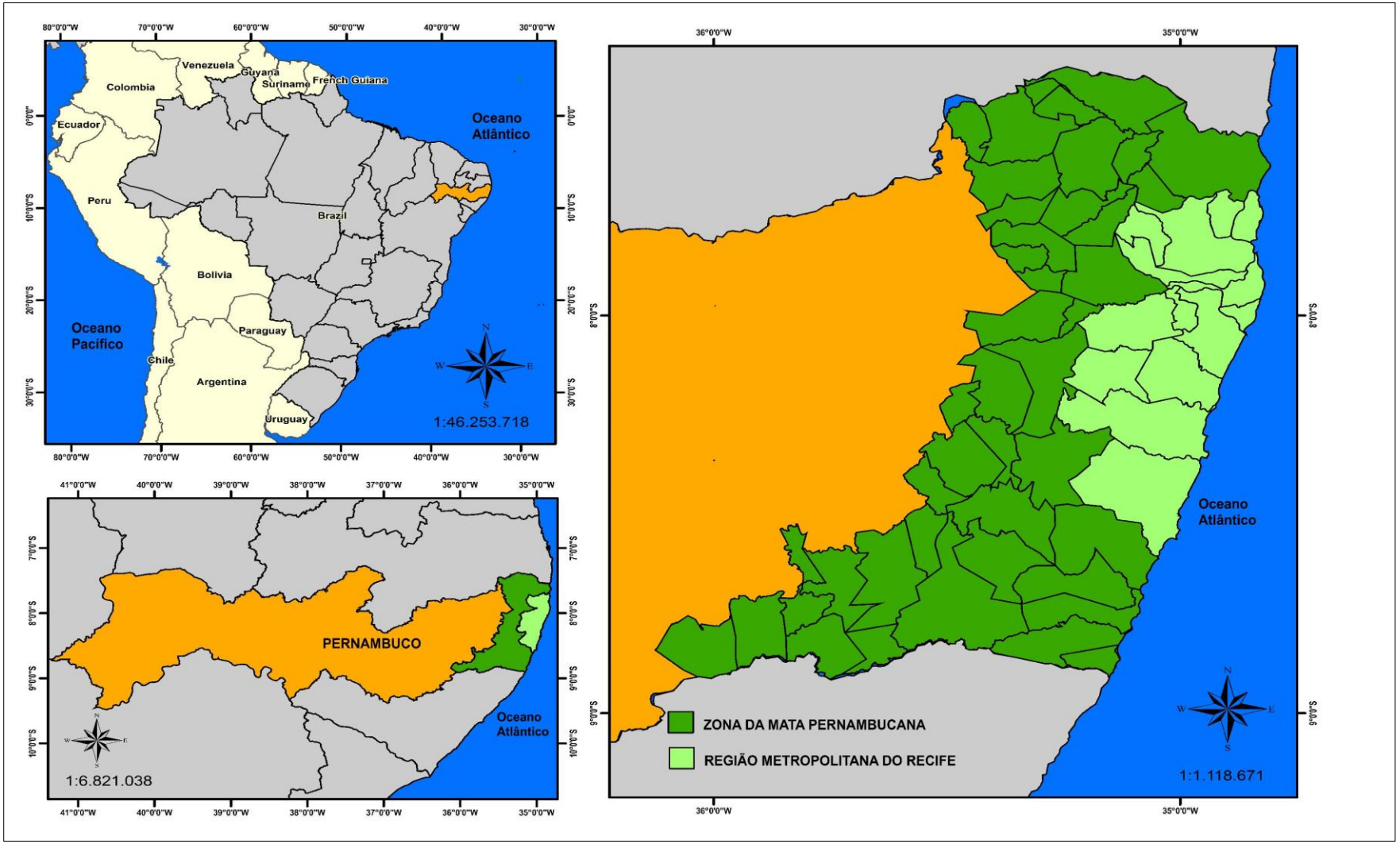
A atividade canavieira se concentrou, desde o período colonial, no Litoral, próximo dos locais de exportação do açúcar, principal produto da colônia da época. Em função do processo de expansão da atividade e do processo de urbanização da Região Litorânea, a produção de cana-de-açúcar foi se afastando das áreas mais próximas da metrópole pernambucana e se mostra de forma marcante na Mesorregião da Mata Pernambucana, que possui hoje um total de 43 municípios. Esta Mesorregião, palco do nosso estudo, é subdividida em três microrregiões: a da Mata Setentrional, Meridional e de Vitória de Santo Antão (Atlas escolas de Pernambuco: Espaço geo-histórico e cultural), que juntas fazem limites com a Mesorregião Metropolitana do Recife a Leste e com a Mesorregião do Agreste a Oeste.

É nessa faixa da Zona da Mata, que possui elevadas taxas pluviométricas anuais, que se encontra a Mata Atlântica. Este bioma foi inclusive o responsável pela denominação "Mata" da Região. No entanto, essa vegetação original foi substituída pela cana-de-açúcar, nos processos de introdução e expansão deste monocultivo, a fim de atender as necessidades dos mercados interno e externo.

Ainda no tocante ao panorama regional da Zona da Mata, Andrade afirma que essa região é quase toda localizada:

> [...] entre o planalto da Borborema e o Oceano Atlântico, e os tabuleiros ficam ilhados em porções da "formação barreiras" que se estende a pouca distância do litoral, entre as cidades de Goiana e Recife. Ao Sul do Estado, quando a encosta da Borborema se apresenta com direção aproximadamente Nordeste – Sudoeste, a mata é exuberante e sobe as encostas até a atitude mais elevadas. Só naqueles pontos em que a encosta se acha resguardada da influência dos ventos alísios, como ocorre em Limoeiro, é que os papéis são invertidos: lugar de a mata subir a encosta, é a caatinga que desce até às chãs e colinas situadas ao pé da Borborema (ANDRADE, 2005. P.39).

Mapas 01, 02 e 03: Localização do Brasil com destaque para Pernambuco. Localização do Estado de Pernambuco com destaque para a Zona da Mata. Localização da Zona da Mata e Região Metropolitana de Recife – Pernambuco



Fonte: IBGE; ZAPE - EMBRAPA com adapta鋏es feitas por Pl當ido Junior, 2011.

A topografia da Zona da Mata é caracterizada pelo domínio de “mares de morro”, ou seja, o seu terreno é acidentado, com declividade acima dos 45 graus, não sendo adequada para os monocultivos e dificultando a penetração da mecanização do corte, apesar da topografia não ser apropriada para o plantio da cana-de-açúcar, pois em grande parte da Região encontra-se acima dos 45°, esta atividade está presente desde o período colonial, na Zona da Mata de Pernambuco, com todas suas consequências.

1.1 HISTÓRICO DE OCUPAÇÃO DA CANA

A cana-de-açúcar chegou ao Brasil nos primeiros anos da colonização, em meados do século XVI, sendo um elemento de ocupação e para atender aos interesses econômicos da Metrópole.

O Engenho, nome pela qual se chama até os dias atuais a grande propriedade na Zona da Mata do Nordeste brasileiro, era a unidade produtiva da cana-de-açúcar e do açúcar. No primeiro momento, o Nordeste se apresentou como uma Região propícia para o desenvolvimento da cultura da cana, devido à maior proximidade do mercado europeu e pelos solos férteis e clima úmido. A Região se tornou referência na produção de açúcar no Brasil, na época histórica que ficou conhecida como o "ciclo do açúcar", que se iniciou em meados do século XVI e se estendeu por todo o século XVII.

A exploração se deu, e atualmente majoritariamente se dá, em regime de monocultivo, pelo sistema que ficou conhecido em todo mundo como “plantations”. No Nordeste, principalmente, em propriedade familiar de grandes extensões de terra, ou seja, em regime de latifúndio. A exploração da cana se deu com a mão de obra escrava, indígena e negra, até o final do século XIX, com uma transição para o regime de assalariamento, socialmente imperfeita e injusta (Paiva, 2002).

A expansão agrícola indiscriminada e sem disciplinamento em toda a zona da mata acabou por engolir também os engenhos, como comenta Andrade:

> [...] na área açucareira, observou-se na metade do século XX aglutinação dos engenhos Bangüês – que se mantinham como unidades de produção desde o século XVI – em torno de pequenas e médias usinas. Depois, ainda neste período, as usinas maiores, cansadas de absorver engenhos, passaram também a engolir usinas menores. Quem percorre a área canavieira observa, freqüentemente, ruína de pequenas usinas que desapareceram, absorvidas por outras, ficando como os engenhos estão, de “fogo morto” (ANDRADE, 1986. p. 66).

Houveram vários momentos de expansão do setor sucroalcoolerio: dos engenhos Banguês para os engenhos Centrais; deste para as Usinas; mudanças em decorrência da introdução de novas técnicas. No entanto, foi na fase do Pró-álcool que a Região da Zona da Mata pernambucana sofreu grandes mudanças e ocasionou impactos negativos na Região. Toda essa expansão de cana do setor sucroalcooleiro se deu sobre os territórios camponeses, expulsando-os de seus territórios.

O Pró-álcool

A indústria canavieira sempre teve uma intensa presença do Estado, com conteúdo intervencionista, sobretudo como agente de financiamento, de proteção e de concessão de subsídios, característica que somente começou a ser alterada na década iniciada em 1990. Os usineiros sempre tiveram grande influência e controle sobre as instâncias de poder local, regional e nacional (PAIVA, 2002).

Para planejar e direcionar o setor, após a crise de 1929, o Governo Federal criou uma autarquia denominada Instituto do Açúcar e do Álcool – IAA, com atribuições de controlar a produção de açúcar, a implantação e expansão da produção de álcool, a ampliação e a modernização tecnológica do setor, assim como o aumento no volume das exportações brasileiras de açúcar. Essa autarquia governamental foi responsável por todas as políticas públicas, pelos subsídios, pela comercialização interna e pela exportação do açúcar por quase 60 anos após a sua criação, somente sendo extinta no ano de 1990.

Na década de 1970, a crise energética mundial, conhecida como “choque do petróleo”, foi um fator internacional fundamental para a criação do Programa Nacional do Álcool – Pro-álcool, em 1975. Ao mesmo tempo em que gerou importantes mudanças na tecnologia e no perfil da industrialização da cana no Brasil, o programa provocou também graves efeitos negativos na questão social e no meio ambiente.

Em Pernambuco, segundo a Federação dos Trabalhadores na Agricultura em Pernambuco - FETAPE, mais de 40 mil sítios foram destruídos durante os primeiros cinco anos do Proálcool, causando a expulsão dos camponeses e das camponesas para a periferia das cidades, ou como os próprios chamam “pontas de ruas”. Foi justamente nesse período, que houve um aumento da destruição da Mata Atlântica, para “dar” lugar à cana. Ainda desta época pode-se datar o avanço da cana sobre restingas e áreas de manguezais.

A EXPANSÃO DA CANA E SUAS CONSEQUÊNCIAS

Em grande parte o contexto da Zona da Mata de Pernambuco foi se conformando com o modelo do monocultivo da cana-de-açúcar e com a des-territorialização das diversas expressões de campesinidades existentes nesta região. Esse modelo baseado no monocultivo, na concentração de terras e com usos de trabalho escravo e ainda hoje com trabalho análogo à escravidão trouxe para Região toda uma consequência social e ambiental negativa. Foi sob a hegemonia deste monocultivo que fez a Zona da Mata uma Região empobrecida e com um alto índice de destruição do meio ambiente, como por exemplo, ter reduzido a Mata Atlântica a 2,5%. Os panoramas sociais e ambientais desta Região, que veremos a seguir, são os piores entre as demais Regiões do estado de Pernambuco. Além destes graves elementos, este modelo do monocultivo da cana entrou e entra em conflito com outras territorialidades existentes, sobretudo quando dos momentos de sua expansão.

1.2.1 Panorama Social

O modelo implantado no período colonial baseado no latifúndio, monocultivo e escravidão não se modificou muito ao longo dos quase quinhentos anos do cultivo da cana no Nordeste. A própria questão da escravidão vem se perpetuando sob diferentes formas na Zona da Mata Pernambucana, onde com frequência encontra-se nas usinas essa prática de trabalho. Dados do caderno de conflitos da Comissão Pastoral da Terra, relacionado ao trabalho escravo, revelam que em 2008 foram libertados, pelos fiscais do Ministério do Trabalho e Emprego, 309 trabalhadores em regime de trabalho análogo ao de escravo. Essas ocorrências foram: na Fazenda Romildo Brandão, de propriedade de Romildo Brandão; Engenho Cocula III, de propriedade de Manoel Ernesto Lima e Alvim Soares Filho (ambos fornecedores de cana); e no Eng. Barra d'Ouro/Poço/Us. Vitória, de propriedade da Usina Vitória. Em 2009 o número de trabalhadores libertado em regime análogo a de escravo aumentou para 419. As maiores ocorrências foram na Usina Cruangi, Em Aliança, com 245 trabalhadores libertados, envolvendo 16 menores[5].

Os assalariados da cana possuem condições precárias de trabalho e vida, empobrecidos

[5] Dados sobre o trabalho Escravo no Brasil. CPT, 2010. http://www.cptnacional.org.br/index.php?option=com_jdownloads&Itemid=23&task=viewcategory&catid=1

e segregados, amargam nas periferias das cidades uma profunda injustiça social fruto do modelo implantado nesta Região e que muitas vezes têm condições de vida tão precárias quanto os escravos na época colonial.

A concentração de terra continua expropriando os trabalhadores agrícolas do principal meio de produção e vida – a terra. Estes trabalhadores que até o fim do século XIX residiam nos limites dos engenhos foram sendo expulsos para os centros urbanos mais próximos com a instalação das usinas. O avanço tecnológico no beneficiamento da produção da cana passou a demandar mais espaço para esta cultura. Para este fim não só expulsou os trabalhadores dos limites e da tutela dos Senhores de Engenho, como também, expandiu a sua fronteira agrícola para as áreas de remanescentes de Mata Atlântica e os manguezais, atingindo as populações que ocupavam tradicionalmente aqueles espaços.

Observa-se no quadro regional que a concentração de terra e renda, exploração extensiva e intensiva da agricultura canavieira, domínio de todo o processo produtivo por parte do setor empresarial e a presença marcante do latifúndio, levou os municípios dessa Região a uma enorme dependência econômica desse setor.

Para tornar mais evidente essa dependência da economia da região à cana, que eleva o grau de empobrecimento dos que vivem na Zona da Mata, observemos no gráfico acima, a produção de lavouras temporárias produzida na Zona da Mata de Pernambuco e na Região Metropolitana, referente a área plantada, em hectares, em 2009, com base nos dados do IBGE.

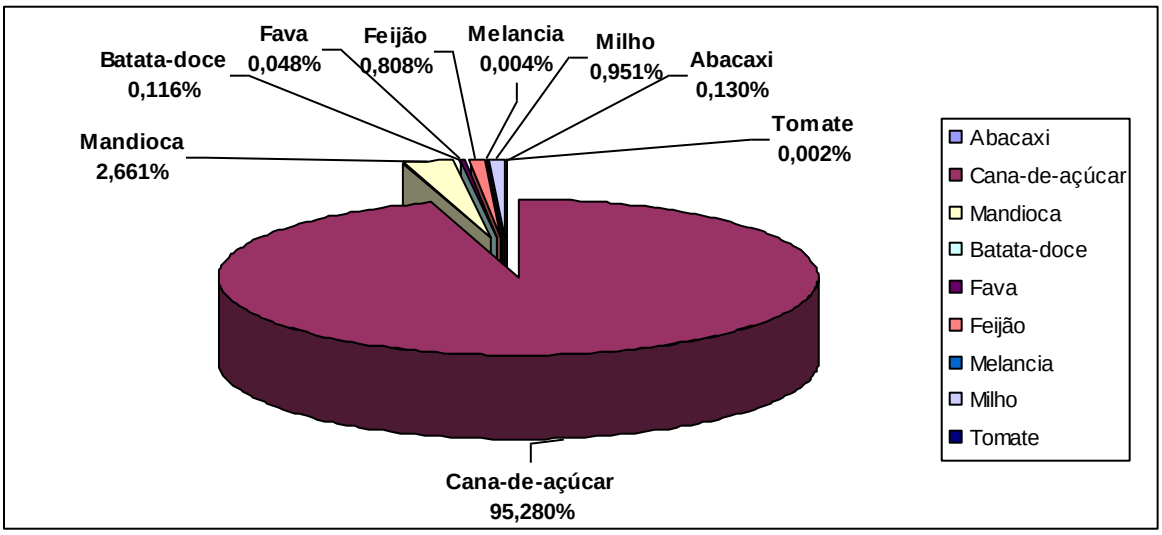


Gráfico 01: Produção de lavouras temporárias na Zona da Mata – PE
Fonte: IBGE – 2009.

Essas lavouras temporárias são referentes à produção agrícola, municipal, identificadas pelo IBGE nos municípios desta região. Somando toda a área plantada, em

hectares, de abacaxi, mandioca, batata-doce, fava, feijão, melancia, milho e tomate, chega-se a míseros 5% das terras ocupadas por essas culturas, referente ao item de lavouras temporárias. Já a cana-de-açúcar ocupa 95% da área total das lavouras.

Essa dependência econômica da Zona da Mata pernambucana à cana-de-açúcar se dá em função de vários fatores. Um deles, que podemos mencionar, é o modelo extensivo de produção do monocultivo da cana-de-açúcar que necessita de muitas terras e que não convive com outras atividades econômicas e culturas, como é típico dos monocultivos. É necessário ainda mencionar o poder estabelecido entre o Estado e os Industriais do setor sucroalcooleiro, pois estes com frequência se fazem presente também como Estado, conseguindo, portanto, controle no poder local como também uma forte influência na política nacional.

Este cenário dificulta a instalação de outras atividades econômicas na Zona da Mata Pernambucana e faz com que grande parte da população desta região tenha apenas esta atividade econômica como a principal fonte de renda através do trabalho sazonal.

Observando os dados sociais dessa Região é possível perceber o quanto ela é desfavorecida diante do cenário nacional e estadual. No cenário mundial, o Brasil está em 73º colocado entre os 173 países avaliados, com o IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) médio de 0,757, segundo o relatório divulgado em 2002 pelo PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento). Em Pernambuco, que tem uma forte influência da economia canavieira, tendo sido até a década de 1950 o maior produtor de cana do país, o IDH é de 0,577.

Nos municípios pernambucanos situados na Zona da Mata, no entanto, os Índices de Desenvolvimento Humano variam do mais baixo que é de 0,296 ao mais alto que é de 0,479. Esses indicativos foram levantados pelo PNUD e pelo IPEA sobre o desenvolvimento humano brasileiro e constam nos censos oficiais divulgados pelo IBGE em 2002.

O que ocorre com o baixo índice de IDH na região da Zona Mata Pernambucana ocorre também com o índice de analfabetismo. Neste caso os números do censo oficial mostram que o índice médio brasileiro é de 16,67% de analfabetos, aumentando para 32,6% nas áreas rurais. Em Pernambuco, a média é de 27% saltando para 45% na Zona da Mata. Em relação ao índice de GINI de concentração fundiária da Zona da Mata de Pernambuco em relação ao Estado de Pernambuco e ao Nordeste veremos que a terra é muito mais concentrada. Enquanto que o Nordeste brasileiro tem um índice de 0,811, Pernambuco tem

um índice de 0,764, a Zona da Mata de Pernambuco tem um índice que varia de 0,815 a 0,919 (INCRA, 2004)[6]. Esses números indicam uma alta concentração de terras na Região de predomínio da cana-de-açúcar.

Os dados revelam que a região de exploração de cana-de-açúcar possui um alto grau de empobrecimento. Esses indicadores sociais nitidamente inferiores ao contexto nacional e estadual refletem a lógica do modelo econômico imposto à região, mas que se mantém, apesar das reivindicações da sociedade e dos movimentos sociais. As reivindicações dos movimentos sociais ocorrem principalmente através da luta por uma reforma agrária, melhores condições de trabalho e renda e pela defesa dos territórios camponeses na Região, visando uma justa distribuição de terras, um "novo" modelo produtivo que não o monocultor e uma preservação e restauração ambiental, uma vez que o meio continua sendo degradado pela forma de produção baseada no monocultivo.

1.2.2 Panorama Ambiental

Tendo observado o panorama social da região, vamos analisar agora a atual situação ambiental. Esta não se encontra muito diferente da situação social no tocante à qualidade existente. No entanto, a devastação da Mata gerou/gera inúmeros desequilíbrios ambientais a curto e longo prazo. Sobre o desequilíbrio ambiental ocasionado em decorrência da perda da cobertura vegetal, comenta Drew (1994):

> A perda da cobertura arbórea, a curto prazo, reduz a perda de água do solo por transpiração, pois as raízes profundas das árvores são arrancadas, bem como provoca maior escoamento das águas na superfície da terra, visto que a antiga manta amortecedora de folhas caídas foi substituída pela terra nua. (DREW, 1994. p.92)

E ainda:

> Os solos tropicais de latossolos sofrem rápida e degenerativa mudança, em termos de fertilidade, quando se remove a vegetação natural da floresta úmida. Sob o extremo microclima criado de repente, a oxidação e a lixiviação tornam o solo árido. (Idem, p.47).

O histórico modelo produtivo da cana de açúcar na região da Zona da Mata

[6] INCRA, 2004. II Plano Regional de Reforma Agrária de Pernambuco.

Pernambucana gerou e continua gerando uma série de implicações ambientais. O monocultivo (qualquer que seja) por si só já gera um grande impacto ao meio, uma vez que há a retirada da cobertura vegetal original – diversificada e complexa – para a implantação de outra simples e sem diversidade, que não permite associação nem com outras formações vegetais e nem com a presença de animais. Além disso, com os avanços tecnológicos dessa produção houve uma acentuação na degradação do meio ambiente, entre os elementos que vamos destacar: poluição atmosférica, as implicações no solo, nos rios e a ampliação da destruição da cobertura vegetal.

Sobre a poluição atmosférica podemos dizer que ela se apresenta nitidamente em dois momentos. O primeiro é a prática da queimada das áreas cultivadas (Fotos 01 e 02). Este procedimento serve para diminuir os custos na colheita como também para melhorar o rendimento no trabalho manual de corte. É pertinente lembrarmos que aproximadamente 60% das canas no Brasil são cortadas manualmente[7]. Essa prática agressiva é geradora da poluição do ar, estimulando consequentemente a formação e ampliação do efeito estufa. A queimada da palha da cana para o corte ainda é responsável pela destruição de grande parte dos microrganismos do solo, além da fauna regional - Mata Atlântica e Mangue. Apesar de tamanho efeito destruidor e das implicações de saúde que esta queimada gera nas populações próximas, praticamente não há uma fiscalização na prática das queimadas por parte do poder público.

Já no segundo momento da poluição atmosférica, que é o processo de industrialização da cana, constata-se também um alto nível de poluição do ar, sendo esta causada pela fumaça e a fuligem produzida pela queima do bagaço da cana nas caldeiras. Esse processo visa gerar vapor e energia.

---

[7] http://74.125.47.132/search?q=cache:csXjV6Nv4rIJ:www.jubileubrasil.org.br/integracao-dos-povos/organizacao-mundial-do-comercio/impactos-da-omc-nos-trabalhadores/+%2280%25+das+canas+cortadas+no+Brasil+s%C3%A3o+feitas+manualmente%22&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br

Foto 1: Queima da cana. Além de vermos a queima da cana-de-açúcar e a fumaça produzida por essa ação, podemos observar também que o processo de regeneração da mata se encontra comprometida com essa prática.
Fonte: Comissão Pastoral da Terra, 2008.

Em ambos os casos, além da perturbação ambiental, não se pode deixar de mencionar os problemas para as populações próximas e aos trabalhadores desse processo produtivo. Entre as enfermidades mais frequentes estão os problemas respiratórios de um modo geral, como: falta de ar, asma, bronquite. A visão em função da queimada também é afetada, ficando os olhos de muitos dos habitantes, do entorno, com ardor e vermelhidão.

Foto 2: Trabalhadores realizando o corte da cana muito próximo a cana que está sendo queimada. É possível perceber a ausências de equipamentos básicos de segurança como luva e óculos.
Fonte: Maria Rita Machado, 2008.

Já a poluição dos rios é feita de diversas formas. A mais perceptível ocorre através do vinhoto que é jogado nos rios ocasionando a morte de grande parte da fauna e flora do curso fluvial (Foto 03). O vinhoto, vinhaça ou restilo nada mais é do que o resíduo pastoso e malcheiroso que sobra após a destilação fracionada do caldo de cana-de-açúcar (garapa) fermentado, para a obtenção do etanol (álcool etílico). Para cada litro de álcool produzido, 12 litros de vinhoto são deixados como resíduo. Em relação a esse tipo de degradação ambiental Gilberto Freyre (1985) comenta:

> O monocultor rico do Nordeste fez da água dos rios um mictório (...) de caldas fedorentas de suas usinas. E as caldas fedorentas matam os peixes (...) Os peixes mais finos fedendo de podres, ao lado dos mais plebeus. O cheiro de peixe podre misturando-se ao de fruta podre, das margens sujas dos rios. (...) Quase não há um rio do Nordeste do canavial que alguma usina de ricaço não tenha degradado em mictório. As casas já não dão a frente para a água dos rios: dão-lhe as costas com nojo (FREYRE, 1985, p. 35).

A poluição desses rios alijou a possibilidade do complemento alimentar de parte da população que dele próximo reside ou residiam. Hoje, são apenas "esqueletos" de rios que na sua forma atual servem pouco para beneficiar o próprio povo e atingindo assim tudo e todos que deles necessitam.

Foto 3: Peixe morto em função do derrame do vinhoto em um dos rios do açúcar.
Fonte: Comissão Pastoral da Terra, 2007.

No solo a degradação do cultivo da cana é direta (Foto 04) favorecendo a erosão e a

perda da fertilidade. É necessário lembrarmos que os ecossistemas são interdependentes e em função disto a poluição do solo não atinge apenas o solo, como nos lembra a Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento:

> Os desgastes do meio ambiente estão interligados. O desflorestamento, por exemplo, por aumentar o escoamento, acelera a erosão do solo e a formação de depósito sedimentares em rios e lagos. A poluição do ar e a acidificação contribuem para matar florestas e lagos. Tais vínculos significam que é preciso tentar resolver ao mesmo tempo vários problemas diferentes (NOSSO FUTURO COMUM, 1991, 2ª ed. P.40).

Foto 4: Solo nu em função da queimada e o processo de erosão. Vemos também a formação de ravinas.
Fonte: Comissão Pastoral da Terra, 2008.

A forma de degradação mais comum utilizada no solo, além da queimada, como foi mencionada anteriormente, é a utilização de produtos químicos. Estes possuem várias funções, entre elas a adubação e o combate a insetos e ervas. O uso intensivo desses produtos tem causado efeitos danosos não só ao solo, como também aos recursos hídricos e à fauna, sem falar do impacto na saúde pública.

A aplicação desses agrotóxicos e herbicidas divide-se basicamente em três fases. A

primeira diz respeito à destruição prévia das ervas daninhas com o uso de herbicidas[8]. A segunda parte é feita na colocação da semente que serve para matar os cupins e fungos em geral. No terceiro momento há um combate à germinação das ervas, chamadas erroneamente de daninhas[9], após o plantio da cana.

O resultado dessa prática, além de afetar o solo, a fauna e os recursos hídricos, afeta também os trabalhadores que aplicam esses produtos. Na maioria das vezes esses não usam os equipamentos adequados de proteção[10].

O uso intensivo desses produtos, além de degradar o solo e acabar com os microorganismos nele existentes, termina chegando aos rios, uma vez que o plantio da cana em boa parte dos casos é feito, na Zona da Mata Pernambucana, em áreas com declividade acima dos 45º, ou seja, impróprias para esse tipo de cultivo. O cultivo da cana nesse tipo de relevo propicia um maior favorecimento da erosão do solo, além de levar esses produtos químicos implantados no solo para áreas vizinhas, como rios e áreas habitadas.

Com a expansão do plantio da cana (em particular no período do PROÁLCOOL), com o uso cada vez maior dos produtos químicos, com a destruição das florestas e matas ciliares (sobretudo no período de expansão da cana) nota-se o assoreamento dos rios que consequentemente provocam grandes enchentes e inundações em épocas de chuvas.

Um forte exemplo da consequência dos impactos ambientais e sociais do monocultivo da cana-de-açúcar foi a enchente que ocorreu no ano de 2010 na Zona da Mata de Pernambuco e no Estado de Alagoas. A Associação dos Geógrafos Brasileiros, seção Recife, lançou uma nota sobre a enchente que relaciona as questões ambientais e sociais em decorrência do monocultivo da cana-de-açúcar nos dois Estados[11].

Segundo artigo publicado no sítio da CPT NE II[12], intitulado “A mãe terra é quem nos culpa” (CPT, 2010), a destruição ocorrida nesta região deixou um saldo de:

---

8 Quase sempre o herbicida utilizado é o ROUNDUP, da Monsanto, vendido para o controle de plantas daninhas em pré-plantio das lavouras.

9 As ervas são chamadas erroneamente de “ervas daninhas” pois, elas fazem parte do sistema ambiental. As plantas tem seus serviços ambientais e fazem partes da fases de recomposição florestal. Por isso elas não são danosas ao ambiente em que se desenvolvem, muito pelo contrário, fazem parte.

10 Como foi possível constatar durantes os trabalhos de campo realizados pelo autor.

11 Para ler a nota sobre as enchentes em AL e PE elaborada pela AGB – seção Recife, acesse: http://agb-recife.webnode.com.br/news/notas-sobre-as-chuvas-no-pe-e-al/

12 Sítio da CPT. Acesso em 05.11.2010, em: http://www.cptpe.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=1613:A%20M%C3%A3e%20Terra%20%C3%A9%20quem%20nos%20culpa&catid=2:noticia&Itemid=29

> 57 mortes, sendo 39 em Alagoas e 20 em Pernambuco. No estado alagoano, passa de 26 mil o número de desabrigados e de 47 mil o de pessoas desalojadas. Já em Pernambuco, são mais 26 mil desabrigados e mais de 55 mil desalojados (CPT NEII, 2010).

O artigo fala que além da chuva concentrada em um período curto de tempo, as destruições ocorridas, são de um modelo de desenvolvimento imposto ao território brasileiro e pernambucano, que tem como base a concentração da terra, o monocultivo, a degradação ambiental e as péssimas condições de trabalho, transformando as cidades da Zona da Mata de Pernambuco em confinamentos de povos empobrecidos (CPT NE II).

Segundo Paiva (2002), estudos da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA, feitos desde 1995 nas áreas de agricultura canavieira mostram que esses produtos químicos não afetam apenas o solo e as águas superficiais, mas estão afetando também o lençol freático e demais águas subterrâneas e consequentemente, representam ameaça às populações locais.

Foto 5: Canaleta aberta para o derrame de vinhoto.
Fonte: Comissão Pastoral da Terra, 2009.

A cobertura vegetal também foi muito impactada com o monocultivo da cana-de-açúcar. Segundo o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, da cobertura original da Mata Atlântica ePernambuco, bioma da Região da Zona da Mata, resta 2,5%, totalmente fragmentada. Um dos maiores responsáveis pela destruição dos 97,5% de Mata são as Usinas de cana-de-açúcar da Zona da Mata. Em 2008, em uma

atuação inédita, o IBAMA autuou todas as usinas de Pernambuco por crime ambiental.

Foto 6: O preparo do solo para o monocultivo canavieiro onde existia a comunidade dos Prado's nas terras do Engenho Prado, Tracunhaém, PE.
Fonte: Arquivo Comissão Pastoral da Terra (2003).

A Terra (planeta) que opera como uma hierarquia de sistemas, todos parcialmente independentes, mas firmemente vinculados entre si (DREW, 1994), também leva em consideração o ser humano. É válido ressaltar que a alteração em um bioma específico acarreta em danos a outros circuitos ambientais, como ressaltou Vasconcelos Sobrinho ao afirmar que a aceleração do processo de desertificação é fruto, entre outros fatores, do desmatamento da Mata Atlântica.

Para tentar reverter esta situação de deterioração ambiental e social, deve se tentar modificar a estrutura produtiva da Mesorregião da Mata Pernambucana. Esta deve ser remodelada levando em consideração que o crescimento econômico não deve ser mantido através da procura cega pelo crescimento econômico por si mesmo, mas sim, estabelecendo e e considerando a consolidação dos direitos plenos da cidadania para toda a população e meio ambiente envolvidos (SACHS, 2000. p.66).

No caso da Região da Zona da Mata deve-se ainda estabelecer uma política econômica agregada à conscientização ambiental e social, afinal, a estrutura social da região é degradante. Sobre a necessidade de melhoria da estrutura ambiental atrelada a econômica Andrade (2001) menciona:

> Uma política de conscientização da necessidade de defesa do meio ambiente é fundamental para um trabalho de recuperação da mesorregião e de modernização do sistema de exploração dos recursos naturais, a fim de impedir a degradação da

> natureza e de preservar os recursos naturais renováveis. (ANDRADE, 2001. p.27).

A Zona da Mata de Pernambuco, desde a invasão Européia foi um território alterado, modificado. Estas mudanças não trouxeram para o quadro atual uma melhoria no que diz respeito as questões ambientais e o quadro social é um dos piores do Estado. Estas alterações ocorreram em conflitos com povos existentes nesta Região e com outras formas de conceber o ambiente natural. O modelo do monocultivo da cana-de-açúcar entrou / e ainda entra em conflitos com diversas expressões do campesinato nesta Região.

1.3 CAMPESINIDADES NA ZONA DA MATA DE PERNAMBUCO – ILHAS DE RESISTÊNCIA: ARCAS DO PASSADO E DO PRESENTE.

Propomo-nos aqui fazer um breve registro de algumas tensões entre o capital sucroalcooleiro e as outras formas de resistências[13] das diversas campesinidades, dos povos indígenas e dos povos quilombolas nesta Região.

Compreendemos o campesinato na sua especificidade que se expressa por ser "*integrada a um específico modo de uso dos recursos naturais"* (SERVILLA GUSMÁN; GONZÁLEZ DE MOLINA, 2005. p. 80), e pelo " *seu modo de ser e de viver nas mais diferentes formas de sociedade"* (Idem. p.08). Esta especificidade está relacionada aos diferentes biomas e Regiões brasileira com suas diferentes formas de se apropriarem do espaço.

E sendo no caso brasileiro, podemos dizer que se "encaixa" em nossa realidade às "*famílias camponesas, tendo elas a posse ou não de terras e como forma de reprodução social a produção agrícola, a criação de animais, o extrativismo, a pesca artesanal"* (CARVALHO, 2005. p. 08). Em se tratando das diversas formas de apropriação dos recursos naturais como atividade culturalmente e socialmente construída Servilla Gusmán e González de Molina diz que:

> Isso requer e requereu sempre a apropriação dos recursos naturais para a produção de bens com um valor de uso histórico e culturalmente dado, mediante o consumo de uma quantidade determinada de energia e materiais e o emprego de um saber e instrumentos de produção adequados. (SERVILLA GUSMÁN; GONZÁLEZ DE MOLINA, 2000. p.243 apud SERVILLA GUSMÁN; GONZÁLEZ DE MOLINA, 2005. p.81).

---

[13] O conceito de resistência é entendido neste trabalho com o mesmo significado trabalhado pelo professor Calos Walter Poto-Gonçalves (re-sistência), ou seja, os grupos sociais lutam não apenas contra quem os querem des-territorializá-los, mas lutam por uma forma de existência, um modo de vida.

O campesinato, os indígenas e os quilombolas a partir do seu modo de vida que tem uma cultura própria, das formas de apropriação que está relacionado ao simbolismo dos elementos que possibilita sua reprodução social e de domínio do ambiente natural constrói seu território. A garantia do território camponês é de fundamental importância para a garantia de sua reprodução social. Faremos a seguir um breve comentário a cerca de algumas expressões desta territorialidade camponesa, indígena e quilombola ou como estamos chamando, das "Ilhas de resistência" na Zona da Mata de Pernambuco. Abordaremos sobre a presença dos Índios, dos Quilombolas, dos Assalariados, dos Camponeses e das camponesas nos assentamentos de reforma agrária e dos pescadores e pescadoras artesanais.

A História dos índios no Brasil e em Pernambuco tem sido uma história mal contada. Ora sendo vistos como símbolo da nacionalidade, ora confundidos com a massa da população, sempre com objetivo de escondê-los ou condená-los ao "desaparecimento". Toda essa empreitada contra os índios pode ser compreendido como estratégia de dominação de suas terras/território (SILVA, 1990).

Na Zona da Mata de Pernambuco não foi diferente, a invasão europeia e a introdução do monocultivo da cana-de-açúcar impuseram às populações indígenas o esbulho de suas terras/território e a completa/momentânea extinção dos povos originários que habitavam essa Região. O monocultivo canavieiro foi introduzido no Brasil e especificamente na Zona da Mata Nordestina como um dos principais elementos de estratégia de dominação e controle do território. Daí originou-se os primeiros conflitos entre territorialidades distintas. Uma territorialidade que tinha como base o uso comum da terra, dos recursos naturais, dos ecossistemas, que tinha como lógica consumir para preservar e preservar para consumir. A outra territorialidade, a dos invasores europeus, se baseava na concentração da terra – uso privado, destruição das matas para dar lugar ao monocultivo dos canaviais, no trabalho escravo, que tinha como lógica, explorar para consumir e lucrar e lucrar para consumir e explorar.

A lógica dos invasores europeus prevaleceu e várias populações indígenas foram dizimadas e tiveram que migrar para outras Regiões do Estado como forma de autodefesa. Tem-se registro de existência na Zona da Mata Pernambucana dos povos tabajara-potiguar, caeté, tabajara, potiguar e Kariri. Os registros estão presentes até os dias atuais, seja na cultura do povo, nas práticas da agricultura e da pesca, seja nos nomes das cidades desta região: Sirinhaém, da língua tupi, significa "bacia ou viveiro de siris", originada de: Sirinãe; Ipojuca, que vem do tupi guarani Iapajuque, que significa Água Escura; Itapissuma; Itamaracá;

Tracunhaém.

Os conflitos entre os invasores e as populações indígenas, tendo alguns povos migrados e outros sendo dizimados, trouxeram problemas para a implantação do sistema canavieiro na Zona da Mata Pernambucana. Para suprir a necessidade de mão-de-obra no trabalho nos canaviais trouxeram os negros, da África, como escravos para desempenhar as atividades que Portugal precisava.

Com a chegada dos negros como escravos deu-se continuidade ao processo de dominação do território, tendo como base o monocultivo canavieiro, a concentração de terras e o trabalho escravo. Toda essa exploração para o consumo e o lucro da Metrópole.

No entanto a convivência entre os escravos e os senhores de engenhos não foi pacífica. Os negros e negras que possuíam suas culturas, seus modos de vida, suas religiosidades, suas formas de lidar com a terra, suas territorialidades, em outros lugares que não eram esses, se viram agora, como objeto de lucro e instrumento de dominação para a implantação de uma nova territorialidade que negava a sua própria. Restavam aos negros e negras a luta e a organização como forma de romper as amarras e as correntes que os escravizavam.

Houve várias lutas negras no interior dos engenhos. Vários negros e várias negras romperam as correntes e fugiram para as Matas para construir as "Ilhas de resistência", os Quilombos, os territórios quilombolas. O interessante é que as Matas eram as grandes aliadas dos Quilombos, pois serviam de abrigo e de fonte de alimento, enquanto que para a expansão do monocultivo dos canaviais as Matas eram um grande empecilho.

As Comunidades de quilombos, que são a expressão dos grupos sociais descendentes de negros que durante o Brasil colonial, se rebelaram contra o sistema colonial, que na Zona da Mata de Pernambuco era expressa pelos engenhos de açúcar, e pelas péssimas condições de vida, formando assim, os territórios quilombolas.

Pernambuco é destaque nesta resistência negra contra a escravidão e o sistema colonial e pela construção dos quilombos. Foi justamente em Pernambuco que se formou um dos quilombos mais importantes, o quilombo de Palmares, no final do século XVI e início do século XVII. Posteriormente, e concomitantemente essa Região foi o celeiro da formação de vários territórios quilombolas[14].

Atualmente, segundo a Fundação Palmares, que é vinculada ao Ministério da Cultura, existem em Pernambuco, 49 comunidades remanescentes de quilombos reconhecidas. Dentre essas, 03 se encontram na Zona da Mata de Pernambuco, que são: Onze Negras, Cabo de

[14] http://www.cpisp.org.br/comunidades/html/i_brasil_pe.html

Santo Agostinho; Povoação, município de Goiana; e Engenho Siqueira, município de Rio Formoso. No entanto, segundo a Comissão Estadual das Comunidades Quilombolas de Pernambuco, existem em Pernambuco aproximadamente 120 comunidades quilombolas que se auto reconhecem[15]. Essas "Ilhas de resistência" permanecem nos dias atuais. Permanecem com "rugas" de um passado sombrio e como caminho a ser seguido, como exemplo de luta e de construção de uma nova/velha forma de se relacionar com o meio em que vivemos.

Com o fim do regime de escravidão no Brasil, resultado de uma mudança na economia internacional, fortalecido no Brasil a partir das lutas negras, indígenas e camponesas, e por necessidade de mercados consumidores por parte da Inglaterra, onde tinha ocorrido recentemente a revolução industrial, modificou-se o regime de trabalho no campo. O trabalho assalariado, um dos modos de trabalho no campo, foi a expressão principal dessa mudança na Mata pernambucana. Principal porque além do assalariamento haviam os moradores de condição, os foreiros, os posseiros, sitiantes, pequenos proprietários, pescadores, que também possuíam seus próprios meios de produção.

Com fim da segunda Guerra, a produção de cana-de-açúcar passa por um processo de crescimento devido o aumento do preço do açúcar no mercado internacional, derivado, sobretudo do bloqueio a Cuba, um grande produtor de açúcar. Paralelo a esse fator foram criadas obras de infra-estrutura, a partir da criação da Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE, em 1959 (GALLINDO, 2010).

Com o aumento da produção de cana-de-açúcar houve também a paulatina expropriação das terras dos camponeses e das camponesas, transformando-os apenas em assalariados da cana. Esses fatores, dentre outros, levaram os trabalhadores e as trabalhadoras a se organizarem através das Ligas Camponesas e dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais (Idem, 2010).

Com o golpe militar em 1964 as Ligas foram fechadas, suas lideranças presas, torturadas, exiladas e mortas. Os Sindicatos de Trabalhadores Rurais foram "tomados" pelos militares e colocados interventores. No entanto, os trabalhadores não pararam de lutar pelos seus direitos. A luta pelos direitos trabalhistas no campo se incorporou à luta pela a redemocratização do País. Em 1979 ocorreu em Pernambuco uma das maiores greves da história dos canavieiros pernambucanos em pleno momento de ascensão das classes populares que queriam a anistia e pediam o fim do regime militar.

Na década de 1990 ocorreu uma "crise" no setor sucroalcooleiro. Essa crise surgiu em

[15] Disponível em: http://200.198.213.133:8081/sicab/default.htm. Acesso em: 03.11.2010

decorrência da liberalização da economia, com a abertura dos mercados e a redefinição do papel do Estado, em decorrência do processo de globalização. O fechamento do IAA, no final da década de 1980 e o fim do Pró-álcool, é um exemplo disso e que teve impacto no setor sucroalcooleiro, uma vez que ele sempre foi dependente do Estado. Essa crise ocasionou o fechamento de várias usinas e, tendo outras, transferindo seu capital para outros Estados brasileiro, deixando uma massa de trabalhadores desempregados e sem receberem seu direitos trabalhistas (ANDRADE, 1996). Paralelo a isso, segundo a FETAPE, nos período de 1980 a 2000, mais de 40 mil sítios foram destruídos pelo processo de expansão da cana-de-açúcar e mais de 150 mil postos de trabalho no campo foram extintos. Essa conjuntura na Zona da Mata de Pernambuco, na década de 1990, levou os trabalhadores a se organizarem e, além de continuarem lutando por melhores condições de trabalho e renda, passaram a reivindicar também a reforma agrária, retomando a luta contra o latifúndio.

Atualmente, segundo a FETAPE, no período da safra da cana-de-açúcar que vai de setembro a março, o setor sucroalcooleiro emprega 90 mil trabalhadores e trabalhadoras. Destes, a maioria sendo em trabalho temporário e uma grande parte migrante de outras regiões do Estado e até de outros estados como da Paraíba e de Alagoas. Apesar da organização dos canavieiros, pois, em todos os municípios da Zona da Mata há Sindicatos de Trabalhadores Rurais, encontramos ainda, trabalhos clandestinos e trabalhadores em condições análogas à de escravo[16]. Com o aumento do desemprego na Zona da Mata de Pernambuco e as condições de trabalho abaixo dos padrões que exige a legislação trabalhista, partes significativas dos trabalhadores e das trabalhadoras passaram a reivindicar e lutar pela reforma agrária, através dos movimentos sociais no campo e das entidades de apoio.

Diante deste quadro de desemprego, da expulsão dos camponeses e das camponesas da terra e das péssimas condições de trabalho na Zona da Mata de Pernambuco, a luta pela terra passou a tomar importância nas estratégias de lutas das organizações de trabalhadores e trabalhadora do campo, seja do movimento sindical, seja para os movimentos de luta pela terra.

---

[16] O conceito de trabalho análogo a escravo é entendido conforme a campanha de prevenção e combate ao trabalho escravo. Mais informações sobre o tema, vê: http://www.cptnacional.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=195%3Acampanha-de-prevencao-e-combate-ao-trabalho-escravo&catid=6%3Atrabalho-escravo-&Itemid=80

1.3.1 Assentamentos de reforma agrária: as “novas ilhas de resistência”, territórios em construção.

Durante as décadas de 1990 e a década de 2000 os movimentos sociais do campo contribuíram no sentido de ajudar na organização dos trabalhadores para reivindicar a reforma agrária. Com um quadro de expropriação das terras dos camponeses, de desemprego, de fechamento de usinas, os de trabalhadores e de trabalhadoras tiveram que pensar e agir, sempre primeiro que o Estado, em soluções estruturais que viessem responder aos desafios apresentados na Região (SILVA JUNIOR, 2001).

As principais lutas dos trabalhadores foram no sentido de exigir do Estado uma reforma agrária que atendesse às demandas dos camponeses sem terras e possibilitasse uma mudança estrutural na Zona da Mata pernambucana (ANDRADE, 1996). O gráfico, abaixo, das ocupações de terra em Pernambuco demonstra essa realidade.

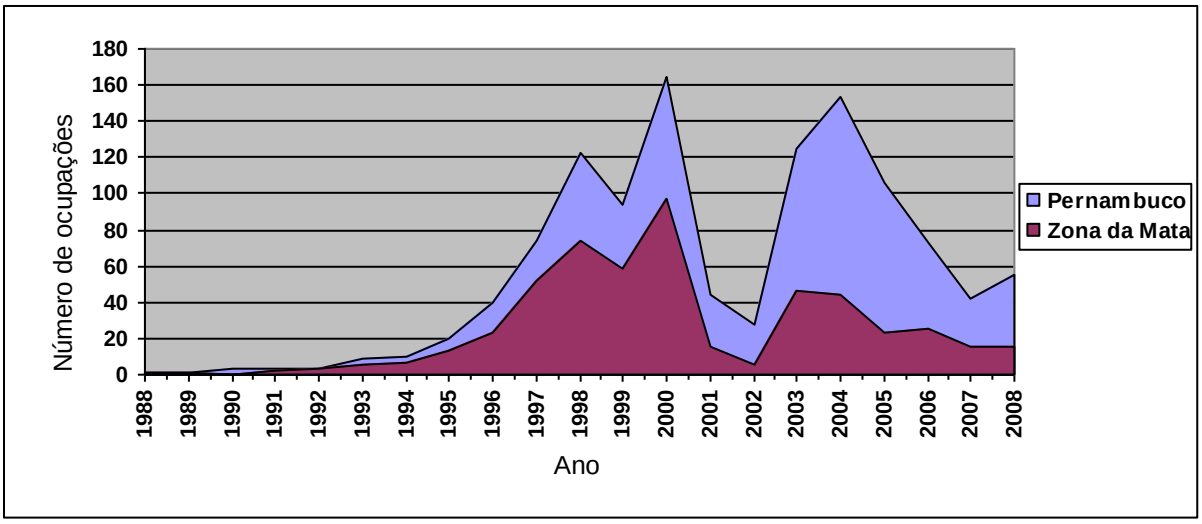


Gráfico 02 : Ocupações de terra em Pernambuco: período 1988 - 2008
Elaboração: Plácido Junior. Fonte: CPT

Observa-se que no período compreendido entre 1991 até 2000, há uma concentração crescente de ocupações de terra por parte dos movimentos sociais do campo na Zona da Mata de Pernambuco. São bastante significativas as ocupações nesta Região em relação ao Estado. É justamente na década de 1990 que ocorre a mencionada “crise” no setor sucroalcooleiro, ocasionando o fechamento de usinas e a transferência de outras para outros Estados do Brasil. É nesse período que ocorre o maior número de ocupações de terra na Região. Sem atender às demandas dos camponeses e das camponesas, o Estado, através do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA fez da Zona da Mata pernambucana uma das áreas

no Brasil de maior conflito agrário (SILVA JUNIOR, 2001).

O II Plano Regional de Reforma Agrária de Pernambuco elaborado em 2004 e que tem como horizonte a intervenção do órgão no período de 2005 à 2011, afirma que existiam 14 movimentos sociais do campo, atuando todos eles na Zona da Mata e que o número de famílias cadastradas pelo INCRA chegava a 23.319 famílias acampadas. Se observarmos toda a história da reforma agrária em Pernambuco pode-se perceber que o INCRA só assentou nesta Região pouco mais de 12 mil famílias. O maior número de solicitações de áreas para serem incluídas no programa de reforma agrária está nesta Região que era, em 2004, de 237 solicitações, seguida de 145 no Agreste (INCRA, 2004). O próprio órgão reconhece que esse fato *"pode ser atribuído, principalmente, ao contingente de trabalhadores desempregados advindos do setor sucroalcooleiro situado nessas regiões"* (INCRA, 2004. pg. 39)[17]. Afirma Silva Junior a este respeito:

> Números de famílias assentadas do INCRA revelam que em Pernambuco durante 23 anos, no período de 1979 a 2002 foram apenas beneficiadas em torno de 10 mil famílias pelo processo de desapropriação de terras para fins de reforma agrária. Se contarmos com a morosidade do INCRA para assentar mais 10 mil famílias acampadas na região, levaríamos aproximadamente 23 anos, sem contar com as cercas de 140 mil trabalhadores expulsos de suas áreas e dos postos de trabalhado no setor sucro-alcooleiro (SILVA JUNIOR, 2001. p. 19).

Não é por falta de famílias Sem Terra e nem por falta de propriedades que o INCRA não fez uma ampla reforma agrária na Zona da Mata pernambucana. Em 2004, o INCRA constatou que dos 500 imóveis demandados pelos movimentos do campo em Pernambuco 237 eram na Zona da Mata. Dos 248 acampamentos existentes, segundo o órgão, 106 eram na Mata pernambucana (INCRA, 2004. p. 40 e 41)[18]. Os números da reforma agrária são mais alarmantes negativamente, se relacionarmos com a luta dos movimentos e com o próprio INCRA. Segundo o cadastro da Superintendência Regional do INCRA (SR - 03), que fica em Recife, na Mata pernambucana existiam 534 grandes imóveis abrangendo uma área de 392.499 hectares. De acordo com a Superintendência do INCRA – SR03, destes imóveis 195 já se declaravam improdutivos, ocupando uma área de 118.623 hectares. Cabe perguntarmos, porque o INCRA não desapropriou estas áreas, que já se declararam improdutivas e que o próprio órgão tem conhecimento?

Apesar da falta de vontade política do INCRA em fazer a reforma agrária, houve

---

[17] Idem
[18] Idem

avanços na luta pela terra. Dados da Superintendência Regional do INCRA em Pernambuco – SR 03 de 2008 revelam as conquistas dos movimentos socioterritoriais no campo na Zona da Mata de Pernambuco. Com toda a luta dos camponeses e das camponesas existem hoje nesta Região 147 assentamentos de reforma agrária, nos quais estão assentadas 11.313 famílias, em uma área de 107.435,10 hectares. Esses assentamentos de reforma agrária são, o que estamos chamando, as "novas ilhas de resistência" camponesa, que se contrapõe, ou deveria se contrapor, ao território canavieiro.

Vale lembrar que as conquistas dos assentamentos não se deram de forma pacífica. Elas ocorreram com mortes de trabalhadores, prisões, despejos de famílias, violações aos direitos humanos, destruições de casas e plantações, ameaças de mortes, tudo ao arrepio da lei e do Estado.

Apesar das conquistas do movimentos de lua pela terra na Zona da Mata pernambucana na história da reforma agrária em Pernambuco, as políticas públicas para os assentamentos adotadas pelos Governos brasileiros, historicamente, não condiz com a imensa luta dos trabalhadores e das trabalhadoras juntamente com suas organizações.

Os assentamentos passam anos, após as desapropriações e das imissões de posse, para receberem os créditos para a produção, para a habitação e para a assistência técnica. Um exemplo deste "abandono" dos assentamentos por parte dos Governos – Federal e Estadual são os assentamentos Chico Mendes e Ismael Felipe, em Tracunhaém, que são acompanhados pela CPT. Esses assentamentos são frutos das lutas do povo do Engenho Prado. A ocupação do engenho ocorreu em 09 de fevereiro de 1997. Na época os trabalhadores e as trabalhadoras exigiam a desapropriação de seis engenhos do complexo engenho Prado (engenho Prado, Papicú, Tocos, Dependência, Penedinho e Taquara). Em 2003 o INCRA consegue desapropriar um dos engenhos reivindicados, o engenho Penedinho, que hoje se chama Assentamento Novo Canaã. Em 2005 o INCRA consegue desapropriar mais três engenhos, Papicú, Tocos e Taquara, que se chamam hoje de assentamentos Chico Mendes e Ismael Felipe. No entanto só consegue a imissão de posse em novembro de 2006.

No período de 2006 até 2010 os últimos dois assentamentos, Chico Mendes e Ismael Felipe, só receberam crédito habitacional para construção da metade das casas, das 118 famílias assentadas. Não receberam nenhum crédito para a produção, não tiveram assistência técnica e não fizeram o Plano de Desenvolvimento do Assentamento – PDA.

O que ocorre com esses assentamentos é o mesmo que ocorre com os demais na Zona da Mata pernambucana. O assentamento Mariano Sales, antigo engenho Sirigí, que pertencia

a usina Aliança, no município de Aliança, é um outro exemplo. A usina encerrou suas atividades, fechou em 1996 sem pagar os débitos trabalhistas a nenhum trabalhador e trabalhadora, além de não ter quitado as dívidas com o Estado. O engenho foi desapropriado em 2006 e as famílias não receberam nenhum crédito, nem o de habitação, nem para a produção, nem para assistência técnica, até o final de 2010[19].

Por outro lado, o que se percebe na Zona Mata pernambucana é o aumento da expansão da cana-de-açúcar com o apoio dos Governos Federal e Estadual. Enquanto isso, os assentamentos estão jogados à "sorte". Uma das consequência da política para o campo que prioriza o agronegócio em detrimento da agricultura camponesa, é que grande parte dos camponeses e das camponesas nos assentamentos da Zona da Mata de Pernambuco estão plantando cana-de-açúcar para vender às usinas. O que nascera para se contrapor ao território canavieiro, está sendo empurrado para fazer parte da engrenagem violenta e degradadora dos sistema do agronegócio canavieiro. Desta forma o território camponês em construção cresce sob "controle" do capital sucroalcooleiro.

Muitos desafios se apresentam para os assentamentos e para as organizações que os acompanham. No entanto, neste "Mar" de cana que é a Zona da Mata de Pernambuco, ser "ilha de resistência" já é um grande desafio. Junto com os camponeses e as camponesas nos assentamentos de reforma agrária, as áreas quilombolas, as áreas de posseiros, existe também os habitantes dos manguezais, os pescadores artesanais. Essas frações dos territórios camponeses estão "ilhadas" pelos latifúndios canavieiros.

1.3.2 Os pescadores e pescadoras artesanais

O Brasil possui uma costa de 8.500 km, sem falar da grande quantidade de ilhas, que tem um grande potencial de pescado. A maior quantidade de pescado que os brasileiros consomem vem dos pescadores artesanais, que representa 60% do total do pescado nacional, num total de 500 mil toneladas por ano (MPA, 2010).

Em relação às pessoas envolvidas nesta atividade, os números são grandiosos. O Governo Federal fala em 700 mil pessoas envolvidas nesta atividade. As organizações de representação da pesca artesanal, reunidas durante a primeira Conferência da Pesca Artesanal, que aconteceu em Brasília, em 2009, estimavam em mais de um milhão de pessoas envolvidas

[19] Informações obtidas em função de observações realizadas enquanto Agente Pastoral da Comissão Pastoral da Terra em Pernambuco, entidade que acompanha as famílias dos assentamentos acima citados desde 1997.

nesta atividade, gerando riqueza para o Brasil[20].

A pesca artesanal é praticada pelas populações tradicionais, que tem um jeito próprio de ser e com um grande valor cultural, que vai do Sul ao Norte do País. Além de colocarem no comércio, parte da sua produção é para a alimentação da família, sendo praticada a pesca em regime familiar. Em algumas Regiões a pesca artesanal é associada à agricultura e o sistema de vida é conhecido como "caiçara" [21].

O Brasil tem 27.000 embarcações artesanais, que vão desde as canoas, jangadas, botes, catráias. Além das embarcações, os pescadores artesanais têm e preparam outros apetrechos de pesca, controlando assim os meios de produção. (MPA, 2010)

As informações obtidas, na tabela abaixo, nos informam que a pesca extrativista, ou artesanal é muito mais eficiente e produtiva que a pesca da aqüicultura, das grandes embarcações, da pesca empresarial. Entre 1994 a 2001 a percentagem de produção em relação à produção total de pescado, da pesca extrativista, vária de 77,6% à 99,5%, mostrando a importância desta atividade para a produção de alimentos e para a economia, sobretudo local.

ANO	PESCA EXTRATIVA				AQUICULTURA				TOTAL
	MARINHA	ÁGUA DOCE	TOTAL	%	MAR	AGUA DOCE	TOTAL	%	
1994	494,3	203,2	697,5	99,5	3,4	0.4	3,8	0,5	701,3
1995	413.7	193,0	606,7	92,9	5,4	40,8	46,2	7,1	652,9
1996	422,2	210,3	632,5	91,2	8,5	52,2	60,7	8,8	693,2
1997	465,7	178,9	644,6	88,0	10,2	77,5	87,7	12,0	732,3
1998	432,6	174,2	606,8	85,4	15,3	88,6	103,9	14,6	710,7
1999	418,5	185,5	604,0	81,1	26,5	114,1	140,6	18,9	744,6

[20] Iª Conferência da Pesca Artesanal
[21] Para maior aprofundamento sobre os Caiçaras, ver Antônio Carlos Diegues.

2000	467,7	199,2	680,0	80,6	38,3	138,2	176,5	20,9	843,5
2001*	498,0	212,3	710,3	77,6	52,8	152,2	205,0	22,4	915,3

Quadro 01 – Produção por ambiente e total (em toneladas) e participação relativa (%) da pesca extrativa e da aqüicultura marítima e de água doce, no período de 1994 a 2001* (em 1.000 toneladas).

(*) Estimativa preliminar - Fonte: IBAMA (2001)

Sobre a pesca artesanal, o diagnóstico do governo mostra que:

> A pesca artesanal é mais representativa no norte, nordeste e centro-oeste. Torna-se relevante destacar, entretanto, que a pesca artesanal continua desempenhando um importante papel no cenário da pesca nacional. Considerando-se que a quase totalidade da pesca extrativa continental é de pequena escala ou artesanal, pode-se inferir que, ainda nos dias de hoje, essa pesca é responsável por cerca de 60% de toda a produção extrativa nacional (Diagnóstico da Pesca Artesanal no Brasil – MPA, 2010).

A par deste painel da pesca artesanal no Brasil, nos deteremos agora a análise desta atividade e dessa forma de vida no litoral de Pernambuco.

1.3.2.1 A pesca artesanal no litoral Pernambucano

Pernambuco tem uma faixa litorânea de 187 quilômetros da costa a partir do Litoral Norte até o Litoral Sul apresentando-se como grande importância para a pesca artesanal. É nesse litoral que são produzidas por ano 14 mil toneladas de pescado, volume que movimenta R$ 37,2 milhões na economia do Estado (Diagnóstico socioeconômico da pesca artesanal no litoral de Pernambuco, 2010)[22]. A pesca artesanal sustenta hoje em todo litoral pernambucano, aproximadamente 150 mil pessoas, número maior, por exemplo, que os trabalhadores empregados na atividade canavieira quando está no pico, no período da safra. O sustento dessas pessoas é retirado dessa grande fonte de alimentos que são os rios, os manguezais e o mar. A poluição dos rios, dos estuários, os viveiros de camarão e a expropriação de terras são os principais problemas para a pesca artesanal. Outro problema é o processo de urbanização

[22] Diagnóstico socioeconômico da pesca artesanal no litoral de Pernambuco, 2010. Este diagnóstico foi feito por pesquisadores da Universidade Federal Rural de Pernambuco - UFRPE, juntamente com o Instituto Oceanário e a Fundação Apolônio Salles (Fadurpe).

que passou/passa a região litorânea, cujas cidades não têm cobertura total de saneamento. Essa poluição afeta diretamente as áreas estuarinas diminuindo desta forma os peixes, os crustáceos e os moluscos, que são o que mais se pescam.

Dados do Diagnóstico socioambiental da pesca artesanal no litoral de Pernambuco apontam que 59,4% das pescadoras e dos pescadores artesanais em Pernambuco estão na pesca dos estuários e nos manguezais, 84,5% tem uma renda familiar até dois salários mínimos e 50,1% vendem seus pescados diretamente ao consumidor[23]. Abaixo apresentamos uma síntese do quadro da pesca artesanal no litoral pernambucano.

Extensão	187 km
Participação	2,3% do litoral brasileiro
Abrangência	16 municípios
Ecossistema	14 zonas estuarinas
Produção	Peixes, Crustáceos, Moluscos
Produção total	13.999,5 t (dados 2006)
Receita	R$ 37,2 milhões (dados 2006

Quadro 02. Dados gerais da pesca artesanal em Pernambuco
Fonte: Diário de Pernambuco, 2010[24]

Como vimos, apesar da hegemonia do modelo de monocultivo da cana-de-açúcar, existe uma diversidade de modos de vida, de formas de produção, de maneiras de se relacionar com o meio natural. Essas outras formas de vida, essas outras territorialidades ocorre pela diversidade de formas de existências no campo: indígena, comunidades negras e quilombolas, assalariados da cana, assentados da reforma agrária, pescadores e pescadoras artesanais.

Apesar disso, na Zona da Mata de Pernambuco encontramos um panorama social e ambiental altamente violentado em decorrência do modelo imposto nesta Região que se baseia pelo monocultivo da cana com uma alta concentração de terra e renda e que entrou em conflito com as outras formas de existência. Essas "ilhas" de resistências se confrontaram com o modelo hegemônico no campo.

---

[23] Idem

[24] As fontes desta tabela foram obtidas em uma série de matérias veiculadas no jornal Diário de Pernambuco (09 a 12 de maio de 2010), sobre a pesca artesanal no litoral de Pernambuco.

Passaremos a analisar o estudo de caso realizado durante esta pesquisa, que diz respeito ao conflito territorial envolvendo uma comunidade de pescadores artesanais e a Usina Trapiche, nas 17 ilhas do estuário do Rio Sirinhaém, na Zona da Mata de Pernambuco. Mais uma “ilha” de resistência.

2 A OCUPAÇÃO DOS ILHÉUS: Sua territorialidade

"Meu pai nasceu e se criou-se aqui, minha mãe nasceu e se criou-se, meus avôs nasceu e se criou-se, minha bisavó, a vó da minha mãe, nasceu e se criou-se aqui, era cabocla, era índia, nasceu e se criou-se aqui mesmo ... minha famílias tudo nasceu e se criou-se aqui, tudo de barriga cheia".

(Maria de Nazareth)

O município de Sirinhaém, encravado na Zona da Mata Sul de Pernambuco, em área litorânea, tem um população estimada em 2009 de 38.610 pessoas, ocupando uma área em sua unidade territorial de 378,79 km². O município está inserido no Bioma Mata Atlântica, com os seus ecossistemas associados. A palavra Sirinhaém, escrita originalmente Sirinãe, que significa "bacia ou viveiro de siris" deriva da palavra indígena dos povos Tupi. A divisão territorial do município de Sirinhaém, que data de 01 de setembro de 1960, e permanecendo até os dias de hoje, corresponde a 03 distritos: Sirinhaém sede, Barra de Sirinhaém e Ibiratinga[25]. É nesse município e no município vizinho, o de Ipojuca, que se localiza o Estuário do Rio Sirinhaém e suas 17 ilhas que eram habitadas por 53 famílias. A ocupação das 17 ilhas do estuário do rio Sirinhaém, data provavelmente do início do século XX, intensificando-se o povoamento a partir da década de 1960 (IBAMA, 2008)[26].

Os ilhéus, há décadas viviam das lavouras de subsistência, animais de pequenos porte, da coleta de frutos das árvores frutíferas e, sobretudo do manguezal. Além da pesca artesanal de crustáceos e peixes que garantiam a alimentação básica das famílias e uma renda, a partir da venda do pescado na feira local, havia a atividade da agricultura de subsistência (macaxeira, batata doce, milho, feijão) e criação de animais de pequeno porte, como galinha, peru, guiné e cabra, além do manejo da vegetação de espécies frutíferas, imprimindo neste espaço sua territorialidade, conformando assim o estuário do Rio Sirinhaém em seu território. Como podemos constatar o jeito de ser e de se relacionar em um determinado lugar a partir da cultura, dos conhecimentos herdados de geração em geração e aprimorados à realidade em que se vive compõe a construção do território. Desta forma sociedade e natureza não são separadas, pois o território é composto pelo processo de ocupação – apropriação (simbólico e cultural) e dominação (político e econômico) que se expressa no modo de vida e no jeito de ser dos grupos sociais em um determinado lugar (natureza).

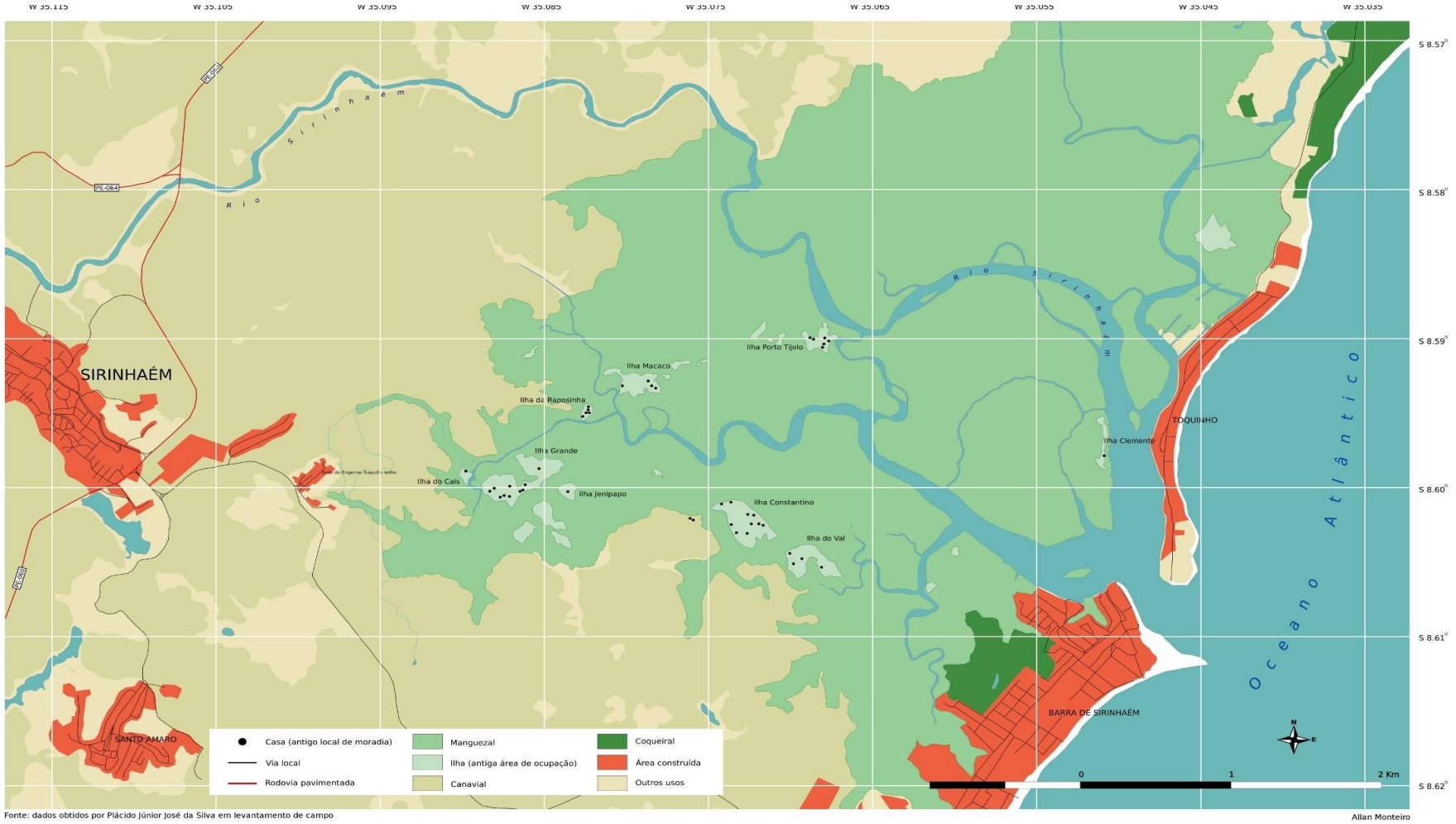
> O território é uma categoria *expressa* que pressupõe um espaço geográfico que é apropriado e esse processo de apropriação – territorialização – enseja identidade – territorialidades – que estão inscritas em processos sendo, portando, dinâmicas e mutáveis, materializando em cada momento uma determinada ordem, uma determinada configuração territorial, uma topologia social (PORTO-GONÇALVES, 2002. p. 230).

---

[25] IBGE, 2010

[26] IBAMA, 2008. ESTUDO SÓCIO-ECONÔMICO DOS EX-MORADORES E DA COMUNIDADE PESQUEIRA USUÁRIA DAS ILHAS E DO ESTUÁRIO DO RIO SIRINHAÉM/PE. Esse estudo faz parte do Relatório final da pesquisa, que constitui parte do Estudo Socioambiental sobre a região das 17 ilhas do Complexo Estuarino do Rio Sirinhaém, que tem como objetivo embasar o processo de criação de uma Unidade de Conservação Federal de Uso Sustentável.

Mapa 04 Estuário do rio Sirinhaém – antigos locais de ocupação dos moradores das Ilhas



Elaboração: Allan Monteiro
Fonte: Plácido Junior

território é uma condição da existência humana, que é exatamente a relação da sociedade com a natureza", sendo o território "natureza mais cultura através do poder, através da política". Sobre a tríade território, territorialidade e territorialização, Porto-Gonçalves diz que:

> Não tem território sem o processo de territorialização. Todo território é conformado por um processo de apropriação de determinado grupo social daquela área, daquele espaço. Ao mesmo tempo, todo grupo social quando ocupa uma área, ocupa com um determinado sentido, tem uma territorialidade. É sempre bom ver a tríade território, territorialidade e territorialização. (Informação Verbal)[27].

As 53 famílias de pescadores e pescadoras artesanais viviam distribuídas nas 17 ilhas apropriando-se a seu modo, deste espaço, deste lugar, do seu jeito de ser, ou seja, expressava sua territorialidade. Apesar de ter sido a pesca a principal atividade, essa, se conjugava com a agricultura de subsistência, sobretudo, quando a maré "não dava". Seu Ivanildo Luiz dos Anjos, que morava na ilha do Cais, e que foi expulso pela usina Trapiche[28], fala da plantação de "*macaxeirazinha, uma roça*", que tinha nas ilhas. Fala também que "*criava galinha*", e comprovando a conjugação das atividades, pesca e agricultura, ele fala que "*quando a maré arrinava, o caranguejo, o peixe, aí tinha dois, três frangos, vendia, aí tinha o dinheiro pra fazer minha feirinha*". O termo "arrinava", na fala de seu Ivanildo, significa dizer que, no período em que a maré não provia do pescado para os pescadores. É de conhecimento de muitos, o dito popular: "um dia é do mar e outro do pescador". Isto expressa, ainda, a pluriatividade típica das sociedades camponesas.

Os ilhéus também beneficiavam a mandioca nas ilhas. Haviam casas de farinha, que serviam para a fabricação de farinha e beiju do proprietário, da família e da vizinhança. O beneficiamento da mandioca era feito pelas pessoas mais próximas das ilhas onde estavam instalados os equipamentos de beneficiamento. A atividade da fabricação da farinha era feita por muita gente, como lembra Dona Antônia Amara de Santana, 70 anos, e que viveu 52 anos, esposa de seu Luís José de Santana e que morava também na ilha do Cais. "O *pessoal ia fazer beiju,... arrancava macaxeira. Luís vinha fazia farinha,... quem plantava por perto ia tudo fazer farinha na minha casa de farinha*". Apesar de Dona Antônia se referir como "minha", a casa de farinha era de uso comum a todos e todas que precisassem beneficiar a mandioca para fazer farinha, outra característica camponesa.

O pescado, além de servir de alimento para as famílias, era comercializado na feira de

---

[27] Carlos Walter Porto-Gonçalves. Entrevista realizada em 19 de maio de 2010

[28] Veremos o processo de des-territorialização no capítulo 3.

Sirinhaém e nos distritos do município, atividade essa que além de garantir uma renda para os ilhéus, movia a economia da cidade. Dona Maria de Marta, que vivia na Ilha do Val, e foi expulsa, também, pela Usina Trapiche, fala da importância dos ilhéus para abastecimento do pescado. "*... era caranguejo, era aratú, era sirí, era amoré, era peixe, era tudo. Tudo para dentro de Sirinhaém. E o povo comprava"*.

Foto 07: Dona Dijanete Cristina dos Santos, ex-ilhéu, que morava na ilha Constantino, e foi expulsa pela Usina Trapiche, vendendo caranguejo na feira de Sirinhaém. Apesar de não morar próxima do manguezal, ainda exerce a prática da pesca artesanal e abastece a feira local.
Foto: Plácido Junior (2009)

Sobre a importância da pesca artesanal em Pernambuco, a UFRPE – Universidade Federal Rural de Pernambuco, em pesquisa conjunta com o Instituto Oceanário e a Fundação Apolônio Salles (Fadurpe), produziram o *Diagnóstico socioeconômico da pesca artesanal do litoral de Pernambuco*[29]. Este diagnóstico diz que "*a pesca artesanal no Estado é responsável pela produção de 14 mil toneladas de pescado por ano, movimentando R$ 37,2 milhões na economia. A atividade é responsável pelo sustento de 150 mil pernambucanos",* demonstrando, inclusive, sua importância econômica para a Região.

[29] Diagnóstico socioambiental da pesca artesanal do litoral de Pernambucano, 2010.

Foto 08: Feira de peixe dentro do mercado público no município de Sirinhaém.
Foto: Plácido Junior (2009)

É preciso salientar que a pesca artesanal além de ter uma importância para a economia, sobretudo local, gera trabalho e renda para as populações envolvidas com essa atividade. No entanto essa prática da pesca artesanal é exercida com bases em experiência anteriores, ou seja, são as práticas dos pais, da família e dos vizinhos que garantem às gerações futuras a continuidade desta atividade. Sobre o conhecimento tradicional da pesca artesanal da comunidade pesquisada é o que passaremos abordar.

2.1 CONHECIMENTO TRADICIONAL

A atividade da pesca no estuário do rio Sirinhaém desenvolvida pelos ilhéus, era feita de forma artesanal, cujo conhecimento é transmitido de geração para geração. Severino Gonçalo[30], filho de Severino Gonçalo da Silva, conhecido como Cavoeiro, um dos moradores mais antigos das ilhas fala como aprendeu a arte de pescar.

> Meu pai me ensinou toda qualidade de coisas, pescar na camboa … camboa de rio, trabalhava com ele, ele me ensinava. "**Meu filho, quando você crescer você vai ter que seguir esse caminho. Se você for ter que ir pra usina você vai ter que sofrer" (fala do pai dele)**. Eu, que eu penso no meu futuro hoje, é a mesma

[30] Severino Gonçalves Filho. Entrevista realizada em 27 de abril de 2010.

> profissão que Deus me deu. E a minha família e meu pai e o esposo dela **(se referindo a outros pescadores)** ele me levou aquela profissão de pescaria … o que esse coroa me ensinou, eu aprendi. A minha profissão eu trouxe desde pequeno. Meu pai, ele foi me ensinando… aquele mangue tem caranguejo, quando você crescer dá pra sobreviver dali. (Informação verbal)[31] (Grifo nosso)

Severino demonstra e descreve a forma que aprendeu a pescar. O pai o ensinou, como também outros pescadores, dizendo, que eles, "*me levou aquela profissão*", ensinando a ele a "*pesca de camboa*", como a "*pesca de rio*" e "*toda qualidade de coisas*".

No entanto, Severino ressalta que *"A minha profissão eu trouxe desde pequeno"*. Percebe-se que Severino tem uma relação com o lugar, ou seja, "*trouxe desde pequeno"* porque foi ali que ele se criou. "*Morava nas ilhas, trabalhava no mangue, e ali a gente se criou e cresceu ali no manguezal*", por que foi no manguezal que ele imprimiu "sua" territorialidade pesqueira, tendo como base a cultura e os costumes herdados dos pais e da comunidade. Da mesma forma, fala Maria das Dores, uma das duas famílias que ainda vive na ilha Constantino[32], quando diz que "*eu nasci e me criei aqui. Minha mãe teve a gente, meu pai, meus irmãos, tudinho, tudo aqui dentro*". Esse "*eu nasci e me criei aqui*" e "*tudo aqui dentro*", demonstra o sentimento de pertencimento ao lugar, o sentimento de ser do lugar e por isso conhecer as formas de se relacionar com o lugar, com o seu território de pesca e que também é de vida. Sendo do lugar, suas vidas eram também pelo e do lugar.

Em relação com o sentimento de pertencimento com o lugar na pesca artesanal Cristiano Ramalho (2006) nos diz que:

> Pescador é aquele que conhece os caminhos e segredos do mar e do estuário, o que produz um sentimento de pertence a um grupo e, consequentemente, a um território. O ordenamento e uso dos espaços naturais aquáticos são resultados da experiência e conhecimento de vida (RAMALHO, 2006. pg. 57).

Esse sentimento de pertence com o lugar, com o seu território, ou ainda com a consciência socioespacial de pertencimento é discutido também por Valter do Carmo Cruz em seu artigo "Territorialidades, identidades e lutas sociais na Amazônia". Neste artigo, ele faz uma síntese dos pressupostos teóricos do fenômeno identitário que compreende a identidade como uma construção histórica, relacional e contrastiva, material e simbólica, estratégica e posicional e hegemônica ou subalterna.

No que diz respeito à identidade territorial numa perspectiva geográfica, ele cita

---

31 Severino Gonçalo da Silva. Entrevista realizada em 27 de abril de 2010.

32 Trataremos do caso das famílias de Maria das Dores e Maria de Nazarerh no capítulo 3

Haesbaert, concordando com ele, dizendo que "*determinadas identidades são construídas a partir da relação concreta/simbólica e material/imaginária dos grupos sociais com o território*" (ARAÚJO e HAESBAERT, 2007. p. 102) . Sobre a consciência socioespacial, ou o sentimento de pertencer ao lugar, ao território, Cruz diz que:

> É o sentimento de pertença, os laços de solidariedade e de unidade que constituem os nossos sentimentos de pertencimento e de reconhecimento como indivíduos ou grupo em relação a uma comunidade, a um lugar, a um território. Não é algo natural ou essencial, é uma construção histórica, relacional/contrastiva e estratégica/posicional. No que diz respeito à consciência de pertencimento a um lugar, a um território, essa é construída a partir das práticas e das representações espaciais que envolvem ao mesmo tempo o domínio funcional-estratégico sobre um determinado espaço (finalidade) e a apropriação simbólico/expressiva do espaço (finalidades/afetividades) (CRUZ apud ARAÚJO e HAESBAERT, 2007. p. 104 e 105).

Cruz completa dizendo que "*é a partir dessa relação dialética entre "o espaço vivido" e o "espaço concebido" que se constroem a consciência socioespacial de pertencimento e as identidades territoriais*" (ARAÚJO e HAESBAERT, 2007. p. 106).

Foto 09: Esta foto foi tirada na década de 1980, pelos Franciscanos de Sirinhaém que acompanhavam a comunidade de pescadores e pescadoras que vivam nas ilhas do estuário do rio Sirinhaém. A foto nos mostra um senhor fazendo ou ajeitando um apetrecho de pesca. No entanto esta atividade está sendo acompanhada por toda a família, desde a esposa e os filhos e filhas, proporcionando o conhecimento desta arte ser repassado para os demais da família, podendo ser assim, o conhecimento tradicional, seguir de geração em geração.
Foto: Arquivo do Convento dos Franciscanos em Sirinhaém (1988)

É importante perceber, também, a parte da fala de Severino, quando o pai dele diz que, *"Se você for ter que ir pra usina você vai ter que sofrer".* Podemos fazer pelo menos duas observações sobre esta fala. Primeiro, é que os ilhéus buscam uma diferenciação dos demais trabalhadores e moradores da Região, cuja principal atividade é o corte da cana. Segundo, é a distinção, que fora das ilhas e do mangue é sofrimento, enquanto que dentro do estuário é bom, é fartura. A importância do lugar na construção de uma identidade territorial é abordada por Entrikin citado por Saquet:

> O lugar tem centralidade e significa uma condição da experiência humana, que implica identidade coletiva e individual. A experiência do lugar tem um papel fundamental na reprodução da vida em sociedade e na construção da identidade. Mesmo com o avanço da tecnologia de comunicação e transporte, estamos sempre situados no mundo, em um lugar, numa realidade objetiva e subjetiva que tem um significado existencial para os indivíduos (ENTRIKIN apud SAQUET, 2007. p.109).

Assim, acreditamos que a noção de lugar, enquanto construção histórica acrescenta densidade existencial ao território. Não sendo apenas área apropriada pelas relações de poder, o lugar guarda uma relação com o território, tornando algumas partes deste mais significativo para os sujeitos sociais do que para outros.

O depoimento de Maria das Dores, que também é conhecida por Graça, confirma esse sentimento de pertence ao lugar, sendo esse, um lugar bom de viver, e, que aqui é bom e lá, é ruim, é incerteza. Ela fala ainda da importância da mãe para transmitir, ou melhor, aprimorar as práticas de se relacionar com o manguezal.

> Nossa mãe ia pro mangue levava a gente. A gente tudo pequenininho, tudo atrás dela. Tirava caranguejo, ela pescava tudinho, ensinava a gente, quando a gente tivesse grande a gente aprender. A gente aprendeu, eu, minha irmã, meus irmãos. Até hoje vive no mangue… assim a gente vai vivendo, criando nossos filhos, irmãos, sobrinho, família, tudo aqui dentro. A gente é criado aqui mesmo no mangue. É peixe, camorim, esses outros peixes, carapeba, ostra, marisco, sururu, tudo que tem dentro do mangue, a gente tira do mangue, a gente veve do mangue mesmo… isso é um lugar bom de viver, se sair daqui pra rua, eu vou morrer de fome. (Informação verbal[33])

O conhecimento da pesca, Graça e os irmãos, aprenderam com a mãe desde pequeninos, quando ela levava-os para pescar. Hoje, ela repassa esses conhecimentos para os filhos e filhas. Essa é a forma encontrada para transmissão do conhecimento e a permanência de gerações e gerações nos manguezais. Isso fica claro quando ela fala que "*Até hoje vive no*

[33] Maria das Dores. Entrevista realizada em 26 de outubro de 2007. Fonte: Arquivo CPT.

mangue… assim a gente vai vivendo, criando nossos filhos, irmãos, sobrinhos, família, tudo aqui dentro". Maria das Dores demonstra ainda o conhecimento do pescado, quando cita os inúmeros peixes e crustáceos, como o "*camorim*", como a "*carapeba, ostra, marisco, sururu,...*", conhecimento que, com certeza, aprendeu com os pais e com a própria vivencia no manguezal.

Foto 10: Nesta foto tirada no Rio Sirinhaém podemos ver a pesca artesanal praticada pela família. Vimos à esquerda, o senhor mais velho, que é o pai dos demais.
Fonte: Plácido Júnior (2009)

Da mesma forma que Severino, Maria das Dores diz que "*isso é um lugar bom de viver, se sair daqui pra rua, eu vou morrer de fome*". Mais uma vez é colocada à diferenciação dos que vivem nas ilhas, em relação dos que vivem fora das ilhas, na "rua", por exemplo, em uma região em que a atividade econômica sucroalcooleiro é a predominante. Ambos enfatizam sempre, que nas ilhas, é "*bom de viver*", sempre se referindo a um lugar de abrigo e de fartura. O "lugar de abrigo" é o território da comunidade pesqueira, onde cada família tece pela vivência o seu espaço do cotidiano: lugar onde se pode escapar da fome.

2.2 VIDA DE "BARRIGA CHEIA"

São inúmeros os depoimentos dos antigos moradores que falam das ilhas como um lugar "*bom de viver*", de *"barriga cheia"*. As atividades da pesca, da agricultura de

subsistência, a criação de animais de pequeno porte e a extração das frutas no interior das ilhas, compõe as diversas atividades exercidas nas ilhas. Esta apropriação e domínio do estuário, ou seja, sua territorialidade garantia aos moradores, uma vida boa, de "barriga cheia", como nos falou Maria das Dores. Os pescadores e as pescadoras se identificavam com o lugar, que ao mesmo tempo era um lugar de trabalho e de vida, um lugar de pesca e de moradia, sendo um território de abrigo e de fartura. Era grande a importância dos aspectos econômicos, que garantia a sustentação das famílias, mas não só isso, também os aspectos culturais e simbólicos da apropriação deste espaço merecem atenção, com os lugares de pesca, o conhecimento das marés e a casa de farinha que era de uso comum, por exemplo.

Citando Raffestin e Governa, Saquet fala que a "territorialidade é efetuada por relações sociais ou, mais precisamente, pela identidade espacial, pelo senso de exclusividade e pela compartimentação da interação do homem no espaço", desta forma, "não há território sem territorialidade" (SAQUET, 2007. p. 64 e 81).

A professora Maria Geralda de Almeida, da Universidade Federal de Goiás, em seu artigo, no qual procura discutir essas noções, a partir da construção do Lago da Usina Hidrelétrica (UHE) da Serra da Mesa, no Norte Goiano, e seus impactos na população local, ocasionado pela construção de hidrelétricas, nos diz, a respeito da noção de território, e citando Bonnemaison e Cambrezy, que "*território ele o é, para aqueles que têm uma identidade territorial com ele, o resultado de uma apropriação simbólico-expressiva do espaço, sendo portador de significados e relações simbólicas*".

Para Rogério Haesbaert, diz ele que, o território "*é visto como 'espaço socialmente apropriado', 'produzido', 'dotado de significado', enfatizando a 'natureza econômica e simbólica' do poder*" (HAESBAERT, 2009. p.84). É isso o que se percebe, a partir do trabalho de campo, dos depoimentos e entrevistas realizadas com os moradores que foram expulsos das ilhas, bem como, com as duas famílias que viviam até o fim de 2010 na Ilha Constantino.

O sentimento de pertence não está relacionado apenas com um lugar em que eles e elas tiram suas rendas do pescado ou da agricultura, mas, é um lugar em que se relaciona com os demais, seja na pesca ou na fabricação da farinha. É um espaço em que eles e elas foram nascidos e criados e que os costumes, as formas de ser do lugar, estão impressas em cada um e em cada uma. A comunidade imprimiu sua territorialidade, seu jeito de se relacionar com o mangue, com a terra, com os demais e com as ilhas. Essa forma de construção e produção do território para Magnaghi, segundo Saquet, é:

> Determinado pela organização societal, no qual, a identidade historicamente constituída também tem centralidade, como permanências (sedimentos materiais cognitivos) que se manifestam nos lugares. O território é produto histórico e condição de processos sociais, com formas e territorialidades, interações local, articulada, mas com capacidade de autogestão, valorizando a natureza. A ajuda mútua, o pequeno comércio, a autonomia, o trabalho manual do agricultor, os saberes populares, a cooperação, os marginalizados, o patrimônio cultural-identitário, a biodiversidade, […] (SAQUET, 2007. p.117).

Na fala do senhor Luiz, um dos ilhéus que foi expulso do estuário do Rio Sirinhaém, fica bastante explícita essa noção de apropriação do território, seja pelo fato de produzir os meios de subsistência da população local, seja pela identidade com o lugar:

> Morava 48 anos, vivia da pescaria. Plantava, feijão, batata, milho , mandioca, ali possuía uma casa de farinha onde construía a farinha, o beiju, o manuê, tudo aquilo que aparecia, prumode eu mim manter, agora tanto pra mim como para os outros. Hoje eu vivia sempre da pesca, aquilo ali era para me manter e vendia o resto para ter a minha segurança. A minha situação financeira. (Informação verbal[34])

Apesar de que o senhor Luiz "*vivia sempre da pesca*", ele desempenhava a atividade da agricultura plantando "*feijão, batata, milho, mandioca ...",* sendo essa conjugação, para a manutenção da família, quando para "*situação financeira",* ou seja, pra provir das outras coisas que o mangue não os proviam diretamente.

Dona Antônia, esposa do senhor Luiz, falando da diferença de viver fora e dentro das ilhas, ela diz que, "*lá eu armava ratoeira, eu botava covo, tinha meu viveiro de botar guaiamum, fazia minha farinha, pescava, era uma vida muito boa".* A vida boa, aqui, está relacionada as práticas da pesca e da agricultura desenvolvidas dentro das ilhas, que propiciava uma fartura e uma *"vida muito boa",* onde ali era possível sustentar a família.

O mesmo nos fala, Maria das Dores, das ilhas como um lugar bom, um lugar de fartura.

> A gente aqui conviveu com os nossos filhos, trabalhando no mangue, que a gente pescava de siri, botava covo, pescava muito mesmo… A gente planta macaxeira, milho, de tudo planta aqui … isso aqui é ótimo. A gente não tem outro lugar melhor que esse não, esse é um lugar de fartura mesmo (Informação verbal)[35].

Maria das Dores, é mais enfática, quando fala que "*não tem outro lugar melhor que esse não,...*". Em outro depoimento ela fala que "*aqui tem tudo de bom*". Maria de Nazareth,

---

[34] Luiz José de Santana. Entrevista realizada em 27 de abril de 2010.

[35] Maria das Dores. Entrevista realizada em 26 de outubro de 2007. Fonte: Arquivo CPT.

que também resistiu na ilha Constantino até o final de 2010 juntamente com sua irmã, Maria das Graça, reforça essa ideia das ilhas serem um lugar bom de viver.

> Eu gosto daqui porque é um lugar bom de morar, é um lugar de barriga cheia, aqui tudo o que você precura tem, se precura um peixe, aqui tem, se precura um guaiamum você tem, um siri, qualquer tipo de peixe, a unha de véio, o sururu, o aratu, o peixe, a amoré, o caranguejo, o guaiamum, tudo aqui no mangue tem. (Informação Verbal[36])

Nazareth expressa todo esse sentimento de pertencimento das ilhas se referindo a fartura que é o lugar. Ela diz que gosta das ilhas por que "*é um lugar de barriga cheia",* sendo assim um território abrigo que possibilita a reprodução social das famílias. Famílias que criaram condições de escapar da falta de alimentos que ronda os territórios dominados pela cana. Ela fala dos manguezais como um lugar de fartura, e seu reconhecimento como um lugar rico em biodiversidade, podendo ser apropriado de forma harmoniosa.

Essa identidade, segundo Magnabhi, citado por Saquet, "*é um produto social, da territorialização de cada lugar, econômico, político, cultural e ambiental*" (SAQUET, 2007. p.148).

Em relação à importância das áreas estuarinas, o Laudo Biológico para Determinação Área de Influência do Estuário do Rio Sirinhaém – PE, realizado em 2008, contratado pelo IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, diz que:

> As regiões estuarinas constituem áreas de alta produtividade e diversidade biológica, uma vez que, pela natureza de seus componentes, são encontrados nesse ecossistema, representantes de todos os elos da cadeia alimentar. São áreas de extrema importância, não só ecológica, mas, também, econômica, servindo de meio de vida para boa parte da população brasileira. Junto com as zonas de ressurgência e as baías, as áreas costeiras estuarinas, embora correspondam a apenas 10% da superfície marinha, produzem mais de 95% do alimento que o homem captura no mar (CIRM, 1981. In IBAMA).[37]

O Laudo confirma o que os moradores das ilhas aprenderam no seu convívio com aquele ambiente natural, de que se trata de um lugar de "*alta produtividade*" e com uma imensa "*diversidade biológica*", cuja importância é ecológica e econômica para as populações que dependem deste ambiente natural, correspondendo, esse espaço, por "*mais de 95% do alimento que o homem captura no mar*".

---

[36] Maria de Nazareth. Entrevista realizada em 26 de outubro de 2007. Fonte: Arquivo CPT.

[37] Laudo Biológico para Determinação da Área de Influência do Estuário do Rio Sirinhaém – PE. Recife, junho de 2008.

Se tratando do estuário do Rio Sirinhaém, o estudo diz que esse ambiente, "*detém uma diversificada fauna dentre moluscos, crustáceos e peixes, classes faunísticas mais representativas no que se diz ao recurso pesqueiro*". Daí os pescadores e pescadoras terem razão, na fala de Graça, quando ela diz que, "*é um lugar de barriga cheia*", ou na fala de Nazareth, que diz que "*aqui tudo o que você precura tem, ...",* ou ainda, "*tudo no mangue tem".*

A comunidade imprimiu no espaço sua territorialidade, não apenas com o significado político ou meramente econômico, cultural e ecológico, mas essas relações acontecendo concomitantemente, como nos mostra Haesbaert:

> Incorporar uma dimensão estritamente política, diz respeito também às relações econômicas e culturais, pois está intimamente ligada ao modo como as pessoas utilizam a terra, como elas próprias se organizam no espaço e como elas dão significado ao lugar. (HAESBAERT, 2005. p. 6776)[38].

Em se tratando de uma comunidade tradicional, como é o caso dos ilhéus da área estuarina, podemos acrescentar ainda, segundo Haesbaert, que, "*as sociedades tradicionais conjugavam a construção material (funcional) do território como abrigo e base de 'recursos' com uma profunda identificação que o espaço de referentes simbólicos fundamentais à manutenção de sua cultura*" (Idem. p. 6778)[39].

Assim, território, lugar de vida e cultura estão intrinsecamente relacionados na compreensão da comunidade que habitavam as ilhas no estuário do rio Sirinhaém. Lá, os ilhéus constituíram um sistema tradicional de convivência com o meio ambiente. A expulsão das famílias das ilhas do estuário do rio Sirinhaém desencadeou uma profunda desestruturação social, afetando um dos poucos territórios de "abrigo" e de fartura, como veremos a seguir.

---

[38] Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina – 20 a 26 de março de 2005 – Universidade de São Paulo

[39] Idem

3 CONFLITOS, EXPULSÕES E RESISTÊNCIAS NO ESTUÁRIO DO RIO SIRINHAÉM

"*Peço todos os dias pra Deus me levar. Quem me matou foi a usina, quando me tirou de lá das Ilhas!*"
(Antônia Amara de Santana).

O povo que vivia nas ilhas, com sua forma de ser, de trabalhar, de se relacionar com o estuário e com as pessoas de dentro e de fora das ilhas, sentiu, pela primeira vez, sua territorialidade ameaçada. Foi justamente em meados da década de 1980, quando aconteceram os primeiros conflitos entre a comunidade que habitava as ilhas e a Usina Trapiche. Estes conflitos foram cessados por um acordo feito entre a usina e os moradores das ilhas, mediado pelo Frei Franciscano do Convento de Sirinhaém.

No entanto, a partir de 1998 os conflitos retomam, voltam a acontecer. Desta vez, a Trapiche encontra-se sob nova administração, pois a usina é vendida para um grupo econômico de Alagoas, sobre o comando de Luiz Antônio de Andrade Bezerra. Esse segundo momento do conflito foi mais intenso e ocasionou derrubada e queimas de casas, destruições de sítios, ameaças, expulsão dos ilhéus e atos de resistências, nos anos subsequentes, ocasionando um processo de des-territorialização dos Ilhéus.

A Usina Trapiche está localizada no município de Sirinhaém, na Zona da Mata Sul de Pernambuco. Ela foi fundada em 1887, por José Maria Carneiro da Cunha. O Estado concedeu à Cunha a concessão para sua construção. No entanto, sob domínio da Companhia Agrícola e Mercantil de Pernambuco a indústria faz sua primeira moagem em 1890.

Em 1998 o Estado brasileiro concede o titulo de aforamento das terras da União, terras públicas à Usina. A Companhia passa a exercer o domínio sobre os engenhos que pertence ao povo brasileiro, uma vez que os engenhos[40] pertencem a União.

Em 1929, a firma Mendes Lima passa a ser proprietária da usina. Para transportar sua produção, a cana, o açúcar e o álcool, ela utilizava ferrovia e barcos. Em 1934, há uma fusão com a Usina Ubaquinha, que pertencia ao Grupo Mendes Lima e tinha Manoel Batista da Silva à frente dos negócios. Esta fusão aconteceu sob a administração de Armando de Queiroz Monteiro, família tradicionalmente de usineiros, donos da Usina Cucaú, e com forte influência na política Estadual e Nacional. Seu neto, Armando de Queiroz Monteiro Neto foi eleito em 2010 para o cargo de Senador da República Federativa do Brasil.

Com uma produção crescente a Usina vai se firmando nesta atividade. Em 20 anos a Usina aumenta sua produção em mais de dez vezes. Na safra de 1935/1936, a usina produziu cerca de 34.000 sacos de açúcar e na de 1955/1956 sua produção atingiu a marca dos 400.000 sacos.

---

[40] Sobre os engenhos pertencentes à União e que estão aforados a usina Trapiche consultar IBAMA GEREX, processo: 02019.000307/2006-31

O Grupo Brennand compra a usina em 1975, construindo uma moderna refinaria com capacidade para produzir 1.900.000 sacos de açúcar refinado. Houve uma grande reorganização no parque industrial e na área agrícola.

Em 1997 a usina mais uma vez muda de dono. Desta vez é o usineiro Luiz Antônio de Andrade Bezerra quem assume o comando da indústria. Na safra de 1998/1999 a usina passas a ser a maior produtora de açúcar de Pernambuco, com uma produção de 2.559.818 sacos de 50kg. (Usina Trapiche S/A, 2010)

No relatório de campo produzido por Lynn Schneider, estudante Norte Americana, em visita à usina Trapiche em Março de 2010, fala da usina com uma área de 26.662 hectares de terras. Desses, 8.202 hectares são áreas preservadas, incluindo a área de manguezal que soma 3.000 hectares e que são terras da União, conforme Scheider.

O que deixa Scheider impressionada é "*todos da Trapiche falam sobre o manguezal que é parte da área da união como se fosse da usina mesma*", e completa, "*a usina sempre considera a área da união como parte da sua área de preservação*".

Segundo o relatório a usina empregou na safra 2009/2010 cerca de 5.030 pessoas. O gerente Mario Jorge Seixas que foi entrevistado por Schneider estima uma produção na safra 2010/2011 em 1.006.000 toneladas de cana-de-açúcar, 30.000.000 de sacos de 50kg de açúcar e 17.000.000 litros de álcool. Destes 30.000.000 sacos de 50kg de açúcar que a usina estima produzir, 50% é para exportação, 25% é para as empresas com contratos já firmados com a usina, como é o caso da Coca-cola e a Ambev, dentre outras e 25% para empresas que pretendem comprar.

O dono da usina Trapiche, o usineiro Luiz Antônio de Andrade Bezerra é dono, também, da Usina Serra Grande, que fica no município de São José da Laje, no estado de Alagoas. A usina foi fundada em 1894, no engenho Serra Grande pelo Coronel Carlos Benigno Pereira de Lyra. Atualmente é uma das usinas alagoana que mais produz açúcar no Estado e possui também uma destilaria. A Usina Serra Grande é detentora de mais de 90% das terras do município de São José da Laje. Ela produziu na safra de 2009/2010, 61.709 toneladas de Açúcar Cristal Especial, 41.661 toneladas de Açúcar VHP e 10.055.000 litros de Álcool Anidro[41].

Todos os conflitos envolvendo a usina Trapiche e os ilhéus do estuário do Rio

[41] http://www.sucral.com.br/guia.asp?nome=SERRA%20GRANDE, em 18.01.2011, as 10:59h.

Sirinhaém, nos dois momentos, primeiro na década de 1980 e segundo a partir de 1998, ocorreram não isoladamente, não foram "privilégios" apenas dos ilhéus. Pelo contrário, estes conflitos se inserem dentro de uma Região marcada pela concentração de terra e pelo monocultivo da cana-de-açúcar que provocou ao longo de nossa história tensões entre territorialidades distintas. A seguir tentaremos analisar os conflitos acima mencionados, dentro de uma conjuntura de lutas e violências em decorrência do processo de expansão do setor sucroalcooleiro, que nos leva a crer que o que ocorreu nas ilhas em Sirinhaém não se resume às ilhas, mas, faz parte de um cenário que envolve escalas Regional, Nacional e Internacional.

3.1 AS ILHAS NÃO SÃO FATOS ILHADOS

O que parecia ser um fato isolado, o conflito entre a usina Trapiche e a comunidade de pescadores das 17 ilhas do estuário do Rio Sirinhaém, não o é. Um documento produzido pela Federação dos Trabalhadores na Agricultura em Pernambuco – FETAPE, em 1984, intitulado, *"Açúcar com gosto de sangue"*, já denunciava todas as violações contra a pessoa humana e aos direitos trabalhistas, que estavam ocorrendo em toda Zona da Mata Pernambucana.

Para se ter uma ideia do teor do documento e da gravidade das violações denunciadas pela FETAPE, em 15 de maio de 1984, na Quadragésima Terceira Reunião Ordinária da Segunda Sessão Legislativa da Décima Legislatura, o Deputado Clodoaldo Torres, requereu que o documento fosse transcrito nos anais da Assembléia Legislativa de Pernambuco. Durante sua fala, o deputado comenta que *"o documento... faz um relato detalhado sobre à violência que setores da classe patronal da zona canavieira do Estado vem impondo aos trabalhadores rurais"*. O deputado acrescenta:

> Como denuncia a FETAPE, a violência é utilizada com o fim de expulsar os moradores de seus sítios, sem indenização pelas benfeitorias, para aumentar a área do plantio, ao arrepio da Lei do Sítio, o Decreto 7.020.

O Deputado fala do interesse das usinas da região em ampliar a área de plantio de cana-de-açúcar, mesmo que tenha que passar por cima de casas, de sítios, fruteiras, da vegetação nativa, dos costumes e conhecimentos tradicionais da população do campo e do mar.

No entanto, esse grau de violação contra a pessoa humana e ao meio ambiente,

aconteceu ao arrepio da lei e da inércia do Estado. É o Estado que deveria garantir a lei e punir os que cometem crimes. Quando não o faz, se torna mais difícil a resistência das comunidades e das organizações em atuar dentro dos marcos legais.

O próprio Deputado Clodoaldo denuncia:

> O que vimos, portanto, Srs. Deputados, é o descumprimento ao dissídio coletivo e às leis. Para garantir-lhes a Impunidade, a organização das milícias privadas, que impõem toda a sorte de atentados aos direitos daqueles que ousem resistir à sede de lucro dos senhores.

É esse grau de impunidade e de violência praticada pelas usinas contra os camponeses, que o documento da FETAPE denunciou na década de 1980. A violência e a impunidade tinham como objetivo, segundo o Deputado, de *"tirar o sítio do trabalhador do campo".* Ele cita um exemplo de um trabalhador que resistiu à expulsão do sítio onde vivia e que foi assassinado. *"No engenho Carnaíba foi assassinado o trabalhador rural Antônio Rodrigues dos Santos, de 72 anos de idade, morto a tiros por um dos vigias do engenho, por ter se recusado a deixar o sítio em que residia".* [42]

No próprio documento da FETAPE, citado acima, na terceira parte, intitulado "OS MECANISMOS DA VIOLÊNCIA", há uma série de relatos de como, nas usinas e nos engenhos - de propriedade dos que não possuíam a unidade de processamento do açúcar e do álcool, aconteciam as diversas formas de violências. Essas violências se davam com a presença de "*vigias e cabos*". O cabo tinha o papel de acompanhar as frentes de trabalho e medir a quantidade de cana cortada pelos trabalhadores, enquanto que os vigias cabiam fazer a segurança da propriedade e garantir a ordem do proprietário. Esses, segundo o documento, eram "*na verdade, capangas -, antes nunca vistos pelos trabalhadores"*. O documento afirma ainda que esses "*capangas*" andavam "*fortemente armados com revólveres e espingardas calibre 12, e cipó de boi*", ficando evidente o tom da ameaça e da violência. Nesse sentido, capanga tem o significado de pistoleiro, jagunço, pessoa que serve com trabalho sujo, não legal, a alguém por dinheiro. O documento fala que:

> A milícia privada se encarrega de "exemplar" trabalhadores que já tenham reclamações na Justiça do Trabalho ou que tenham ligações mais estreitas com o Sindicato, tais como os delegados sindicais. Aí se dão os espancamentos a "cipó de boi", tiroteios a esmo na calada da noite, recados ameaçadores para desaparecerem do engenho e inclusive, assassinatos.

42 Pronunciamento do Deputado Clodoaldo Torres, em 15 de maio de 1984, na Quadragésima Terceira Reunião Ordinária da Segunda Sessão Legislativa da Décima Legislatura, a respeito do documento "Açúcar com gosto de Sangue" produzido pela FETAPE.

Dessa forma é que aconteciam as pressões por aumento das tarefas de trabalho e as expulsões dos moradores dos sítios. Em relação aos moradores dos sítios o documento diz que, "*estabelece-se logo a proibição de plantar, quando não a imediata invasão e destruição do mesmo para plantio de cana".*

Percebe-se aí que o intuito das usinas e dos donos de engenhos é, além de dar "exemplo", é de evitar que os trabalhadores se organizem e denunciem as ações criminosas. Como forma de demonstrar o grau de violência que ocorria, à época, na Zona da Mata de Pernambuco, na quarta parte do relatório da FETAPE, que se intitula de "ALGUNS CASOS DE VIOLÊNCIA", demonstra o que ocorria em toda a Região.

Na Mata Norte do Estado, no Engenho Petribú 1, no município de Lagoa de Itaenga, que pertencia a usina de mesmo nome, usina Petribú, e que já teria sido alvo de fiscalização da Delegacia Regional do Trabalho - DRT , o documento fala que:

> Em 29 de agosto de 1983 a DRT volta a inspecionar o engenho, constatando o brutal espancamento do trabalhador rural José Severino Fidélis, que sofreu fratura exposta em uma das pernas, fato ocorrido dois dias após o comparecimento daquele trabalhador na Justiça do Trabalho de Limoeiro, como testemunha notificada no processo 519/83. O autor do espancamento foi o "vigia" Manoel José da Silva.

No Engenho Fortaleza, da mesma usina acima citada, em relação à destruição de sítios, ocorreu "*em segunda inspeção em 24 de maio de 1883 (doc. 5), a DRT constatou destruição do sítio de José Costa da Silva e de José Severino Santana. Constatou ainda que as tarefas continuam muito acima do estabelecido pelo Dissídio Coletivo*".

Em um outro caso, no município de Paudalho, no engenho Caraúbas, arrendado ao senhor Geraldo Guerra, se tratando de um morador antigo, aconteceu:

> Em 10 de janeiro de 1984, o trabalhador rural Antonio Rodrigues dos Santos, de 72 anos de idade e mais de 40 anos como morador do engenho, depois de se recusar a deixar o sítio e moradia, foi assassinado a tiro por um dos vigias do Engenho.

Tal qual na Mata Norte, acontecia o mesmo na Mata Sul do Estado, demonstrando a violência generalizada. Os exemplos se multiplicam, pois se trata apenas de casos que foram registrados. Um dos casos citados, dentre outros, aconteceu no ENGENHO UBARQUINHA, cuja proprietária, a USINA TRAPICHE, no município de Sirinhaém, a mesma do conflito com os ilhéus, à época. O fato se tratou de uma queixa feita por um trabalhador, demonstrando a brutalidade das ações por parte das usinas e dos donos dos engenhos e, ao

mesmo tempo, da impunidade instaurada na região.

Segundo o documento da FETAPE, o senhor Antonio Joventino dos Santos, ao procurar o *"cabo do engenho para saber se havia apontado o dia de serviço*", visto que "*a tarefa foi acima do estabelecido no Dissídio Coletivo",* o mesmo foi assassinado, como segue o relato: "*O cabo do engenho respondeu que nem apontou e nem iria apontar e diante do protesto do trabalhador, sacou do revólver e quase à queima roupa disparou, matando imediatamente o trabalhador*".

Fatos como esses descritos ocorreram por toda Zona da Mata pernambucana. Além desse na usina Trapiche, ocorreu também no "ENGENHO UNA, da USINA CENTRAL BARREIROS"; no ENGENHO TAQUATINHA; no ENGENHO ESTRELA DO NORTE, município de Rio Formoso.

Quando observamos dados do Setor de Documentação da CPT – NEII, em relação aos assassinatos no campo em Pernambuco e comparando com os assassinatos na Zona da Mata, vimos que os assassinatos do campo em Pernambuco se concentram na Região da Zona da Mata Pernambucana. Enquanto que no período compreendido entre 1980 à 2005 ocorreram 84 assassinatos no campo em Pernambuco, na Zona da Mata do Estado ocorreram 56, ou seja, 66,66%, quer dizer, dois terços dos assassinatos, como segue a tabela abaixo.

ANO	***PERNAMBUCO***	***ZONA DA MATA DO ESTADO***
1980	1	0
1981	4	3
1982	1	1
1983	4	3
1984	8	5
1985	3	3
1986	2	2
1987	8	6
1988	3	3
1989	0	0

1990	4	1
1991	1	1
1992	4	4
1993	5	2
1994	1	1
1995	0	0
1996	0	0
1997	4	3
1998	4	2
1999	1	1
2000	3	2
2001	4	4
2002	3	2
2003	7	4
2004	5	3
2005	4	1
TOTAL	**84**	**56**

Quadro 03: Assassinatos no campo em Pernambuco 1980 – 2005 – Comparação entre Pernambuco e a Zona da Mata do Estado
Fonte: Comissão Pastoral da Terra

Se observarmos os assassinatos na Mata pernambucana na década de 1980, período em ocorreram os primeiros conflitos, de acordo com os dados da Comissão Pastoral da Terra, 74.4% dos assassinatos que aconteceram em Pernambuco se concentraram na Região de predomínio da cana-de-açúcar. Quando espacializamos as ocorrências de assassinatos em Pernambuco e na Zona da Mata, distribuídos ano a ano, podemos verificar que na década de 1980 aconteceram um número significativo de assassinatos no campo, relacionado a Zona da Mata, como segue a figura abaixo. É bom observamos que com a redemocratização do País, a expectativa por reforma agrária conduziu a uma reação violenta dos latifundiários e usineiros.

Podemos observar ainda no gráfico 02, abaixo que existem dois blocos em que se

concentram a maior parte dos assassinatos no campo em Pernambuco e na Zona da Mata. Um é na década de 1980, como falamos acima, ou outro é a partir do final da década de 1990, quando uma "nova" discussão, a respeito da expansão da produção de cana-de-açúcar está em curso, como veremos mais abaixo.

Então, o que assistimos na Zona da Mata de Pernambuco, durante a década de 1980, foi uma *"onda"* de violência, desrespeitos às leis trabalhistas, assassinatos, ameaças, destruição de casas, de sítios, da mata nativa e perseguição aos trabalhadores, com o intuito de expulsar as famílias camponesas das terras para expandir o monocultivo da cana-de-açúcar na Região e reprimir os anseios por reforma agrária.

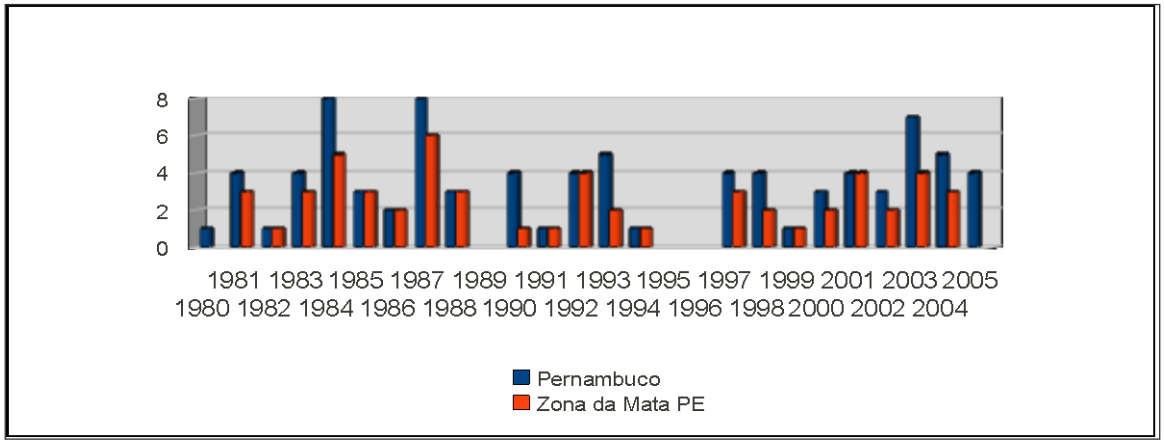


Gráfico 03: Assassinatos no campo em Pernambuco 1985 – 2005 – Comparação entre Pernambuco e a Zona da Mata do Estado
Fonte: Comissão Pastoral da Terra, 2010.

Vale lembrar ainda, que essa *"onda"* de terror, na Mata Pernambucana, foi potencializada pelo Pró-álcool[43], criado em 1975, que foi um programa do Governo Federal de incentivo a produção de álcool combustível no Brasil, devido ao *"choque do petróleo"*, que aumentou, consideravelmente, o preço da gasolina no Mundo. Lembremos ainda que a esta "onda" de terror na Zona da Mata de Pernambuco teve início desde o dia da invasão Européia e que o modelo do monocultivo agroexportador foi um dos instrumentos para o controle do nosso território.

Na escala local, entre a primeira tensão territorial, que ocorreu na década de 1980, e a segunda que se iniciou a partir de 1998, os ilhéus puderam viver nas ilhas do estuário do Rio Sirinhaém, sem estar em conflito com a usina Trapiche. Neste período parecia que tudo tinha se resolvido. Mero engano.

[43] Apesar de citarmos, não vamos nos ater ao programa, pois não é o objetivo deste trabalho.

Em 1998 reinicia-se um processo de ameaças, destruição e expulsão dos moradores das ilhas. No entanto a usina não consegue expulsar as 53 famílias que moravam lá. Duas famílias ainda resistiram e viveram em uma das ilhas até o fim de 2010[44]. Esse cenário de tensões entre duas territorialidades distintas acontece em um momento de discussão da questão energética, e que o mercado de etanol está aquecido e ganha proporções em nível mundial. Este segundo momento do conflito ocorre em uma conjuntura parecida com a do primeiro conflito, onde havia um aquecimento do mercado de álcool combustível, sobretudo no Brasil, com o Pró-álcool. Coincidência?

O debate sobre o aquecimento global, as mudanças climáticas e a escassez de combustíveis fósseis não renováveis, envolvendo as discussões sobre a questão ambiental, que gerou, em torno das taxas de emissão de CO2, dos países industrializados e suas consequências para o meio ambiente, permeou toda década de 1990.

A Eco-92, um dos eventos para tratar deste tema, ocorreu no Rio de Janeiro, Brasil, e sugeriu aos Países industrializados, que mantivessem em 2000, as mesmas taxas de emissão de CO2 de 1990. Em 1997, com o não cumprimento das resoluções da Eco-92, é assinado o Protocolo de Kyoto, no qual os EUA se recusou a assinar. Esse protocolo previa várias iniciativas para que os Países diminuíssem a emissão dos gases de efeito estufa, e que segundo o protocolo, estavam aquecendo o planeta. Dentre os instrumentos apontados pelo Protocolo de Kyoto, havia o MDL – Mecanismo de Desenvolvimento Limpo.

O MDL, em suas medidas para diminuir a emissão de CO2, previa: o mercado de carbono - os países industrializados, os que mais poluem o meio ambiente, poderiam compensar essa poluição plantando grandes "florestas" e/ou comprando no mercado de carbono, a captação de CO2, nos países tropicais, por exemplo, e a substituição de combustíveis fósseis por combustíveis "limpos" ou "verdes", como o Etanol, derivado da cana-de-açúcar, como é o caso brasileiro, ou do milho, como é o caso dos EUA. Em encontro realizado em Toronto, em 1998, logo após o Protocolo de Kyoto, constatou-se o aumento das temperaturas em nível Mundial.

É nesse cenário que o Brasil se apresenta como a *"salvação"* do planeta. O Brasil é um dos poucos Países do mundo que tem uma grande disponibilidade de terras agricultáveis e uma grande quantidade de água. Além desses fatores, é um País de extensão continental, que se localiza nos trópicos, tendo sol o ano todo, e um imenso contingente de mão-de-obra

[44] Sobre as duas famílias que resistiram até o fim de 2010 em uma das ilhas veremos mais adiante neste capítulo.

"barata" no campo. Soma-se a esses elementos, a experiência acumulada, ainda que trágica, de produção de álcool combustível, que se intensificou a partir de 1975, com o Pró-álcool, como vimos anteriormente. Terra, água, sol, mão-de-obra barata e a experiência acumulada de produção de etanol, fizeram do Brasil um potencial de investimentos, públicos e privados, para o aumento da produção de cana-de-açúcar, e consequentemente de terras plantadas com esse monocultivo. Em 1996, o Brasil tinha cinco milhões de hectares de terras plantadas de cana, em 2010, esse monocultivo, já ocupava nove milhões de hectares, quase que dobrando sua área plantada[45]. Essa expansão do plantio de cana e o aumento de assassinatos no campo, tendo se concentrado mais na Zona da Mata, nos leva a atentar que as ilhas não são fatos ilhados. Passemos a analisar em maior detalhes os processos de des-territorialização dos ilhéus do estuário do rio Sirinhaém.

3.2 A PRIMEIRA TENSÃO TERRITORIAL: TENTATIVA DE EXPULSÃO DAS FAMÍLIAS NA DÉCADA DE 1980

Como vimos anteriormente, a tentativa de despejo dos ilhéus, das 17 ilhas do complexo estuarino no Rio Sirinhaém, no Litoral Sul de Pernambuco, se insere no contexto da expansão da produção de açúcar e álcool combustível na Zona da Mata de Pernambuco, à época, em escala Regional, Nacional e Mundial, onde o Governo brasileiro, motivado pelo *"choque do petróleo"*, em nível mundial, criou o Pró-álcool, que motivou as usinas a concentrar mais terra e aumentar, ainda mais, o plantio de cana a todo custo.

Durante a década de 1980, ocorreram os primeiros conflitos envolvendo a usina Trapiche e os ilhéus. Segundo o Frei Franciscano Hilton[46], que morava no convento dos franciscanos em Sirinhaém e prestava assistência religiosa e social as famílias das ilhas, foi neste tempo que a usina Trapiche tentou pela primeira vez expulsar as famílias das ilhas, com ameaças, destruições de casas, dos manguezais e das fruteiras. Alguns ilhéus abandonaram o local. No entanto, posteriormente, depois das famílias se mobilizarem, com o apoio dos Franciscanos, a usina firmou um acordo com os ilhéus, que garantia a permanência das famílias no local e que pararia a ações de expulsão.

Fotos e documentos publicados na época denunciavam as destruições dos sítios, com suas lavouras, fruteiras, casas e árvores nativas.

As fotos abaixo, tiradas pelo Franciscano, fazem parte de um álbum de registro dos

---

45 MAPA

46 Entrevista concedida por telefone em janeiro de 2010, pois, o Frei Hilton se encontra na Bahia.

conflitos nas ilhas. O álbum se encontra no Convento dos Franciscanos em Sirinhaém. As fotos demonstram as derrubadas das fruteiras dos sitiantes, no início dos conflitos entre a Trapiche e os ilhéus, na década 1980. É possível ver nas fotos, árvores completamente destruídas, ou seja, cortadas, e ao que parece por motosserras. Percebemos nas duas fotos abaixo, a tensão que a cana-de-açúcar exerce sobre o espaço produtivo das ilhas, ora destruído.

Fotos 11, 12, 13 e 14: Destruição dos locais de sítios dos Ilhéus
Fonte: Fac-símile de caderno do Frei Hilton (Década 1980)

Como não bastasse, além de destruir as fruteiras, a usina avançou sobre os manguezais, destruindo a vegetação nativa e as casas dos moradores. Sob ameaças alguns moradores tiveram que fugir para não serem pegos pela usina. As fotos abaixo completam o quadro daquela época.

Fotos 15, 16, 17 e 18: Fruteiras cortadas, casas destruídas, pessoas correndo no canavial e um pivô para sendo instalado para irrigação.
Fonte: Fac-símile de caderno do Frei Hilton (Década 1980)

As fotos acima mostram as destruições de sítios, de casa dos moradores, e os moradores se escondendo e fugindo da ação da usina. Na última foto acima à direita, podemos ver o terreno arado e plantado, um pivô para irrigação está sendo instalado. Será que a usina pretendia plantar cana-de-açúcar nas ilhas? Mais adiante discorreremos sobre esse assunto.

No entanto, as inúmeras denúncias feitas pelos Franciscanos, em notas em jornais e panfletos[47], tornaram públicas as destruições e ações violentas cometidas pela usina. Como resultado das denúncias e a mobilização dos moradores e das moradoras das ilhas, com apoio

[47] Ver anexos I

dos Franciscanos em Sirinhaém, foi possível a permanência dos mesmos nos locais onde moravam há décadas.

Dona Maria de Marta José Evangelista, conhecida por Maria de Marta, que morava na Ilha do Val, também expulsa, relembra bem o dia em que o vigia da usina Trapiche chegou na Ilha em que ela mora, mandando que a mesma saísse do local.

> Eu só sei que aconteceu, quando foi um dia pela manhã, eu tava trabalhando bem cedinho, muito cedo, nisso quando eu vi foi chegar o vigia … Ele disse assim: quem foi que mandou a senhora morar aqui? Eu disse: ninguém, ninguém me mandou. Fui eu que me agradei do local, então é aqui que eu vou me assituar. Ele disse: olhe, não vai poder ficar aqui, porque a usina mandou tirar a senhora pra fora de dentro da ilha. Porque essa ilha pertence a usina. Eu digo: é, muito bem, o senhor veio pra me tirar daqui mandado da usina, com a ordem da usina, mas cadê a ordem? Eu perguntei a ele … **(O Vigia)** A ordem foi a usina quem deu que é pra eu vir lhe tirar … Eu disse: o senhor veio me tirar, só é que eu não vou sair … Ele disse: e não vai sair porque? **(Maria de Marta)** Por que aqui é a onde eu vou me assituar, é aqui onde eu vou criar o meu filho, é aqui adonde eu vou construir, é aqui adonde vou viver com a minha barriga cheia. (Informação verbal)[48] (**grifo do autor**)

A fala de dona Maria de Marta descreve com precisão o diálogo entre ela e o vigia da usina, no momento em que o vigia tenta expulsá-la da ilha em que morava. Na fala dela fica claro que foi a usina quem mandou o vigia ir até a casa dela para avisar que seria expulsa das ilhas. No entanto, dona Maria de Marta responde com firmeza que não pretende sair, contradizendo o interesse da usina. Maria reforça o desejo de permanecer em seu território, de construção, de se "assituar".

É importante observar a fala dela quando diz que "*por que aqui é a onde eu vou me assituar".* Quando ela fala em "*assituar"*, Maria de Marta, est*á* falando que vai se territorializar, vai construir "seu" território, a partir de sua territorialização, essa tríade que é inseparável, pois, "*é aqui adonde eu vou construir",* construir além de uma forma específica de viver nas ilhas, pois esse território a garantirá "*viver de barriga cheia".* Maria de Marta, em seu depoimento, elenca elementos fundamentais para a construção de um território, que é o viver em um determinado lugar, com seu modo de vida e poder decidir seu destino.

Frei Hilton comenta que "*na década de 1980 a usina trocou seus maquinários, por outros mais modernos, para aumentar a produção de açúcar e álcool*[49]", assim, necessitando, portanto, de mais terras para o plantio de cana-de-açúcar. O que ocorre é que os conflitos se dão em um momento de expansão do plantio de cana-de-açúcar, daí os territórios camponeses

[48] Maria de Marta José Evangelista. Entrevista realizada em 27 de abril de 2010.
[49] Entrevista feita por telefone com Frei Hilton em janeiro de 2010.

nesta região ficam ameaçados por essa expansão. As ilhas são apenas mais um exemplo, adquirindo importância pela especificidade do modo de vida dos pescadores e das pescadoras.

3.3 O SEGUNDO MOMENTO DA MESMA TENSÃO TERRITORIAL: A EXPULSÃO SE CONCRETIZA

Com o cenário internacional promissor para a indústria açucareira, em 1998, a usina Trapiche é comprada por um grupo de Alagoas dona da Usina Serra Grande, sobre o comando do usineiro Luiz Antônio de Andrade Bezerra de que naquele Estado, também expande seus negócios, com a compra da nova usina em Pernambuco. Com o novo grupo à frente da agroindústria, e passado dez anos do acordo entre os ilhéus do estuário do Rio Sirinhaém e a usina Trapiche, sob a administração dos antigos donos, o processo de expulsão dos ilhéus é retomado.

No mesmo ano da compra da usina, em 1998, ocorrem novas tensões no território das ilhas, entre a usina Trapiche e os ilhéus. Segundo Marinalva do Nascimento Araújo, professora há 26 anos, da Rede Municipal e Estadual de educação, filha de Sirinhaém, se referindo às tensões que ocorreram naquele momento, fala que "*o conflito tão forte que ocasionou em prisões, derrubadas de casas dos pescadores ... pelo interesse econômico da usina Trapiche*". A professora dá um testemunho e reconhece que houve expulsão das famílias das ilhas, provocada pelo "*interesse econômico da usina Trapiche*", frente a um cenário promissor para a produção de etanol no Brasil. Foi a partir daí que a Trapiche desencadeou uma série de ações que culminou com a expulsão dos ilhéus.

3.3.1 As expulsões: várias formas, mesmo objetivo.

De acordo com os ex-moradores das ilhas, a usina desencadeou uma série de atos com a finalidade de expulsar os pescadores e as pescadoras das ilhas. Com a força dos seus seguranças foram feitas ameaças de morte contra os ilhéus, destruição dos sítios, incêndios e derrubadas de casas e prisões. Algumas dessas ações contaram com as participações das polícias Militar e Civil, de acordo com os depoimentos dos moradores e das moradoras.

Alguns ilhéus deixaram as ilhas sem receber nenhuma indenização, Muitos foram forçados a aceitarem o acordo, enquanto que outros resistiram no local (IBAMA, 2008). Grande parte dos que viviam nas Ilhas foram expulsos. Mesmo resistindo, a comunidade de

pescadores vivendo sob permanente ameaça, teve que deixar as ilhas. A ex-ilhéu, Maria José da Silva, conhecida como Dona Zeza, e que morou nas ilhas Porto Tijolo e Raposinha, descreve com muita precisão, e dor da queima de sua casa.

> Quando foi um dia, na maré de março, eu fui pra Cavoeiro, porque eu lavava roupa lá no porto Tijolo. Quando eu cheguei lá, a maré secou. Lavei roupa, aí ficou muito tarde pra eu voltar pra ilha da Raposina. Aí Cavoeiro disse assim: ou Zeza não vá hoje não, você com esses meninos, numa maré dessa, de jangada de bambú, não vá não, deixe pra ir amanhã. Eu cheguei e fiquei. Que quando foi no outro dia de manhã chegou Misso, de seu Amaro. Aí disse: Dona Zeza que a a senhora ver a sua casa como está, nem o esteio ficou. Aí eu disse assim: minha menina. Nicinha foi salva porque Einhum viu ela gritando, ele foi lá, quebrou a porta entrou e tirou ela. A casa pegou fogo todinha. Queimou tudo, tudo, tudo o quanto foi meu. Não queimou a roupa que fui lavar e meus documentos que pra onde eu vou carrego ele. (Informação verbal)[50]

Tal qual dona Zeza, outros antigos moradores e moradoras das ilhas, descrevem a violência em que se deu a expulsão dos ilhéus. A casa de Dona Zeza foi incendiada, posta fogo com sua filha dentro. Em uma ação, ao que parece planejada, pois, a deixaram sair de casa, para em seguida atear fogo. O senhor Luís José de Santana, que vivia na ilha do Cais, e também foi expulso das ilhas, lembra da queima da casa de dona Zeza, e comenta que foi o começo das expulsões, inclusive a dele. "*Tem dona Zeza que foi a que teve a casa queimada,... 9h do dia botaram fogo... começou o desarranjo... passou o rodo com tudinho lá, por último fui Eu... Derrubaram foi* tudo", comenta.

O senhor Ivanildo Luís dos Anjos, antigo morador da ilha Grande, outro pescador que foi expulso da ilha em que vivia, lembra de outro momento em que, segundo ele, a usina tocou fogo em outras casas, inclusive, utilizando avião.

> O usineiro passou no avião, foi na usina e voltou lá dentro do cuscuz, quando a gente viu foi o fogo. Tocou fogo foi numa casa… Eu sei que ele chegava lá no sítio e destruía, dizia que era pro pessoal sair… os homens chegava assim e tinha que sair. (Informação verbal)[51]

A queima da casa era a forma mais direta de expulsão, no entanto, existiam outras formas de intimidar os moradores, com o intuito de tirá-los de das ilhas, como a destruição dos sítios como nos diz seu Ivanildo.

Dona Antônia Maria de Santana, que viveu 52 anos na ilha Grande, nos lembra

---

[50] Maria José da Silva. Entrevista realizada em 27 de abril de 2010.
[51] Ivanildo Luís dos Anjos. Entrevista realizada em 27 de abril de 2010.

também, que as derrubadas dos sítios era uma outra forma de expulsar os ilhéus.

> A gente tava lá e aí começou que o homem queria as ilhas, o homem daí da usina,… Tiraram derrubando as coisas, derrubando as ilhas e plantando ingá,… Chegou até polícia, … eu não aguentei ver não, caí. Eu tava no rio lavando roupa, quando eu vi de lá, eu vi quando eu vi foi o baque, nem a roupa eu estendi... É brincadeira você morar numa ilha e não ter nada e ver tudo assim carregado? (Informação verbal)[52]

Mais uma vez, como na queima da casa de Dona Zeza, esperou-se ela sair de casa para fazer a destruição. Dona Antônia estava lavando roupa quando escutou a derrubada do seu sítio, na ilha. Ela afirma que foi a usina quem fez a derrubada das ilhas. E completa, chorando, dizendo, "*eu saí à derradeira, saí à estocada mesmo, não vou mentir, saí empurrada*".

Saiu a "*estocada*" e saiu "*empurrada*" se referindo a sua expulsão, pois, não teve como escolher ficar, devido a violência desenfreada praticada, segundo os ilhéus, pela usina Trapiche.

Dona Dijanete Cristina dos Santos, que também foi expulsa, apesar de ter nascido e se criado na ilha Constantino, e que segundo ela, sua mãe vivia lá desde 1914, se referindo a uma outra forma de expulsar os ilhéus, desta vez com intimidações. Ela lembra que "*chegava carro lá em casa tarde da noite... chegava com a luz apagada, fazia a volta e saia*", se referindo, a um tipo de ameaça por parte da usina. Dona Dijenete lembra que os filhos tinham medo e avisavam a ela dizendo que, "*mãe a senhora está arriscando sua vida*". Todas essas violências foram publicizadas à sociedade, fato esse que fez com que a usina mudasse sua estratégia, propondo aos ilhéus um "acordo", mantendo o mesmo objetivo, que era de expulsar as famílias das ilhas, na lei e na marra.

3.3.2 Os "acordos" da guilhotina com o pescoço

A partir 1998 a Usina Trapiche inicia, pela segunda vez, a expulsão dos ilhéus das ilhas do estuário do Rio Sirinhaém. Além da destruição das casas, dos sítios, das plantações, com o uso da violência, uma outra forma encontrada de expulsar os moradores e as moradoras foi um "acordo" que a usina propunha aos ilhéus, certamente por causa das denúncias feitas das violências cometidas pela usina. A usina encontrou outros mecanismos para garantir as expulsões. A Trapiche oferecia uma casa, e em alguma situação, uma parte em dinheiro, para

[52] Antônia Maria de Santana. Entrevista realizada em 27 de abril de 2010.

os ilhéus que saíssem das ilhas. O acordo, segundo os ilhéus, vinha sempre com ameaças, inclusive de morte.

O senhor Ivanildo, que também foi expulso das ilhas, se referindo a um vigia da usina, o senhor Silva, que tinha lhe procurado, a mando da usina, disse a ele que "*você aceita a casa que a usina der ou os três mil, ou vai sair sem direito a nada. A usina chega aqui e tira tudinho sem direito a nada*". Como se observa, os ilhéus não tinham muita escolha no acordo, que era sair ou sair. O ilhéu descreve uma outra abordagem feita com ele, pelo vigia da usina, em que propõe um acordo, inclusive sob ameaças. Seu Ivanildo comenta o sentimento da perda do seu território, da sua terra, das suas raízes.

> Eu só sei que depois, os homens,… dando em cima dos outros, tirando os outros, e a gente fomos ficando… quando foi depois, aí chegou um que era vigia,… chegou e disse: Seu Ivanildo, o senhor porque não vai na usina? Não faz negócio? … Me chamaram lá na usina. Quando eu cheguei lá na usina, já tava o negócio da casa. A casa, um fogão com o bojão e quinhentos reais. Aí que fiquei assim surpreso, fiquei assim, suspenso (Informação verbal)[53].

Ele lembra da expulsão dos outros moradores das ilhas, enquanto ele ia "*ficando*", até o dia em que chegasse a sua vez, como de fato chegou. Ao chegar à usina, diante da proposta de tirá-lo das ilhas, seu Ivanildo fala que ficou "*suspenso"*, ou seja, procurou terra nos pés e não encontrou, ficou des-terrado, se sentiu des-territorializado, frente à proposta do "acordo" pela usina. Viu toda sua vida, sua ilha, seu convívio com os demais pescadores e pescadoras e toda fartura e "*barriga cheia"* que as ilhas e o estuário proporcionavam aos ilhéus, se resumir a uma "*casa, um fogão com o bojão e quinhentos reais*". Ele completa esse momento da conversa na usina, mostrando como se dava o "acordo" proposto, pela Trapiche. "*Aí eu só sei que disseram a mim mas, ... o senhor aí faz esse negócio, porque tremina noitecer vivo e amanhecer morto. Eu fiquei assim*". Fica evidente a forma em que se efetuavam os "acordos" entre a usina e os ilhéus. Acordo feito dentro da usina, acompanhado de vigia e sobre ameaça de morte. De fato, os ilhéus não tinham muitas alternativas na negociação, ou melhor, a única alternativa era sair. Algumas dessas ações de expulsão eram acompanhadas pelo CIPOMA, como nos lembra o senhor Cavoeiro, que viveu 65 anos nas ilhas Porto Tijolo, e que também foi expulso. "*Uma tenente do IBAMA me exigiu pra eu sair e derrubar a sanga... mandou arrancar tudo, mamão, laranja, goiabeira, era um sítio mesmo*". A tenente do IBAMA em que seu Cavoeiro se refere, na verdade, é uma tenente do CIPOMA, como podemos

[53] Idem

comprovar em outros depoimentos com os ilhéus expulsos.

Eles foram forçados a aceitar o acordo da "guilhotina com o pescoço" que a usina impôs. Segundo Antônio José da Costa, que contribuía com a Pastoral dos Pescadores, à época, e dava apoio a comunidade, diz que *"eles tinha que sair mesmo se não a usina derrubava as casas"*, referindo ao grau de violência sofrida pelos ilhéus para saírem das ilhas. Com a assimetria das relações de poder o usineiro definiu os termos dos "acordos", se é que assim podem ser entendidos os processos de expulsão dos ilhéus.

3.3.3 As perdas e saudades em decorrência das expulsões

Além das perdas materiais, como as casas, casa de farinha, os animais de pequeno porte, roupas, utensílios de casa, a lavoura, as fruteiras, materiais de pesca, dentre outros, os ilhéus perderam, sobretudo, seu território, e por consequência, sua territorialidade, ou seja, foram totalmente des-territorializados, imprimindo na vida da comunidade uma outra territorialidade, ou seja, uma re-territorialização, como veremos mais à frente. A destruição dos seus lugares de vida alterou sua relação com o meio.

Haesbaert fala da desterritorialização *"como característica central no capitalismo, e, mais ainda, da própria modernidade"* (HAESBAERT, 2007. p.24). No entanto ele chama a atenção para o fato de que "*dependendo da concepção de território muda, consequentemente, a nossa definição de desterritorialização*" (Idem, 2007. p.35), ou seja, para entender a "desterritorialização" temos que partir da sua raiz, o "território", e a relação que tem com a "territorialização" (Idem, 2007). Vimos que a territorialidade dos pescadores e das pescadoras que viviam nas ilhas era de grande interação com o ambiente natural, o manguezal, as marés, a partir da apropriação deste espaço com os costumes tradicionais, sua cultura, construídos historicamente e geograficamente, construindo uma identidade territorial. Esse processo de dominação e apropriação deste espaço, sua territorialidade, é o que constitui seu território. Haesbaert nos chama a atenção para dizer que:

> Desterritorialização, se é possível utilizar a concepção de uma forma coerente, nunca "total" ou desvinculada dos processos de (re)territorialização, deve ser aplicada a fenômenos de efetiva instabilidade ou fragilização territorial, principalmente entre grupos socialmente mais excluídos e/ou profundamente segregados e, como tal, **de fato impossibilitados de construir e exercer efetivo controle sobre seus territórios, seja no sentido de dominação político - econômica, seja no sentido de apropriação simbólico-cultural** (HAESBAERT, 2007. p. 312). (**Grifo nosso**)

O processo de des-territorialização vivenciado pelos ilhéus ocasionou uma perda material, como implicou negativamente na perda simbólica, nos laços culturais com o lugar, nas relações com os demais moradores das ilhas, causando traumas irreparáveis e danos morais e materiais nas vidas dessas pessoas.

Dona Antônia falando de sua saída e a do seu esposo das ilhas, o senhor Luiz, demonstrando toda relação, que ainda eles têm com o estuário, e que a usina tentou cortar, Ela fala que "*Luiz não sai de lá não viu,... já veio de lá hoje... esse homem quando morrer vai fazer muita penitência nas ilhas. Agora se eu tivesse boa da perna eu também ia, lá por debaixo dos pés de pau*"[54]. Mesmo sem estar morando nas ilhas, seu Luiz ainda vai para lá, ainda que tenha que andar mais de oito quilômetros. Ela fala de sua vontade de estar nas ilhas, demonstrando sua saudade do lugar, e completa dizendo que "*esse homem quando morrer vai fazer muita penitência nas ilhas*", demonstrando toda relação simbólica que tem com as ilhas, e que mesmo quando morrer, não vai sair de lá, pois, tiraram materialmente das ilhas, no entanto, não conseguiram "tirar" seu espírito. Dona Antônia teve um derrame no mês de julho de 2010. Ela fala que todos os dias pede para Deus levá-la, pois "*quem me matou foi a usina quando me tirou de lá*", se referindo a sua expulsão das ilhas. Eles viraram "fantasmas" em suas próprias terras, em suas próprias casas e ilhas.

Severino Gonçalves Filho, filho de Cavoeiro, lamenta ter sido expulso da ilha Porto Tijolo, dizendo que "*agora eu pensei assim, deles me tirar daquele paraíso que eu vivia lá, com meus pais, com minha mãe, com as pessoas lá... todo mundo parecia uma família*". É bastante interessante a fala de Severino quando ele se refere ao lugar das ilhas como um "*paraíso"* e como ali *"todo mundo parecia uma família".* Era um "*paraíso"* por que dali tirava seus sustentos, era um território de abrigo e de fartura, inclusive, como alternativa contra hegemônica à atividade canavieira predominante na região. O viver em *"família"* explica a relação que tinham, dentro das ilhas, apesar de serem 17 ilhas ocupadas por famílias distintas, uns com os outros, em que a arte da pesca e o conhecimento herdado com as famílias, tornam diferentes dos "de fora" das ilhas. Eram "famílias", por se relacionarem com o estuário de forma parecida, festejavam no São João, faziam farinha juntos e o estuário era um bem comum a todos e todas. Eram frequente, também, casamentos envolvendo as famílias que viviam nas ilhas.

Dona Dijanete Cristina dos Santos fala da relação com o lugar, da indignação de ter sido expulsa e das gerações de sua família que viveram ali, enfatizando que não queria sair.

[54] Entrevista concedida no dia 27/04/2010.

"*A minha vontade não era ter saído não".* E completa, explicando porque queria voltar para as ilhas, lembrando que sua família toda nasceu e se criou no estuário:

> Ah, eu voltava, voltava. Que, veja só, a pessoa nascer num lugar, se criar, mim casei, meus filhos nasceu tudinho lá, minha primeira filha agora em Santana inteira 50 anos. Já tenho filho com 47 anos. Já tenho bisneto com 17 anos… tudo lá. Os meus filhos quem pegou tudinho foi a minha mãe e a minha madrinha. (Informação verbal)[55].

Seu João, que morava na ilha do Cais e que foi expulso, comenta da falta que sente das ilhas e da vontade de voltar para lá. Fala ainda da destruição do viveiro e da plantação, o sentimento que ficou com a perda de tudo.

> Morar ali de dentro é bom demais, ali dentro daquelas ilhas. Todo mundo sentiu falta. Voltar a pescar nas ilhas, fazer suas casinhas e plantar. Eu vivia ali, eu plantava, eu tinha minha lavoura ali dentro. Tinha um viveirinho de peixe que eu fiz. Achava bonito quando era de tarde, eu ia olhar a saúna, tava tudo pulando, pulando, pulando, dentro do viveiro… Acabou-se tudo, destruíram tudo o que foi meu. Eu fiquei de graça! (Informação verbal)[56].

Ao falar das atividades dentro da ilha em que morava, seu João lembra com muita saudade e com muita emoção, o que marca muito ele, que era toda a tarde "*olhar a saúna"*, que fica, em viveiros construídos por ele, "*pulando, pulando, pulando".* Ele se emociona e sente saudades com o pular das saunas, sentimentos que só tem quem vivencia o território, quem constrói sua territorialidade, sua identidade com o lugar.

Mesmo morando em Santo Amaro, distrito de Sirinhaém, seu Mija, como também é conhecido, fala que todos os dias vai para o porto, em Trapiche, para olhar as ilhas. "*Quase todo dia eu tô em Trapiche, vou lá pro porto, tem que olhar, olhar o movimento como tá, eu tenho que tá lá no porto olhando… sinto uma saudade medonha*".

Ele completa expressando seu sentimento dizendo que "*o maior prazer é de voltar pra aquelas ilhas"*, explicando esse sentimento, "*porque lá é um lugar bom".* Ainda que more fora das ilhas seu João não perdeu a identidade com o seu território, pois esta identidade é construída a partir das relações dos sujeitos com o lugar e destes com outros sujeitos (SAQUET, 2007). As ilhas, mesmo que desertas, mas não desertadas as ilhas pululam de vida, a vida de seus moradores expulsos.

---

55 Dijanete Cristina dos Santos. Entrevista realizada em 26 de outubro de 2007. Fonte:Arquivo CPT.
56 João. Entrevista realizada em 27 de abril de 2010.

3.3.4 Motivos das expulsões

Segundo os ilhéus, e corroborando com o que falou a professora Marinalva, as expulsões das famílias das ilhas, ocorreram "*pelo interesse econômico da usina Trapiche*". Mas que interesse é esse? Os próprios vitimados desses despejos nos dão algumas pistas, pelo menos duas são as mais comentadas por eles e elas. Uma que é muito falada pelos ilhéus está relacionada ao fato da plantar cana. A outra pista é o fato da usina contaminar os rios e o manguezal com vinhoto, daí os ilhéus não poderem permanecer nas ilhas para fiscalizar e denunciar tal situação que interfere diretamente na pesca e coleta de crustáceos. Uma terceira pista pode ser o fato que o manguezal, que está em terras da União, pode estar sendo contabilizado, pela usina, para preencher os 20% de reserva legal que toda propriedade rural tem que ter. Nesse caso a permanência dos ilhéus se apresenta como uma ameaça que se contrapõe aos interesses da usina. Podemos pensar ainda em uma última hipótese que é o fato da usina, numa visão preservacionista, "natureza sem gente", ter interesse na área em questão para fazer seu marketing ambiental.

3.3.4.1 O "mar" de Cana-de-açúcar

Vimos anteriormente que o processo de expansão do setor sucroalcooleiro na Zona da Mata pernambucana ocasionou diversos conflitos, inclusive sendo denunciado na Assembléia Legislativa de Pernambuco. Na primeira tentativa de expulsão dos ilhéus, na década de 1980, os diversos conflitos ocorridos na Zona da Mata pernambucana, dentre eles a destruição de sítios e a expulsão dos seus moradores e moradoras, foram impulsionados pelo Pró-álcool[57]. Vimos que o início das expulsões dos ilhéus, a partir de 1998, foi provocado pela compra da usina Trapiche, por um grupo de Alagoas, como também está relacionado com o cenário promissor da expansão do plantio da cana-de-açúcar em todo Brasil, decorrente da conjuntura internacional e nacional.

No relatório de campo de Lynn Schneider, Estudante Norte Americana, Master's Candidate, American University, em março de 2010, para sua dissertação, que tem como título: A Sweeter Alternative for Whom? Sugarcane Ethanol Production and Rural Livelihoods in Northeast Brazil, ela conseguiu entrevistar funcionários da usina[58]. Um dos

[57] Já tratamos desse assunto no segundo capítulo
[58] Relatório da visita a Usina Trapiche, março de 2010, realizada por Lynn Schneider.

entrevistados foi Mario Jorge Seixas, gerente que trabalha com assuntos ambientais. Segundo Lynn, "*ele disse que existem alguns fragmentos de cana dentro do manguezal, mas a usina não planta cana lá*". O que podemos observar é que se "*existe alguns fragmentos de cana*" é por que a usina plantou e se "*a usina não planta cana lá*", deve ser pelas multas que a CPRH efetuou contra a empresa[59], e por se tratar do manguezal, uma área de preservação permanente, onde é proibido sua supressão, permitido apenas seu manejo, desde que atenda aos princípios e critérios técnicos de acordo com o que está estabelecido na Lei N° 4.771, de 15 de setembro de 1965[60].

No entanto, na fala de muitos ilhéus entrevistados, é recorrente essa possibilidade da usina expulsar os ilhéus para plantar cana. Seu Ivanildo Luiz, que foi expulso da ilha em que vivia, fala do motivo, para ele, da usina expulsar os pescadores artesanais do estuário do Rio Sirinhaém.

> Eu quero pra mim, eu não sei o querer dela, mas pra mim, o que ela queria era plantar cana nas ilhas. Que ela viu aquelas ilhas grande. Com aquela pessoas que não trabalhava **(se referindo ao trabalho na cana)**,… só fazia pescar,… a gente tava por conta da gente … ela queria tirar o povo pra plantar era cana. (Idem) (**grifo do autor**)

Seu Ivanildo, além de acreditar que a usina queria as ilhas para plantar cana, pois, "*viu aquelas ilhas grandes*" e viu "*aquelas pessoas que não trabalhava*", se referindo ele ao corte da cana, porque os ilhéus vivendo do mangue, "*estava por conta da gente*". Encontramos aí uma combinação perfeita, na ótica da usina, de terra e gente para trabalhar para ela. Daí o fato de Seu Ivanildo acreditar que "*ela (a usina) queria tirar o povo pra plantar era cana*". Dona Maria de Marta narrando o dia em que chegou o pessoal da usina para destruir seu sítio, na ilha, afirma que destruíram tudo para "*aplantar cana*", como segue:

> Aí eles disseram assim: bom Maria, agora chegou a vez da sua saída. Você vai sair. Eu digo: rapaz é nada! Agora eu bem assituada … vamos entrar porque nós vamos precisar da terra … Ele disse: Maria, lamentação, vai acontecer uma coisa e eu tô triste. Eu disse: o que? Maria tu vai sair daí da ilha … Maria, agora é o seguinte, que vai fazer a destruição da tua ilha sou eu … sou eu quem vou fazer a destruição da tua ilha, eu sou trabalhador da usina, trabalho na máquina. Quem vai entrar é a máquina, pra destruir tudo. Que destruiu foi tudo destruiu, não ficou mais ninguém, foram aplantar cana. Derrubou as casa, derrubou as plantaçõezinhas que eles tinham tudinho, jogou tudo na beira do mangue (Idem).

---

59 Ver anexo II. Material retirado dos estudos do IBAMA para criação da Reserva Extravista. IBAMA, 2008.
60 Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L4771.htm

A fala do pessoal da usina, narrada por Maria de Marta, reforça o que diz Seu Ivanildo: a destruição dos sítios nas ilhas acontecerá "*porque nós vamos precisar da terra*". Fato que Dona Maria constata dizendo que "*destruiu foi tudo destruiu, não ficou mais ninguém, foram aplantar cana".* A destruição dos sítios, que é, sobretudo uma destruição do jeito de viver e de ser dos ilhéus, para plantar cana-de-açúcar ou contabilizar o manguezal enquanto reserva ambiental, ou seja, imprimir uma outra lógica de produção e de se relacionar com o manguezal, se confirma uma desterritorialização. Pois Maria de Marta, na própria fala dela diz que estava "*bem assituada*", bem territorializada, no seu território que era o estuário do Rio Sirinhaém.

3.3.4.2 - Poder de fiscalização dos ilhéus

Em relação ao fato da usina ter expulsado os ilhéus porque eles exerciam um poder de fiscalização, a usina Trapiche fala o contrário, que os ilhéus são quem destruíam o manguezal, e por isso teve que expulsá-los das ilhas, como podemos ver no relatório de Lynn na fala do Gerente da usina, o senhor Mario Jorge Seixas[61].

> Dizia que eles viviam da destruição do mangue, que cortavam a madeira não só para lenha para cozinhar senão também para produzir carvão. Falando da destruição que o povo causava ao mangue, Seixas ficava cada vez com mais raiva, explicando que a única maneira de proteger esse mangue **e melhorar as condições de vida desse povo era tirá-lo das ilhas.** (**Grifo nosso**)

O que chama a atenção, no relatório, é o comentário sobre a "*raiva*" que fala dos pescadores. Uma outra questão nos chama a atenção, que é o debate entre "preservacionismo" e "conservacionismo", ou seja, a usina Trapiche tem uma lógica de entender e conceber o meio ambiente, separando homem e natureza. Já os ilhéus, que nasceram e se criaram ali, o compreendem e concebem de uma outra forma. Essa forma de olhar o homem como inimigo da natureza, faz parte da ideologia preservacionista que tem como origem o modelo de criação de áreas naturais protegidas pensada e executada nos Estados Unidos da Américas, na metade do século XIX. Esse modelo se baseia no período de crescimento urbano-industrial e se tem a necessidade de ter espaços públicos de beleza natural. O modelo proposto no EUA, que não permite a presença de gente nas áreas protegidas, entra em choque com as populações dos

[61] Visita à Usina Trapiche, Lynn Schneider. Março, 2010

países dos trópicos por terem uma relação direta com o ambiente em que vivem: floresta, manguezais, caatingas, brejos, margens de rios, etc. (DIEGUES, 2008).

Como forma de legalizar as expulsões dos ilhéus, com o argumento de estarem destruindo o manguezal, a usina representou os pescadores, por crime ambiental ao CPRH (IBAMA, 2008)[62]. Ocorre que, em laudo da Companhia Pernambucana de Recursos Hídricos e Recursos Renovável, em relação a retirada de mangues por parte dos ilhéus, afirma que "*são incipientes, não representado grandes mudanças ao meio ambiente e dando condições de recuperação natural das áreas, pois a retirada é esporádica e não comercial"*, e completa dizendo que "*é de extrema importância para as áreas de Proteção Ambiental, a manutenção de seus moradores, que com orientação passariam a exercer o papel de monitoramento e fiscalização dos impactos no ambiente"* (IBAMA, 2008).

Podemos ver, nesse caso, que a CPRH tem uma postura de compreender a integração do meio ambiente com os povos que vivem nela e dela, sendo aqui, os pescadores e as pescadoras.

No entanto, no noticiário no sítio da CPRH, na internet, do dia 17 de maio de 2001, há matéria com o título, *Usina Trapiche degrada o meio ambiente.* Por esse crime ambiental a usina é multada em R$ 30 mil reais. Ainda no corpo da notícia, este valor estipulado corresponde a reincidência do crime, pois, segundo a CPRH, em 1998, mesmo período em que a usina denunciou os pescadores por destruição do manguezal, a usina foi autuada em R$ 5 mil, por causar poluição em um riacho afluente do Rio Sirinhaém (IBAMA. 2008). Essa matéria trás o que possivelmente seria um dos motivos para a retirada das pescadoras e dos pescadores das ilhas, que é o poder de fiscalização dos ilhéus.

Esse fato corrobora com o sentimento e observações feitas por alguns antigos moradores das ilhas, com Maria de Nazareth, uma das mulheres que ainda vivia na ilha Constantino em 2010 e seu João, bem com a professora Marinalva. Nazareth, se referindo ao início da safra da cana-de-açúcar pela usina, diz:

> Agora que a usina tá moendo, quando bater no inverno, ela começa soltar o vinhoto, aí vai acabando o que tem dentro do mangue, aí acaba com os caranguejos. A usina tem uma calda da vinhaça, passa meses la na comporta, na beira dos manguezais, ela fez o canal da vinhaça dela, passa mesmo na beira do mangue. Quando bate o inverno mesmo aí solta o vinhoto, sai todinho ... ela solta escondido, porque eu mesmo eu vi … quando ela solta o vinhoto aí acaba com os peixe, morre muito

[62] Estudos sócio-econômico dos ex-moradores e da comunidade pesqueira usuária das ilhas e do estuário do Rio Sirinhaém/PE. (Relatório final da pesquisa). Recife, maio de 2008.

peixe no mangue, aí acaba (Informação verbal)[63].

Além de afirmar ter visto peixes e caranguejos mortos em decorrência do vinhoto despejado no manguezal pela usina, Maria de Nazareth fala da prática da usina na forma de soltar o vinhoto. Segundo ela, a usina coloca o vinhoto em "*comporta*" que esta ligado em "*canal*" que "*passa mesmo na beira do mangue*" e que "*quando bate o inverno, ela começa a soltar o vinhoto*".

Foto 19: Canal construído para condução do vinhoto produzido pela usina Trapiche nas margens do manguezal. Além do canal podemos ver a pressão do plantio da cana-de-açúcar exercendo sobre esse ecossistema.
Fonte: Plácido Júnior (2009)

A usina solta o vinhoto no período de inverno, pois assim, esse efluente pode ser confundido com a água de chuva, que transborda os canais e conduz o vinhoto para o manguezal causando mortandade dos pescados. Ela completa dizendo que a intenção da usina é:

> […] fazer o mal no mangue, pra acabar tudo que tem no mangue. Ela quer que todo mundo saia pra destruir o mangue, pra poluir o mangue, pra ela acabar tudo que tem dentro do mangue. Quer que os moradores saia pra fazer isso, isso é o que ela quer mesmo ... Sem ninguém morar nas ilhas, ela vai fazer o que? Começa a fazer isso e pronto. Assim não cria nada dentro do mangue… A gente tem que abrir a boca e dizer que ela solta muito vinhoto no rio. (Idem)

Aqui, Nazareth é mais enfática, chega a dizer, a partir de sua vivência e os inúmeros conflitos que passou e passa com a usina, que a Trapiche quer "*fazer o mal no mangue*". No

[63] Marinalva do Nascimento Araújo. Entrevista realizada em dezembro de 2009.

entanto é interessante observar que o "*mal no mangue"*, é além de "*acabar tudo que tem no mangue*", entendendo aí a fauna e a flora, com também, a usina quer que os "*moradores saia*", pois, "*sem ninguém morar nas ilhas*", a usina pode fazer essa prática criminosa sem ter ninguém para exercer o papel de fiscalização. Ela aqui, mas uma vez, a coloca como parte daquele ecossistema, fato que a usina não entende. E conclui dizendo que "*tem que abrir a boca*", para denunciar quantas vezes for necessária, os crimes ambientais ocorridos no manguezal.

Seu Ivanildo diz que "*depois que veio essa companhia, esse homem, ai o negócio complicou mais, porque, logo só vivia esse negócio de vinhaça no rio, chega a água era preta*". Maria das Dores, uma das ilhéus que permanecem também na ilha Constantino, quando perguntada se a usina joga vinhoto no rio e no mangue, fala:

> Joga, joga bastante, vem vinhaça, vem vinhoto mesmo… mata os peixes todinho. É a usina que destrói mesmo. Todos os lugares daqui eles destrói mesmo. Todo ano que ele corta cana, joga o vinhoto, e quando vem com o veneno tudo que cai, cai dentro do rio. Aí mata os peixes (Idem).

Seu João também lembra como era a pescaria e como fica com o vinhoto jogado no manguezal.

> Agora a pescaria muito boa que vivia ali dentro, hoje a gente chega no rio pra pescar, bota uma armadilha no rio pra pescar, bota a rede, quando levanta? O que é bom nada de peixe. A vinhaça. Quando bate esse tempo a usina moi, acaba com o rio, o rio fica neutro. Não dá peixe, não dá nada, a gente pra pro rio, volta, volta de graça (Idem).

O sentimento de pertence e de parte integrante ao meio em que vive, expressado por Maria de Nazareth, é compartilhado por seu João. Na fala dele que responde com uma pergunta: "*se a gente vivia dentro do mangue, como é que a gente ia destruir a natureza?*" e completa afirmando que "*moradores das ilhas não destruíam as ilhas não. Quem destruía as ilhas era eles quem foi que destruiu".* O que seu João fala é do poder de fiscalização que eles têm do seu território.

Percebemos aí uma visão integradora entre sociedade e natureza, homem e meio, constituindo o território, pois, "*nenhuma sociedade está fora do espaço, toda a sociedade está territorializada, não tem sociedade sem território"* (PORTO-GONÇALVES, 2010)[64].

Esse processo de territorialização em um determinado lugar que vai construindo uma identidade a partir das práticas individuais e coletivas vão se constituindo em territórios e suas

[64] Entrevista realizada durante o III Congresso Nacional da CPT

identidades territoriais, desta forma o território tem que ser entendido pelo seu uso, como afirma Milton Santos:

> […] o território não é apenas o conjunto dos sistemas naturais e de sistemas de coisas superpostas. O território tem que ser entendido como território usado, não o .território em si. O território usado é o chão mais a identidade. A identidade é o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é o fundamento do trabalho, o lugar da resistência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida (SANTOS, 2002. p.10)

Essa relação integradora e não separada entre homem e meio, no qual nos ensina Nazareth e Seu João, e que está no laudo da CPRH, da necessidade dos pescadores estarem no mangue para exercer a fiscalização e a proteção daquele ecossistema, é também enfatizada pela professora Marinalva, pois, para ela:

> […] o próprio pescador ele é um cuidador do meio ambiente. Por que ele não vai destruir aquilo, ele tem essa consciência… uma lenha que ele cortava pra cozinhar o siri, uma lenha que ele cortava pra ajeitar uma casa, aquilo não causa dano ambiental… a gente ver que a preocupação do pescador, é também de cuidar daquilo que serve pra ele. (Idem)

Segundo os depoimentos e laudos da CPRH, houve o interesse da usina de retirar os moradores das ilhas para que os mesmos não sejam os fiscalizadores e protetores do estuário do Rio Sirinhaém. Seja nas multas aplicadas pela CPRH, seja pela fala das próprias pescadoras e pescadores e pela constatação, *In Loco*, dos canais margeando parte do manguezal e a fertirrigação, como mostramos na foto abaixo, sendo feita muito próxima da área de restinga do manguezal. Podemos ver também, através de uma gravação feita pelos pescadores, imagens de peixes mortos, segundo eles, decorrentes do vinhoto despejado nos rios.

Foto 20: Utilização de fertirrigação nas margens do manguezal, área que seria de restinga e que compõe o ecossistema manguezal. Além da fertirrigação, vemos plantio de cana nesta área.
Foto: Plácido Junior (2009).

Além desse fato, de evitar o poder de fiscalização dos ilhéus para que não denunciem a poluição no manguezal ocasionado pelo vinhoto, decorrente da usina Trapiche, os antigos moradores falam do interesse da usina em plantar cana, como vimos anteriormente.

Para os ilhéus, o principal motivo de a Usina ter expulsado os pescadores está relacionado ao fato do poder de fiscalização, ou seja, permanecendo nas ilhas, os pescadores poderiam presenciar o derramamento de vinhoto causado pela usina, fato que ocorre todos os anos, segundo os pescadores, e fazer a denúncias nos órgãos de fiscalização. Esse fato é corroborado pelo Frei Sinésio, que além do derramamento do vinhoto, assinala outros impactos sofridos pelo estuário do Rio Sirinhaém.

> É fácil constatar o plantio de cana entrando no mangue e nas margens dos rios, comprometendo a área de restinga que deveria ser área de proteção estuarina e habitat da fauna e da flora característica desse ecossistema... São aplicado muitos herbicidas, por exemplo, para combater as pragas e agrotóxicos para adubar a cana, esses elementos químicos escorrem para o estuário na época da chuva.(In. IBAMA, 2008)

O que ocorreu com a comunidade de pescadoras, que habitavam as 17 ilhas no estuário do Rio Sirinhaém, foi um processo de des-territorialização que implicou à maioria da comunidade, uma nova territorialização. Esse processo pode se tornar mais evidente na fala de Saquet, que diz que, *"as forças econômicas, políticas e culturais que condicionam o território e a territorialidade, geram a des-territorialidade e as novas territorialidades, nas quais estão intimamente articulados o Estado e o capital".* (SAQUET, 2005. p.13886)[65].

O processo de expulsão de cada uma das famílias das ilhas aconteceu de diversas formas. Uns não aguentando as ameaças da usina saíram sem receber seus direitos, outros tiveram que *"aceitar"* o acordo da usina, tendo que morar nas periferias da cidade de Sirinhaém, desterrados do seu território e causando grande impacto negativo na vida da comunidade. Os moradores e as moradoras que foram expulsos das ilhas passaram a viver na periferia de Sirinhaém nos bairros de Vila Casado, Santo Amaro do Alto, Santo Amaro de Baixo, Oiteiro do Carmo, Oiteiro do Livramento e no Loteamento Jardim. No entanto, duas mulheres, duas irmãs, Graça e Nazaré, permaneceram até o final de 2010 morando nas ilhas.

---

[65] SAQUET, 2005. Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina – 20 a 26 de março de 2005 – Universidade de São Paulo

3.4 A INSISTÊNCIA DE DUAS FAMÍLIAS: O CASO DE GRAÇA E NAZARETH

O processo de expulsão dos ilhéus do Estuário do Rio Sirinhaém ocorreu com o uso de violência e intimidação. Enquanto alguns saíram "negociando" com a usina Trapiche, outros saíram das ilhas sem direito a nada, mas ambos os processos se deram de forma violenta. No entanto, a expulsão não aconteceu por completo.

Maria das Dores conhecidas como Graça e Maria de Nazareth, duas irmãs e chefes de famílias, continuavam morando na ilhas Constantino, uma das 17 ilhas do estuário. As famílias das duas irmãs continuavam re-existindo às inúmeras investidas da usina Trapiche, das Polícias Militar e Civil, para tirá-las de lá. Essa "teimosia" e re-existência tem trazido consequências para elas e suas famílias.

Foto 21: Maria das Dores (Graça) e Maria de Nazareth na Ilha Constantino, uma das 17 Ilhas do estuário do Rio Sirinhaém. Esta foto foi tirada dois meses antes das duas serem expulsas da Ilha, em decorrência de uma ordem judicial.
Foto: Plácido Junior (2010).

Segundo o Dossiê sobre os conflitos nas ilhas de Sirinhaém envolvendo a usina Trapiche e os Ilhéus, produzido pela ONG Terra de Direito e pela Comissão Pastoral da Terra, foram inúmeras as investidas da Trapiche para tirar as duas famílias das ilhas. Entre outros relatos de violência, o dossiê fala da derrubada das casas de Nazareth e Graça em 2004. Em 2006, a Terra de Direitos passa a acompanhar o conflito, devido aos episódios de violência promovidos pela Usina e pela Polícia Militar e Civil, como a derrubada da casa de Maria das

Dores (Graça). Em entrevista, a pescadora comenta sobre como se deu o fato:

> Foi o usineiro. Obrigou tudinho a sair. Pra muito dizia que eles não tinha nada, dizia que isso aqui não era dele, era da usina, a tiraram. Só ficou eu e a outra porque a gente resistimos. Até filho eu perdi, más não desisti. Tava grávida de seis meses, aí eu perdi. Más, graças a Deus eu não desisti não, continuei lutando e continuo lutando até o fim se for preciso. (Idem)

Graça diz que foi o "*usineiro*" que "*obrigou tudinho a sair*", inclusive ela. Apesar da re-existência dela e da "*outra"* que Maria das Dores fala, se referindo à Nazareth, lembra-se da perda de um filho. "T*ava grávida de seis meses, aí perdi*", demonstrando a violência exercida pela usina com o apoio das polícias Militar e Civil, em que se referia o dossiê. No entanto, ela diz que "*graças a Deus eu não desisti não, continuei lutando e continuo lutando até o fim se for preciso*".

Esse fato foi denunciado pelas organizações acima citadas na forma de uma queixa-crime, originando o Inquérito policial de número 054/006. O dossiê fala em "vício no inquérito policial", se referindo a forma irregular exercida pelos policiais. [66]

Ainda segundo o dossiê, em junho de 2007 os policiais militares prenderam Graça e Nazareth em suas casas, "*sem mandados de prisão ou busca e apreensão, sem que houvessem sido surpreendidas em flagrante delito ou contra elas houvesse qualquer mandado de prisão*". Além das irregularidades das prisões, que teve como objetivo a intimidação das famílias, com o sentido das mesmas deixarem a ilha em que vivem. As mulheres "*tiveram que assinar documentos em branco (termos de compromisso, laudos periciais) para serem liberadas pela autoridade policial*", como destaca o relatório.

Mesmo com toda violência contra as únicas duas famílias, elas continuavam morando nas ilhas durante a realização desta pesquisa. Essa re-existência das duas famílias se entende pelo grau de envolvimento que elas têm e expressa pelo lugar em que vivem e que foi construída ao longo do tempo naquele estuário. A identidade com as ilhas, com o rio, com o mangue, com os peixes, com a criação de animais de pequeno porte, com os demais das ilhas, proporciona uma força, uma energia que alimenta a luta dessas mulheres, que pode ser observado na fala de Nazareth:

> Eu gosto daqui porque é um lugar bom de morar, é um lugar de barriga cheia, aqui tudo o que você precura tem, se precura um peixe, aqui tem, se precura um

[66] Dossiê, produzido pela Terra de Direitos e pela Comissão Pastoral da Terra, sobre os conflitos nas ilhas de Sirinhaém

> guaiamum você tem, um siri, qualquer tipo de peixe, a unha de véio, o sururu, o aratu, o peixe, a amoré, o caranguejo, o guaiamum, tudo aqui no mangue tem. Eu gosta daqui, porque aqui é muito bom de morar, aqui é lugar de barriga cheia. Gosto de pescar, gosto de plantar, eu gosto muito daqui mesmo … aqui é um lugar de barriga cheia … tem uma rede, bota a rede no rio, pega camorim, tem a sauna, a carapeba, vai no mangue pega a unha de véio, o marisco, o sururu. Aqui no mangue tudo tem … ninguém passa fome, aqui é ótimo. Daqui eu não saio … Quando chega a safra do caju, aí tem o caju a castanha … começo fazer a passa do caju e o doce do caju. É um lugar de barriga cheia, aqui … tudo o que você precura no mangue, no mangue tem, aqui não falta nada. Daqui eu não saio não, aqui é ótimo. Eu continuo fica aqui até o fim da minha vida, se Deus quiser (Idem).

É com muito orgulho que Nazareth fala da ilha em que morava e da fartura que o estuário oferece, sendo esse um território abrigo e um território de fartura. "*Eu gosto daqui porque é um lugar bom de morar, é um lugar de barriga cheia*". De tudo o que Nazareth precisa, segundo ela, nas ilhas têm, seja o pescado, seja a lavoura de subsistência. Ela afirma: "gosto d*e pescar, gosto de plantar, eu gosto muito daqui mesmo*". Além disso, tem a coleta de caju que na safra ela prepara a "*passa do caju e o doce do caju*", que é comercializado no próprio município. Essa identidade com o lugar alimenta a "teimosia" de Nazareth e de Maria das Dores, pois "*daqui eu não saio não, aqui é ótimo. Eu continuo, fica aqui até o fim da minha vida, se Deus quiser*". Ela completa demonstrando sua identidade e ligação íntima com o mangue, com o estuário, com o rio, dizendo que "*não consegue viver sem o mangue não*", pois para ela, "*o mangue é uma coisa de barriga cheia mesmo*", e é por isso, que segundo ela, "*daqui eu não saio*", se referindo a re-existência e permanência no manguezal, onde nasceu e se criou.

Atualmente as duas famílias, a de Maria das Dores e a de Maria de Nazareth, não se encontram mais nas Ilhas onde sempre viveram. O Superior Tribunal de Justiça deu ganho à usina Trapiche, em uma ação de reintegração de posse, pedido pela usina para tirar as famílias da ilha do Constantino[67].

Durante esta pesquisa tive a oportunidade de acompanhar as negociações, como pesquisador e Agente da Comissão Pastoral da Terra. Não poderia deixar de citar, como testemunho dessa injustiça, a meu ver, alguns momentos das audiências que houve e que acompanhei[68].

---

[67] Essa informação consta em uma matéria veiculada no sítio da Comissão Pastoral da Terra, NE 2, com o título, Comunidade tradicional pode ser totalmente expulsa das Ilhas de Sirinhaém. http://www.cptpe.org.br/modules.php?name=News&file=article&sid=2833&mode=&order=0&thold=0

[68] Para maior informação sobre este caso, consultar a CPT NE II. http://www.cptpe.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=2653:apos-25-anos-de-conflito-todos-sao-expulsos-das-ilhas-de-sirinhaem-a-solucao-para-as-familias-e-a-criacao-de-uma-resex-na-area&catid=2:noticia&Itemid=29

Na primeira audiência que houve no Fórum de Sirinhaém, em 28 de outubro de 2010, o Juíz da Vara única do município, Luíz Mario de Miranda, foi logo falando para Nazareth: "*só estamos aqui tentando uma negociação porque a Usina quer. Por mim executaria a ordem de reintegração de posse. Alias, ela já está pronta aqui*". A mensagem que o Juíz queria transmitir era que ou Maria de Nazareth aceitava o acordo ou teria que sair a força, com apoio da Polícia Miliar de Pernambuco. A Usina Trapiche propôs para Nazareth uma casa na periferia de Sirinhaém (Vila Casado ou no Oiteiro do Carmo) e Nazareth teria que sair de imediato da Ilha Constantino.

Apesar do representante da CPT, da CPP, das Irmãs Franciscanas e do Pároco local argumentar de que existe um processo de criação de uma Reserva Extrativista e que, neste processo estava previsto uma relocação das famílias que moravam nas Ilhas e que não seria necessário expulsarem Nazareth, o Juiz foi irredutível: "*ou aceita o acordo ou tenho que executar a liminar de reintegração de posse*".

Nazareth resistiu. O poder da Usina e do Judiciário não mexeu em sua dignidade de ilhéu, de pescadora artesanal. Juiz e Usina irredutíveis na ânsia de expulsá-la, Nazareth firme como mulher, como uma guerreira.

Apesar do litígio se dar em terras da União, terras do povo brasileiro, o desenrolar desta história não foi bom para Nazareth, tão pouco para a sua irmã. Apesar do mandato de reintegração de posse ter sido contra Nazareth, as duas foram expulsas. Maria da Dores (Graça) não teve sequer direito de defesa, nem sequer estava citada no processo. Hoje, elas vivem no distrito de Barra de Sirinhaém em uma casa alugada pela empresa a espera da construção das suas casas. A empresa prometeu construir duas casas, conjugadas, em decorrência da resistência de Nazareth em sair da Ilha que nasceu e se criou.

Foto 22: A casa de Maria das Dores destruída após sua expulsão da Ilha Constantino no final de 2010. Ao redor árvores frutíferas que compunha o sítio o sistema de morada nas Ilhas.
Fonte: Plácido Junior, 2010.

Foto 23: Maria de Nazareth segura três cajus enfrente da sua casa após sua expulsão no final de 2010. Observam-se as fruteiras e o manguezal no último plano da foto.
Fonte: Plácido Junior, 2010.

Com a expulsão de Nazareth e Graça (Fotos 13 e 14), as únicas pessoas que ainda estavam nas Ilhas, a Usina Trapiche concluiu a expulsão de todas as 53 famílias que viviam nas Ilhas do estuário do Rio Sirinhaém, em plena terra da União, em terras públicas.

Para as famílias expulsas das ilhas a realidade se mostra muito diferente dos tempos de "fartura", do "abrigo" e da "barriga cheia". Fora do manguezal, seu território de vida está incompleto, como veremos a seguir.

4 ONDE VIVE O POVO DAS ILHAS? : RE-TERRITORIALIZAÇÃO DOS ILHÉUS

"*Aqui nós somos amarradas,... Eu não achei bom morar aqui não*".
(Antônia Amara de Santana).

Como vimos anteriormente, a violência praticada pela usina Trapiche teve o objetivo de expulsar os moradores e moradoras das ilhas do estuário do Rio Sirinhaém. Esse processo de des-territorialização, como afirma Haesbaert, anda junto, é inseparado do processo de re-territorialização (HAESBAERT, 2007). Ele fala ainda que o processo de des-territorialização "i*mpossibilita os grupos injustiçados e/ou segregados exercerem o domínio e a apropriação do território*". (Idem. p.312). É o que aconteceu com os ilhéus e o que aconteceu com as diversas comunidades camponesas existentes na Zona da Mata pernambucana.

Em relação aos processos de des-territorialização e aglomerados de exclusão Haesbaert fala que está relacionado aos "*processos de (re) territorialização*", ou seja, ao serem expulsos de suas terras/territórios os grupos sociais procuram um "novo" espaço para se "assituarem", ficarem em um sítio, um lugar. A nosso ver, o que acontece é uma territorialização precária, imposta, controlada, visto que, as usinas de cana-de-açúcar controlam grande parte do território da Zona da Mata de Pernambuco. Em visita aos locais de novas moradias dos Ilhéus que foram expulsos pela Usina Trapiche, nos trabalhos de campo realizado durante esta pesquisa, foi possível perceber essa territorialização precária, imposta e controlada. Bairros com nenhuma infra-estrutura de saneamento, água potável, calçamento, segurança.

Ao serem des-territorializados, a maioria dos grupos de pescadores que foram expulsos das ilhas passou a viver na periferia de Sirinhaém, nos bairros de Vila Casado, Santo Amaro do Alto, Santo Amaro de Baixo, Oiteiro do Carmo, Oiteiro do Livramento e no Loteamento Jardim[69],conforme o gráfico abaixo. Apenas, as famílias de duas mulheres, Graça e Nazaré, permaneciam morando nas ilhas Constantino no final de 2010.

A título de facilitar a distribuição espacial das famílias na periferia da cidade[70], agrupamos as famílias expulsas em três núcleos, por proximidade, que são: Sirinhaém sede (Oiteiro do Carmo e Oiteiro do Livramento); Santo Amaro (de baixo e de cima) e o distrito de Barra de Sirinhaém (Loteamento Jardim e Vila Casado).

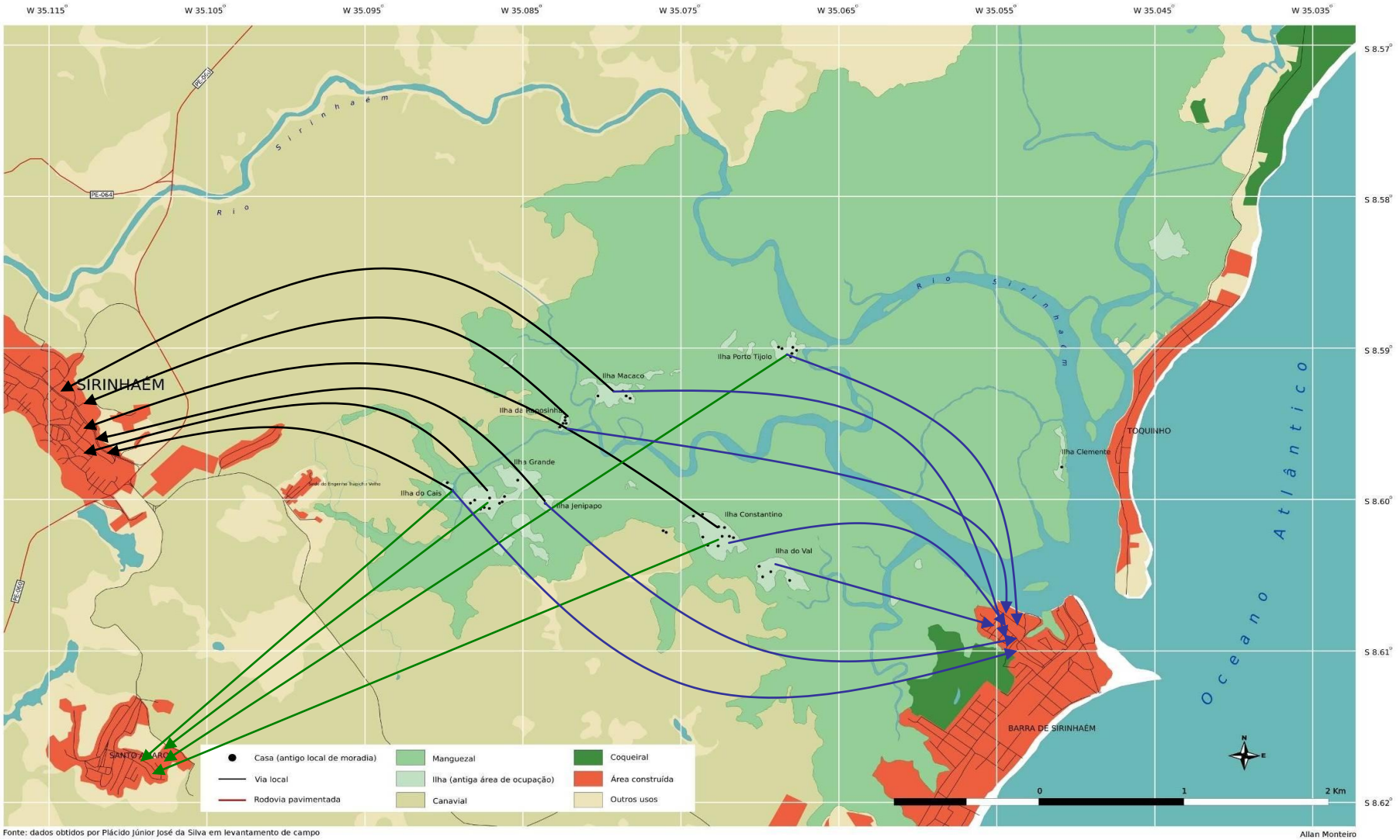
O mapa que segue nos mostra o deslocamento das famílias das ilhas para a periferia da cidade de Sirinhaém. Das 12 ilhas habitadas pelos ilhéus conseguimos georeferenciar 10 ilhas com os locais de moradia, como também, as casas de moradia atual dos ex-ilhéus.

---

[69] Cadastro Sócio-Econômico dos Ex-moradores das ilhas Estuarina do Rio Sirinhaém. Ibama, 2008

[70] Ver anexo III. Relação das famílias que moravam nas ilhas e moram na periferia da cidade de Sirinhaém.

Mapa 05: Representação do deslocamento das famílias dos antigos locais de moradia no estuário do rio Sirinhaém para a periferia da cidade de Sirinhaém



Elaboração: Allan Monteiro e Plácido Junior
Fonte: Plácido Junior

Os gráficos abaixo foram elaborados pelo autor, e tiveram como fonte: os questionários aplicados pelo IBAMA[71]; visitas aos locais de moradia atual; e entrevistas feitas, pelo autor, às famílias expulsas das ilhas em companhia de Antônio do Oiteiro[72] e de alguns ex-ilhéus. Em alguns casos, os ilhéus citaram mais de uma ilha que foram ocupadas por eles. No entanto, levamos em consideração a ilha em que os ilhéus viviam e apontaram como a principal.

O IBAMA, em seu trabalho de campo, aplicou questionário, com "*40 famílias de ex-moradores, proprietárias de residências no local"* (IBAMA, 2008. p.10), das ilhas do estuário do Rio Sirinhaém. Em trabalho de campo realizado pelo autor, foram identificadas 50 famílias de ex-moradores das ilhas. Deste total, 37 famílias foram visitadas e suas casas georeferenciadas, 02 famílias não foram localizadas, e duas ainda viviam na ilha do Constantino, que são as famílias de Maria das Dores e Maria de Nazareth.

Para elaboração dos gráficos 04, 05, 06, 07 e 08, foram utilizadas as informações correspondentes à identificação das famílias, excluindo as 02 famílias que não conseguimos identificar onde vivem hoje, e as duas famílias que ainda viviam na ilha do Constantino, totalizando um universo de 48 famílias, das 50 identificadas durante os trabalhos de campo realizado na área em questão. As divisões das famílias expulsas que moram atualmente no município de Sirinhaém, foram espacializadas da seguinte forma:

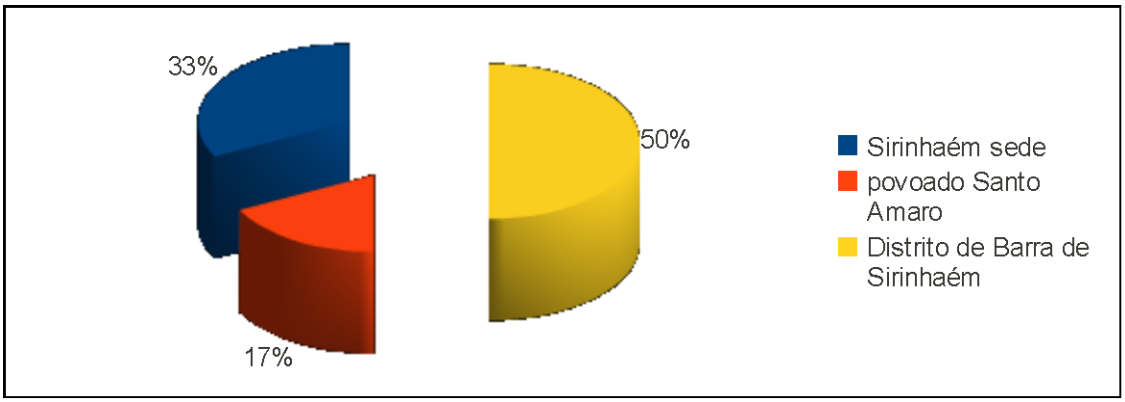


Gráfico 04: Localização em que vivem as famílias expulsas das Ilhas de Sirinhaém
Fonte: O Autor

[71] IBAMA, 2008. Questionário aplicado durante o estudo sócio-econômico.

[72] Antônio do Oiteiro, como é conhecido, contribuiu com a CPP – Conselho Pastoral dos Pescadores, na década de 1980, e ainda hoje acompanha as famílias expulsas e as duas que moram nas ilha do Constantino. Contribuiu também com a CPT – Comissão Pastoral da Terra, na assessoria as famílias das ilhas de Sirinhaém.

O gráfico acima demonstra que a maioria das famílias expulsas das ilhas moram hoje na Barra de Sirinhaém. Esse número representa 50% das famílias identificadas pelo autor, enquanto que 33% estão localizadas em Sirinhaém sede e 17% no povoado de Santo Amaro. O fato da maioria das famílias expulsas das ilhas pela Usina Trapiche morarem na Barra de Sirinhaém é porque o bairro se localiza mais próximo aos manguezais. Desta forma as famílias podem ter a possibilidade de continuarem com a atividade da pesca artesanal.

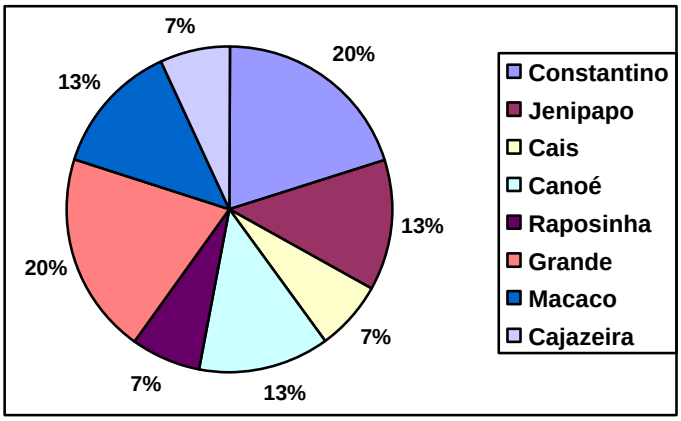


Gráfico 05: Famílias que vivem em Sirinhaém Sede, Sirinhaém, PE – Percentagem das Ilhas em que as famílias viviam antes.
Fone: O Autor

Quando observamos o gráfico acima que informa as ilhas em que as famílias viviam, antes de serem expulsas, percebemos que a maioria vivia nas Ilhas do Constantino e Ilha Grande, representando 20% do total das ilhas habitadas. Em segundo lugar, vêm às ilhas Canoé, Jenipapo e Macaco, representando 13% e as ilhas Raposinha, do Cais e Cajazeira, representando 7%. Observa-se que as famílias que vivem no município de Sirinhaém sede, são oriundas de oito (08) ilhas habitadas anteriormente.

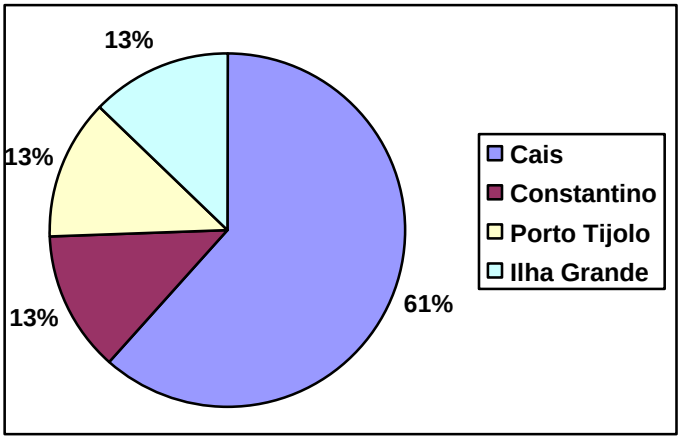


Gráfico 06: Famílias que vivem no povoado de distrito de Santo Amaro, Sirinhaém, PE – Percentagem das ilhas em que as famílias viviam antes.
Fonte: O Autor

Constatamos que a maioria das famílias, que foram identificadas e que moram atualmente no povoado de Santo Amaro, são oriundas da Ilha do Cais, representando 63%. Em seguida, e de forma igual, vem as ilhas do Constantino, Porto Tijolo e a Ilha Grande, representando 13%, cada uma. Ao total, são quatro (04) ilhas, de onde as famílias foram expulsas. Quanto a Barra de Sirinhaém as famílias dividem-se como mostra o gráfico 04.

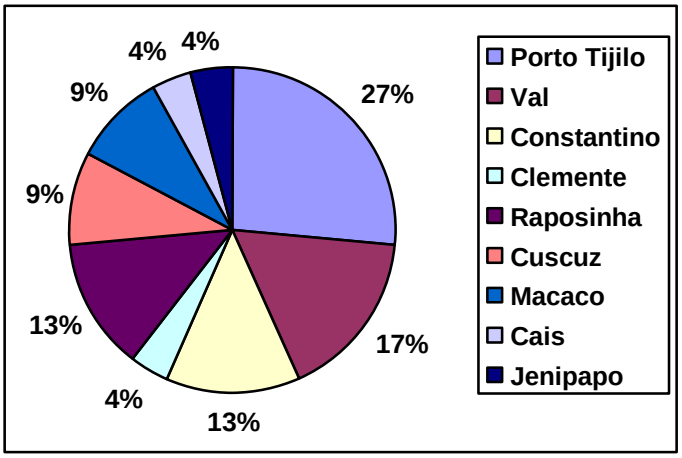


Gráfico 07: Famílias que vivem no distrito de Barra de Sirinhaém, Sirinhaém, PE – Percentagem das Ilhas em que as famílias viviam antes.
Fone: O Autor

As famílias, que vivem no Distrito de Barra de Sirinhaém, são oriundas de nove (09) ilhas, como demonstra o gráfico 07. A maioria das famílias viviam na ilha Porto de Tijolo, representando 26% das famílias identificadas e que viviam no Estuário do Rio Sirinhaém. Em segundo lugar, com 17%, vem a ilha do Val. Em terceiro lugar, são as ilhas Constantino e Raposinha, representando, cada uma 13% das famílias identificadas. Em seguida, vem as ilhas Cuscuz e a Macaco representando 9% cada uma e finalizando, representando 4%, cada uma, as ilhas Clemente, do Cais e Jenipapo.

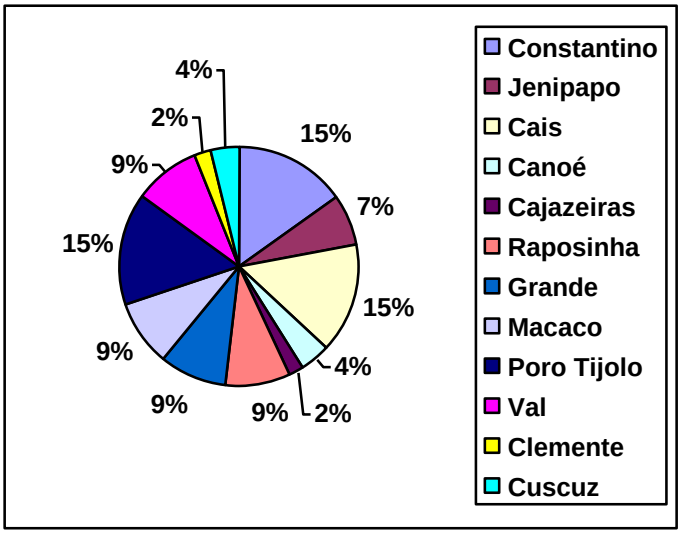


Gráfico 08: Gráfico das ilhas ocupadas pelas famílias antes da expulsão
Fonte: O Autor

Como demonstra o gráfico, as Ilhas mais ocupadas, em relação às famílias identificadas, eram as Ilhas do Cais, do Constantino e Porto Tijolo, com 15% do total de famílias em cada ilha. As ilhas Raposinha, Macaco, do Val e a ilha Grande, representaram 9%, cada uma, das ilhas ocupadas. A Ilha Jenipapo, representou 7%, do total. Já as Ilhas Cuscuz e Canoé representaram 4% cada uma. Finalizando, as Ilhas Clemente e Cajazeiras, representaram 2%, cada uma. Os moradores ocupavam como podemos ver no gráfico acima, doze (12) ilhas estuarinas.

Observando os gráficos (05, 06, 07 e 08) acima, é fácil perceber as famílias oriundas de quase todas as ilhas ocupadas. Podemos ver, por exemplo, que famílias que moravam na Ilha Constantino estão localizadas e foram identificadas em Sirinhaém sede (20%), no povoado de Santo Amaro (13%) e no distrito da Barra de Sirinhaém (13%). O mesmo pode-se observar com as famílias que viviam na ilha do Cais, e que estão localizadas na sede do município (7%), no povoado de Santo Amaro (63%) e no distrito de Barra de Sirinhaém (4%). Essas duas ilhas, segundo o gráfico 05, juntamente com a ilha Porto Tijolo, que tem presença de famílias em Santo Amaro e na Barra de Sirinhaém, eram as ilhas mais povoadas. As demais famílias que ocupavam as ilhas estão mais ou menos distribuídas da mesma forma que as famílias das ilhas acima mencionadas. Ou seja, não há famílias de uma única ilha em um lugar apenas, a não ser as ilhas em que identificamos uma ou duas famílias que viviam anteriormente, como é o caso das ilhas Canoé, Clemente, Cuscuz e de forma exclusiva a ilha do Val, com famílias identificadas que vivem atualmente no Distrito da Barra de Sirinhaém, local mais próximo do manguezal. Das 17 ilhas existentes no estuário, doze (12) eram

ocupadas por 53 famílias, que tinham uma vida peculiar naquele ambiente. As 51 famílias que foram expulsas estão “espacializadas”, intencionalmente ou não, nas periferias da cidade de Sirinhaém.

Ao que parece, e da forma em que as famílias se encontram distribuídas no território do município de Sirinhaém, houve uma preocupação em dispersar as famílias das ilhas que habitavam anteriormente. Em uma última análise, se não quisermos acreditar na intenção da dispersão, pelo menos não houve um preocupação em agrupar as famílias, na periferia da cidade, de acordo com o grau de aproximação em que elas exerciam nas ilhas em que moravam, anteriormente, visto que, eram famílias que estavam há décadas convivendo nas ilhas e que tinham práticas comunitárias e coletivas na atividades da pesca e na atividade da fabricação da farinha[73]. Com certeza, essa dispersão e o distanciamento do local da pesca, trouxeram impactos negativos nas pessoas dessas famílias. A forma de distribuição das casas, para os que fizeram acordo, ocorreu conforme a usina indicava. Portanto os ilhéus não tinham como escolher para onde queriam ir, pois era a usina que colocava os terrenos à disposição dos ilhéus.

4.1 IMPACTOS NEGATIVOS DO PROCESSO DE DES-TERRITORIALIZAÇÃO DAS FAMÍLIAS.

Para entendermos melhor as transformações que ocorreram no modo de ser e de viver das famílias que foram expulsas das ilhas, utilizamos alguns dados do Estudo realizado pelo IBAMA, que deu subsídio para o processo de criação de uma Unidade de Conservação, da categoria de Reserva Extrativista[74] e procuramos buscar as explicações a partir das próprias famílias envolvidas no conflito. No primeiro momento foram observadas as mudanças na renda familiar, na atividade pesqueira, na relação de trabalho, na lavoura de subsistência e cultivo de árvores frutíferas[75]. Posteriormente procuramos confrontar as falas dos sujeitos envolvidos, além de observações feitas nos trabalhos de campo.

O gráfico 09, traz informações acerca da renda familiar no tempo em que as famílias ocupavam as ilhas. Como podemos perceber, a maioria das famílias tinham uma renda entre 1 e 2 salários mínimos, enquanto que a minoria ganhavam menos de um salário mínimo. Ao observamos o gráfico 10, que corresponde às famílias expulsas, que não vivem mais nas ilhas,

---

73 Ver segundo capítulo

74 IBAMA, 2008. Estudos sócio-econômico dos ex-moradores e da comunidade pesqueira usuária das ilhas e do estuário do Rio Sirinhaém.

75 Gráfico produzido pelo IBAMA. Ver ESTUDO SÓCIO-ECONÔMICO DOS EX-MORADORES E DA COMUNIDADE PESQUEIRA USUÁRIA DAS ILHAS E DO ESTUÁRIO DO RIO SIRINHAÉM/PE.

percebemos um aumento significativo das famílias que recebem menos de um salário mínimo e uma diminuição das famílias que tem um rendimento entre 2 e 3 salários mínimos, como também, uma redução, mesmo que pequena, dos que estão entre 1 e 2 salários. Essa diminuição compromete significativamente as vidas das pessoas.

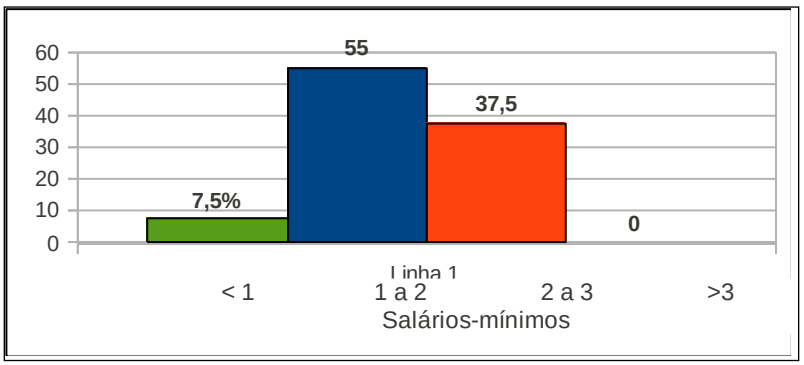


Gráfico 09: Renda Mensal das Famílias, quando ocupavam as Ilhas
Fonte: IBAMA

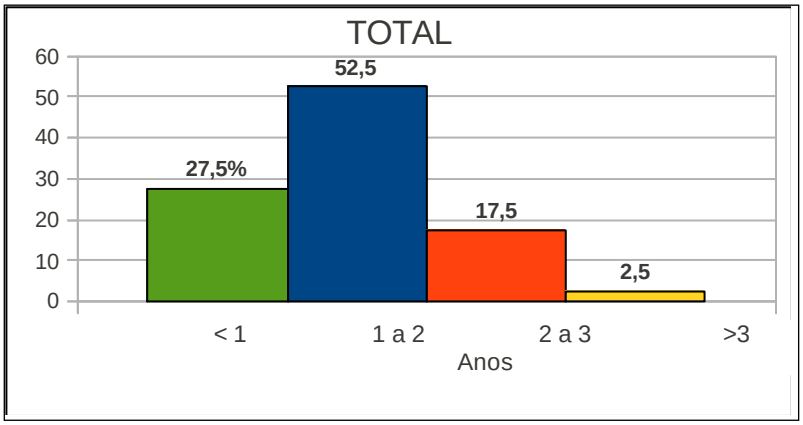


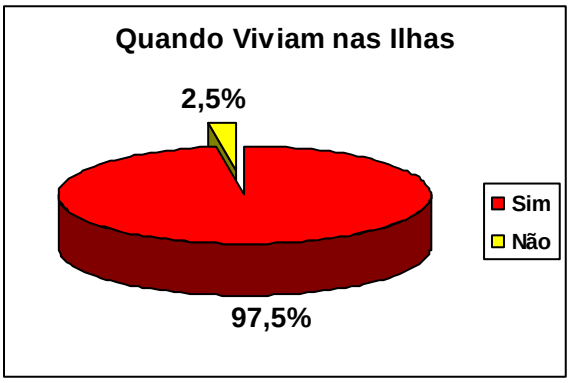
Gráfico 10: Renda das Famílias de Ex-moradores das Ilhas
Fonte: IBAMA

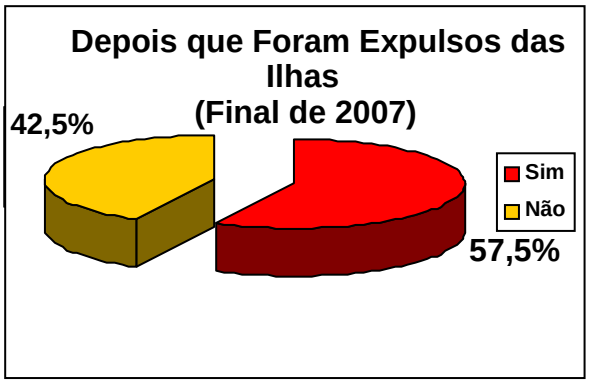
A diminuição da renda das famílias tem um efeito bem maior quando passam a viver nas periferias da cidade de Sirinhaém. Pois, sem renda em um local que se precisa ter dinheiro para comprar o que necessita torna a vida muito mais difícil, como nos fala de Seu Luiz, "*hoje tudo é em cima de salário mínimo e eu mais do que isso eu não tenho".*

Observando os gráficos 11 e 12 da atividade pesqueira, nos chama a atenção o fato da brusca redução da porcentagem do número de famílias envolvidas com a atividade pesqueira no estuário, quando comparado com o tempo em que as famílias viviam nas ilhas. Enquanto que, na época em que viviam nas ilhas, o índice de famílias que tinha atividade pesqueira no estuário era de 97,50%, conforme nos indica o gráfico acima. Após a expulsão esse número cai significativamente para 57, 50%. Quase que a metade das famílias deixaram de ter

atividades pesqueiras no estuário. Esse fato pode ter ocorrido pelo distanciamento da localidade do lugar de pesca, bem como pela intimidação por parte da usina, como nos fala o relatório do IBAMA.

> Apesar das dificuldades atuais enfrentadas pelos ex-moradores das ilhas para continuar a extrair os recursos naturais do estuário do rio Sirinhaém, como a redução no estoque de algumas espécies, as longas distâncias a percorrer até o estuário e as restrições impostas pela fiscalização da usina, a atividade pesqueira tem exercido um papel determinante na memória social dessas famílias.





Gráficos 11 e 12: Famílias de Ex-moradores das Ilhas, envolvidas com a Atividade Pesqueira no Estuário.
Fonte: IBAMA

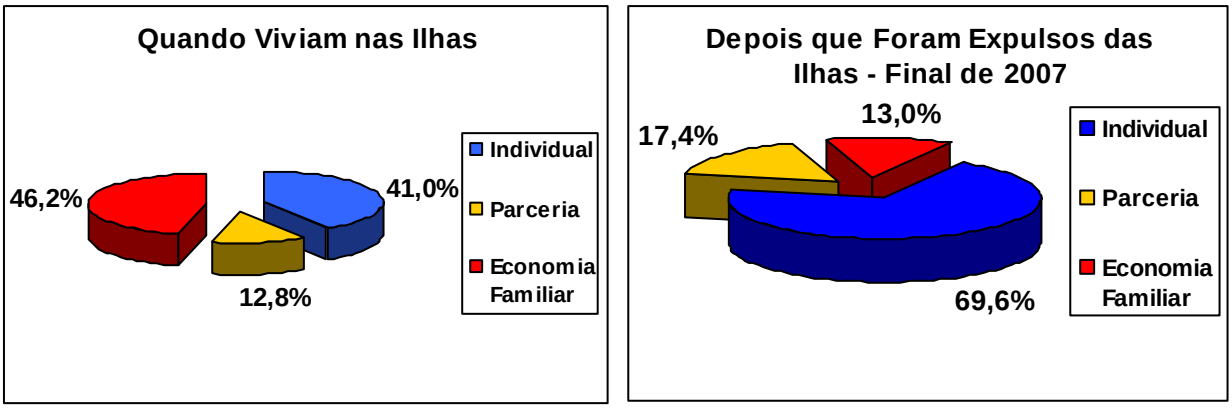
O próprio relatório do IBAMA reconhece que a distância do estuário e as fiscalizações por parte da usina, impedindo os ex-ilhéus em manter suas atividades pesqueiras no estuário, tem, inclusive, "*exercido um papel determinante na memória social dessas famílias*". Trataremos desse assunto mais adiante, na fala dos próprios ex-moradores das ilhas.

Foto 24: Distrito de Santo Amaro de Baixo, um dos lugares onde vivem alguns ex-ilhéus que foram expulsos pela Usina Trapiche do Estuário do Rio Sirinhaém, Sirinhaém – PE. Podemos ver as ruas sem calçamento e as casas ainda não concluídas, tendo apenas a parede da frente rebocada.
Foto: Plácido Junior (2010)

Além da distância dos manguezais os bairros em que os ex-moradores das ilhas vivem, neste caso aproximadamente seis (06) quilômetros dos locais onde se localizavam as Ilhas, se podem perceber a mudança na paisagem. O que antes, quando viviam no estuário podiam contemplar os mangues, os rios, a maré, as fruteiras, as plantações, hoje a paisagem predominante é o da cana-de-açúcar (ver as setas amarelas na foto acima), como demonstra a foto acima.

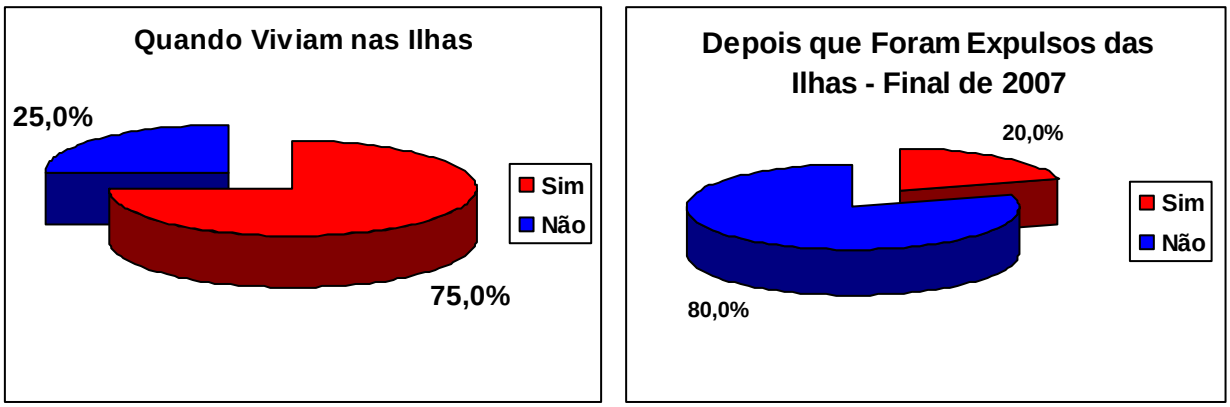
Quando observamos os gráficos 13 e 14, é possível perceber uma mudança na lógica da prática da atividade da pesca, ou seja, no trabalho da pescaria. Desta forma, o regime de trabalho é completamente alterado. Quando os pescadores e as pescadoras viviam nas ilhas, a atividade da pesca era exercida majoritariamente pelo regime de parceria e de economia familiar, representando 87,20%. Enquanto que no período da aplicação dos questionários pelo IBAMA, no final de 2007, esse percentual diminui para 20,40%. Esse fato trás prejuízo para a reprodução social das famílias de pescadoras e dos pescadores, uma vez, como vimos no capítulo 2, que o conhecimento, nessa atividade, é repassado de geração para geração. A respeito disso o relatório do IBAMA diz que:

> Se no período em que as ilhas eram ocupadas, era um hábito comum ver o pai, a mãe e os filhos mais velhos irem ao manguezal e ao rio para capturar o alimento da família, hoje apenas uma pessoa é responsável por essa tarefa (IBAMA, 2008).



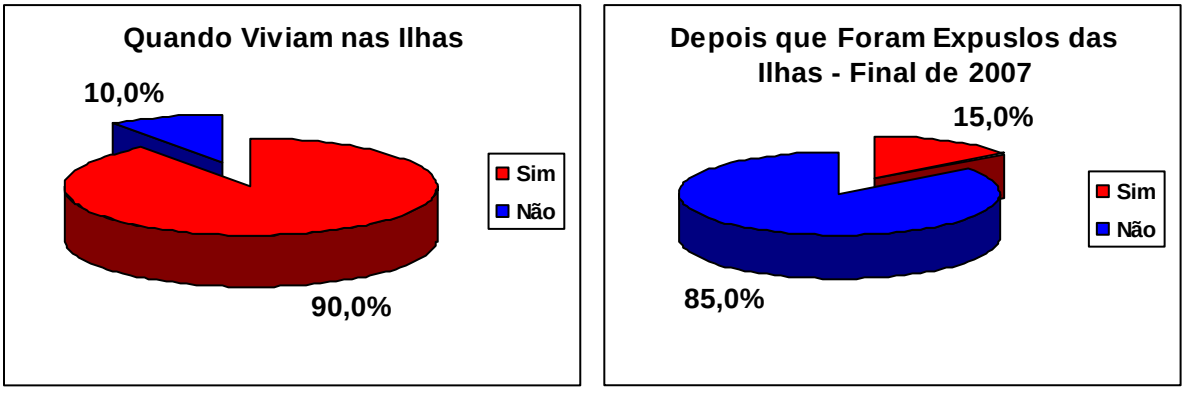
Gráficos 13 e 14: Relações de Trabalho das Famílias de Ex-moradores das Ilhas, envolvidas com Atividade Pesqueira no Estuário.
Fonte: IBAMA

Em relação à criação de animais por parte dos ex-moradores, os gráficos 15 e 16, demonstram que quando as famílias viviam nas ilhas, a grande maioria, que representa 75%, tinha uma prática de criar animais, corroborando com as falas dos ilhéus entrevistados, e que consta no capítulo 2 deste trabalho. No entanto, o percentual de 75% das famílias que tinham a prática de criarem animais, cai para 20%, menos de um terço, quando esses são expulsos das ilhas.

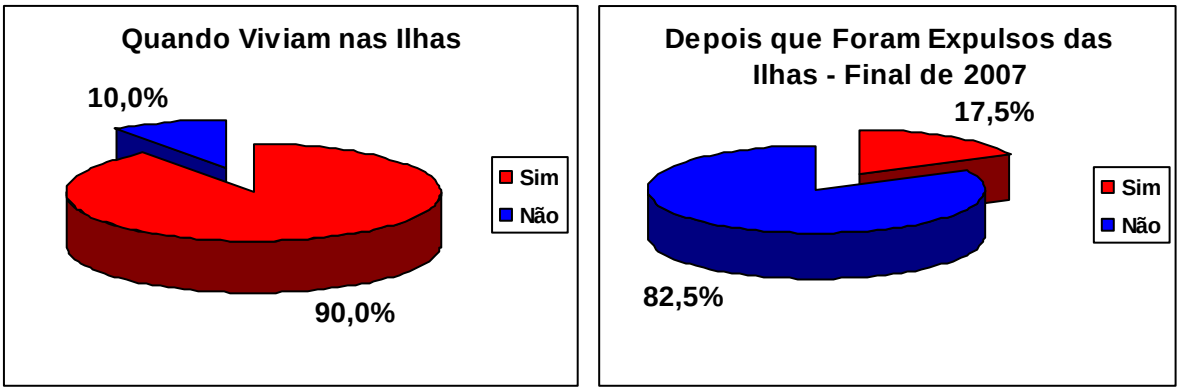


Gráficos 15 e 16: Famílias de Ex-moradores das Ilhas envolvidas com a Criação de Animais
Fonte: IBAMA

O mesmo, e de forma mais acentuada, ocorre com a agricultura de subsistência, como afirmam os gráficos 17 e 18, abaixo. De 90% das famílias que tinham a agricultura de subsistência como uma prática presente no seu cotidiano, esse número baixa para 15%, no final de 2007, quando as famílias entrevistadas pelo IBAMA, não residiam mais nas ilhas. A renda complementar, a partir da agricultura de subsistência, é também extremamente prejudicada, pois "*como praticamente nenhuma família adquiriu terreno suficiente para o plantio de uma lavoura, após a saída das ilhas, apenas 15% ainda possuem uma área de roçado*" (IBAMA, 2008. pg.60).



Gráficos 17 e 18: Famílias de Ex-moradores das Ilhas envolvidas com a Agricultura de Subsistência
Fonte: IBAMA



Gráficos 19 e 20: Famílias de Ex-moradores das Ilhas envolvidas com o Cultivo de Árvores Frutíferas
Fonte: IBAMA

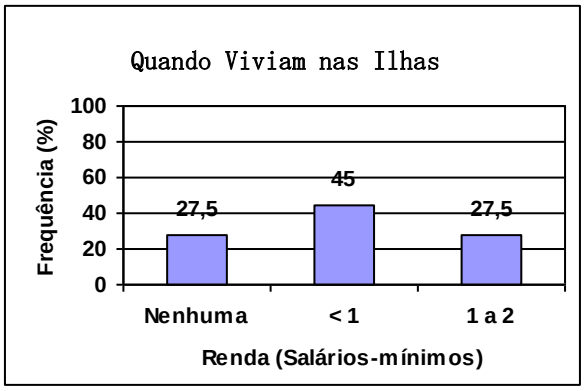
Quando observamos os gráficos 19 e 20 acima, percebemos que quando as famílias vivam nas ilhas, 90% tinham envolvimento com o cultivo de árvores frutíferas. Ao passo de quando elas são expulsas das ilhas, apenas 17,50% tem atualmente envolvimento com o cultivo de árvores frutíferas.

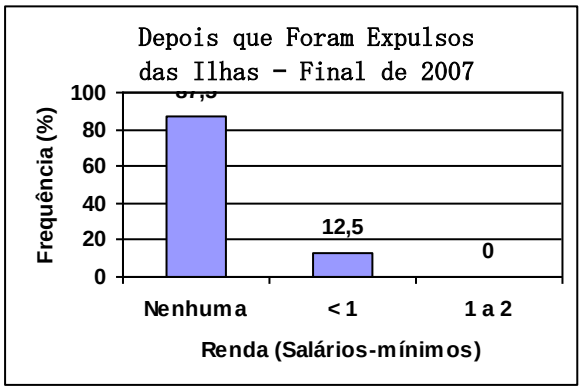
Para a professora da rede pública municipal de Sirinhaém e professora da rede Estadual de ensino, Marinalva do Nascimento Araújo:

> Eles não tiveram condições de se manterem na cidade, por que? Na cidade não tem pesca, na cidade não tem onde eles plantarem. Ele não tem o preparo pra trabalhar na indústria, nem o espaço profissional existe… o pescador, ele vivia lá com sua barriga cheia. Tinha a sua agricultura de subsistência (Idem).

O fato das famílias não terem mais acesso e nem poderem coletar as frutas que antes coletavam nas ilhas, representou uma diminuição da renda e o que é, mas grave, a falta de alimentos, visto que, grande parte do que os ilhéus produziam e coletavam era para o sustento das famílias. Na cidade, ou seja, na periferia de Sirinhaém, a fome passa a perseguir os ex-moradores das Ilhas do estuário do Rio Sirinhaém.

O impacto da diminuição, ou a perda, das atividades nas ilhas, como a criação de animais, a lavoura de subsistência e o cultivo de árvores frutíferas, após a expulsão das famílias, podem ser vistos na queda da renda mensal, por essas atividades, como nos mostram os gráficos abaixo.





Gráficos 21 e 22: Renda Mensal (em Salários-mínimos) obtida pelas Famílias de Ex-moradores das Ilhas, por meio de Atividades Complementares.
Fonte: IBAMA

Os gráficos 21 e 22 mostram que no tempo em que os ilhéus viviam nas ilhas, 45% das famílias conseguiam complementar sua renda mensal até um salário mínimo com as atividades mencionadas acima, enquanto que no final de 2007, estando as famílias fora das ilhas, apenas 12,5% consegue complementar sua renda mensal até um salário mínimo. Depois que saíram das ilhas, nenhuma família conseguiu, com as atividades citadas, completar sua renda familiar entre um e dois salários mínimos, ao passo que quando viviam nas ilhas, esse percentual era de 27,5%.

Além da perda do complemento da renda mensal dos ilhéus, depois que foram expulsos das ilhas pela usina Trapiche, as famílias sofreram mudanças no jeito de ser e de conceber o espaço em que vive atualmente, como conclui o estudo do IBAMA.

> A desocupação das ilhas estuarinas do rio Sirinhaém proporcionou à grande maioria das famílias entrevistadas a perda de uma fonte de alimentação segura, nutritiva e diversificada, e, ao mesmo tempo, uma alternativa para complemento da renda mensal, obtidas por intermédio da criação de animais, da agricultura de subsistência e da extração de frutas, além de interferir na própria cultura da comunidade que tinha na realização dessas atividades uma tradição de vida rural, transmitida por gerações, que foi desestruturada com a transferência "forçada" das famílias para a zona urbana (IBAMA, 2008).

A *"transferência 'forçada' das famílias para a zona urbana*", interferiu no modo de vida dessa comunidade, que tinha "*uma tradição de vida rural, transmitida por gerações*". As pescadoras e os pescadores artesanais têm um jeito próprio de ser, de vivenciar o espaço que habita, configurando assim como uma comunidade tradicional.

Foto 14: Vila Casado, distrito de Barra de Sirinhaém, Sirinhaém – PE, um dos locais de maior concentração de moradores das Ilhas que foram expulsos. Podemos ver as casas conjugadas sem nenhum espaço para plantar ou criar animais de pequeno porte como acontecia anteriormente. Vimos ainda a rua sem calçamento e os fios muito baixo com um suporte de madeira, causando sério perigo de curto circuito ou de alguém sofrer um acidente.
Foto: Plácido Junior (2010)

Nesses "novos" espaços as famílias expulsas das Ilhas foram "jogadas", como tantas outras da Zona da Mata pernambucana, nas periferias das cidades. Desta forma, não só Seu Ivanildo, mas toda a comunidade ficou "*suspensa*", des-territorializada. O processo de des-territorialização que sofreram os ex-ilhéus, é também um processo de empobrecimento imposto a comunidade. Haesbaert (2007) lembra que "*toda pobreza é exclusão social, é por consequência, exclusão territorial, e por tanto, desterritorialização*" (HAESBAERT, 2007. pg. 315) As mudanças que ocorreram com os ex-moradores das Ilhas do estuário do Rio Sirinhaém se pode verificar na própria fala deles e delas, como demonstramos a seguir.

4.2 AS MUDANÇAS NA VIDA DAS FAMÍLIAS: O QUE DIZ A USINA E O QUE FALA O POVO

Os elementos mencionados acima apontam uma mudança, para pior, nas vidas das famílias que foram expulsas das 17 ilhas no estuário do rio Sirinhaém, como a diminuição da renda familiar, da criação de animais e da extração de frutas, ocasionando uma menor oferta de alimentos para os antigos moradores das ilhas. Esse fato é corroborado pelas famílias expulsas que conseguimos entrevistar.

Na visita à Trapiche realizada por Lynn Schneider, ela conseguiu entrevistar funcionários da usina, um deles foi Mario Jorge Seixas, gerente que trabalha com assuntos ambientais. Em certa parte da entrevista, no que se trata de assuntos ambientais, mais uma vez trazemos aqui a fala de Seixas se referindo ao fato da usina ter expulsado os pescadores e as pescadoras das ilhas, diz o relatório de visita à usina que:

> Falando da destruição que o povo causava ao mangue, Seixas ficava cada vez com mais raiva, explicando que a única maneira de proteger esse mangue e melhorar as condições de vida desse povo era tirá-lo das ilhas. Ele explicou que quando a usina tirou as famílias das ilhas, botou elas em casas na rua, onde elas agora vivem em condições melhores com casa com energia e água, acesso a escolas, e emprego na usina (SCHNEIDER, 2010)

De fato é bastante destoante a fala da usina e o que mostra a pesquisa e as falas das pessoas que foram expulsas das ilhas, como vamos ver adiante. Além de ficar com "*raiva"* quando fala do povo das ilhas, Seixas diz que a única forma de "*melhorar as condições de vida*" das populações que viviam nas ilhas e "*proteger esse mangue*", era "*tirá-los*" de lá.

Em uma outra parte do relatório de visita feita à usina, por Schneider, desta vez falando com a pessoa responsável da fiscalização da área de preservação, vimos que é uma posição do conjunto da usina o sentimento da necessidade da retirada dos ilhéus para "proteger" o mangue e "melhorar" a vida das famílias.

> Sobre os ex-moradores das ilhas, ela falou da mesma maneira que Seixas, dizendo que viviam em condições subumanas e estavam destruindo o mangue, e por isso era melhor para o povo e para o mangue tirar todos os moradores de lá… Ela falou que as famílias têm uma vida muito melhor agora que moram na rua, e que ainda podem usar o rio e o mangue para suas atividades de pesca quando elas querem.

Os representantes da usina Trapiche, Seixas e a pessoa responsável pela fiscalização da área de preservação da usina, pelo menos, levantam três questões que não condizem com o que falam as famílias que foram expulsas das ilhas pela empresa.

Aprimeira é que a proteção ao mangue só era possível com a retirada das famílias das ilhas; A segunda é o fato de que a expulsão dos moradores e das moradoras das ilhas representou um melhoria na qualidade de vida das famílias. E a terceira é que as famílias mesmo morando na "rua" podem pescar no estuário. Analisemos em maior profundidade esses três pontos.

4.2.1 “A proteção ao mangue só era possível com a retirada das famílias das ilhas”: quem destruía mesmo?

Em relação à primeira questão, vimos aí uma visão, já ultrapassada, da concepção do preservacionismo, que vê os moradores como empecilho para a manutenção dos recursos naturais, separando sociedade e natureza, fato que entrou em conflito com os diversos povos. Posição esta, da usina, já contestada pelo CPRH, quando a empresa representou os pescadores, junto ao órgão, denunciando que os ilhéus estavam destruindo o manguezal.

O laudo da Companhia Pernambucana de Recursos Hídricos e Recursos Renováveis – CPRH, ao se referir à representação da usina contra os ilhéus, diz que: “*são incipientes, não representando grandes mudanças ao meio ambiente e dando condições de recuperação natural das áreas, pois a retirada é esporádica e não comercial*”, e completa dizendo que “*é de extrema importância para as áreas de Proteção Ambiental, a manutenção de seus moradores, que com orientação passariam a exercer o papel de monitoramento e fiscalização dos impactos no ambiente*” (Ibama, 2008).

Podemos ver, nesse caso, que a CPRH tem uma postura de compreender a integração do meio ambiente com os povos que vivem nela e dela, sendo aqui, os pescadores e as pescadoras.

Esse fato dos pescadores e moradores do estuário do Rio Sirinhaém contribuírem para o “*monitoramento e fiscalização dos impactos no ambiente*” é compartilhada, mais uma vez, pela professora da rede municipal de Sirinhaém e da rede estadual de ensino, Marinalva, que durante entrevista concedida, para a realização desta pesquisa falou que:

> O próprio pescador ele é um cuidador do meio ambiente. Por que ele não vai destruir aquilo, ele tem essa consciência… uma lenha que ele cortava pra cozinhar o siri, uma lenha que ele cortava pra ajeitar uma casa, aquilo não causa dano ambiental… a gente ver que a preocupação do pescador, é também de cuidar daquilo que serve pra ele (Idem).

Em relação ao fato das populações locais serem os guardiões e os que possibilitaram a permanência da grande parte de nossa biodiversidade, Diegues afirma que:

> Em países subdesenvolvidos, a conservação poderá ser mais bem alcançada com a real integração e participação das populações tradicionais que, como afirmado anteriormente, em grande parte foram responsáveis pela diversidade biológica que hoje se pretende resguardar (DIEGUES, 2008. p.187)

Fato esse confirmado pela experiência de vida e pela territorialidade exercida por seu João, que diz que "*os Moradores das ilhas não destruíam as ilhas não. Quem destruía as ilhas era eles quem foi que destruiu, mais os moradores nunca destruiu nada ali dentro não… Se a gente vivia dentro do mangue, como é que a gente ia destruir a natureza?"*.

Na outra ponta, o que vimos foram muitas denúncias contra a usina de destruição ambiental, por parte do derramamento do vinhoto nos manguezais. O seu João fala da diminuição do peixe por causa da vinhaça e compara como era antes.

> Agora a pescaria muito boa que vivia ali dentro, hoje a gente chega no rio pra pescar, bota uma armadilha no rio pra pescar, bota a rede, quando levanta? O que é bom, nada de peixe. A vinhaça. Quando bate esse tempo a usina mói, acaba com o rio, o rio fica neutro. Não dá peixe, não dá nada, a gente vai pro rio, volta, volta de graça (Idem)

O derrame de vinhaça ou vinhoto, como também é chamado, nos manguezais, ocasionando a mortandade de peixes e crustáceos, também é denunciada por Maria de Nazareth.

> Agora que a usina tá moendo, quando bater no inverno, ela começa soltar o vinhoto, aí vai acabando o que tem dentro do mangue, aí acaba com os caranguejos. A usina tem uma calda da vinhaça, passa meses lá na comporta, na beira dos manguezais, ela fez o canal da vinhaça dela, passa mesmo na beira do mangue. Quando bate o inverno mesmo aí solta o vinhoto, sai todinho ... ela solta escondido, porque eu mesmo eu vi … quando ela solta o vinhoto aí acaba com os peixe, morre muito peixe no mangue, aí acaba (Idem)

Maria das Graças, quando perguntada se usina Trapiche joga vinhoto no mangue, diz:

> Joga, joga bastante, vem vinhaça, vem vinhoto mesmo… mata os peixes todinho. É a usina que destrói mesmo. Todos os lugares daqui eles destrói mesmo. Todo ano que ele corta cana jogo o vinhoto, e quando vem com o veneno tudo que cai, cai dentro do rio. Aí mata os peixes (Idem)

Como podemos ver nos relatos das pessoas que viviam nas ilhas e no laudo da CPRH, que consta no estudo realizado pelo IBAMA, a usina é denunciada constantemente por ter práticas predatórias ao meio ambiente. São inúmeras denúncias contra a usina por derramamento de vinhoto no estuário do Rio Sirinhaém. E o fato da CPRH afirmar que os moradores das ilhas não causam dano aquele ecossistema e que, de fato, cumprem com papel de fiscalização, contradiz os argumentos dos representantes da usina Trapiche, quando afirmam da necessidade de retirar os moradores e as moradoras das ilhas para proteger o manguezal.

4.2.2 “A expulsão dos moradores e das moradoras das ilhas representou uma melhora na qualidade de vida das famílias”: será?

Um outro argumento da usina é que a expulsão das famílias das ilhas representou uma melhoria na qualidade de vida dos ex-ilhéus, visto que eles “*viviam em condições sub-humanas*”. Os próprios dados apresentados acima demonstram o contrário. O que vimos foi uma diminuição da renda mensal das famílias, a diminuição da atividade pesqueira no estuário por parte das famílias expulsas das ilhas, bem como a diminuição da base da economia familiar e da diminuição da renda complementar, a partir da criação de animais de pequeno porte e extração de frutas.

Sobre a situação atual, quando comparada com a época em que os moradores e as moradoras viviam nas ilhas, além dos dados citados, os próprios moradores fazem suas análises e apontam para uma nítida piora na qualidade de vida deles e delas.

Dona Antônia, se referindo à situação atual e comparando com a vida anteriormente nas ilhas, fala: “*Lá não era igual aqui, não né? Aqui nós somos amarrada. Lá eu armava ratoeira, eu botava covo, tinha meu viveiro de botar guaiamum, fazia minha farinha, pescava, era uma vida muito boa. Eu não achei bom morar aqui não*”.

E completa:

> Tive onze filhos e criei 6 dos outros. Vivia na minha ilha assim (faz sinalização de sossego, paz) tinha meus bichos tudinho,... Hoje em dia é que vivo neste estado, depois que vim pra qui até alejada eu tô, se você ver eu andar, tô andando na esmoleta. Vim pra qui adoeci até a data de hoje,… desde que saí da minha ilha eu tô desse jeito (Idem).

É interessante Dona Antônia falar que aqui, se referindo ao lugar que hoje vive em Sirinhaém sede, diz que os que saíram das ilhas são “*amarrados*”, presos, se contrapondo a ser livre, liberdade em que viviam nas ilhas, por isso diz que não achou bom morar fora das ilhas.

Ela comenta ainda que adoeceu depois que foi expulsa, até de “esmoleta” ela tem que se apoiar para andar. Recorda-se da criação que tinha nas ilhas, sobretudo, lembra da pescaria, dizendo que era “*uma vida muito boa*”.

Severino, que é um jovem, faz uma comparação de quando morava na ilha e os dias atuais.

> Eu me lembro tudinho das ilhas. Das ilhas lá era um divertimento. Aqui hoje é uma tristeza, aqui hoje é uma tristeza. Aqui hoje só tudo no dinheiro, … o dinheiro pra mim ele e o passageiro, a pescaria é o futuro, é o paraíso pra mim. Eu tô com fome agora, eu vou no mangue agora, ali, boto uma ratoeira ali, pego um guaiamum,

> como, com a minha família. Ali eu contribuo com a minha família. Querem fazer do pobre pior do que um cachorro (Idem).

Ele fala de um ambiente de "*tristeza*", uma vida de "*tristeza*", quando se refere o lugar que mora hoje. E fala em um ambiente de "*divertimento*", de alegria, de coisas boas, quando morava nas ilhas. Interessante é a relação que ele faz do "*passageiro*" e do "*futuro*", quando se refere ao "*dinheiro*", que tem que ter para comer, por exemplo, e da "*pesca*" que representa fartura, não só para ele, mas, para toda família. Severino fala de uma territorialidade pesqueira, que proporciona para toda família uma possibilidade de reprodução social, de lugar de fartura, de alegria, de conhecimento com o ambiente em que vive. Ele fala também de uma re-territorialidade precária, a nosso ver, imposta, e que muda as relações com o lugar e com os sujeitos deste lugar e com os de fora.

Para Dona Dijanete, que foi expulsa da ilha e que é mãe de Graça e Nazareth, além da saudade do lugar em que vivia e morava, ela sente o peso da questão econômica.

> A gente quando mora num canto e quando sai, a gente sente muita falta daquele lugar. Porque a pessoa que mora na rua, se for uma banana tem, uma macaxeira a pessoa tem que comprar, uma batata tem que comprar, a água tem que pagar… No sítio não, a pessoa tem sua água. Aqui a pessoa tem que compra o bojão do gás. No sítio, aquela lenha seca, do mangue (Idem).

A saudade que Dona Dijanete se refere está expressa na fala dela quando diz que sente a "*falta daquele lugar"*, se referindo a ilha onde vivia. O peso econômico, para ela, é que antes não precisava comprar tudo, pois o manguezal lhe oferecia boa parte do que ela precisava diferente do lugar que mora atualmente, que tem que comprar tudo. O fator "*dinheiro*" aparece outra vez, pois, "*se for uma banana tem, uma macaxeira a pessoa tem que comprar, uma batata tem que comprar, a água tem que pagar*". No entanto, "*no sítio não*", na ilha em que morava, não precisava comprar, pois a relação com o manguezal lhe proporcionava o que precisava para viver bem.

Como estamos vendo, o fato das famílias terem sido expulsas das ilhas, não melhorou em nada suas vidas. A professora Marinalva dá um testemunho do que vê e percebe, hoje, as famílias vivendo na "rua", se referindo a essa nova territorialidade imposta. "*Muitos das ilhas vieram pra cidade, muitos desmaiam de fome, vão pra escola pedir merenda, não tem condições de viver na área urbana, porque não foram acostumado a isso. Eles tem jeito pra pesca*", e completa:

> Muitas pessoas que receberam oferta da usina pra deixar as ilhas, deixar o espaço livre pra eles, eu não sei pra que, que a usina não tem necessidade de terra. Muito

> que receberam ofertas, eu tenho conhecimento que muitos ganharam até casas. Eles não tiveram condições de se manterem na cidade, por quê? Na cidade não tem pesca, na cidade não tem onde eles plantarem. Ele não tem o preparo pra trabalhar na indústria, nem o espaço profissional existe… o pescador, ele vivia lá com sua barriga cheia. Tinha a sua agricultura de subsistência (Idem).

Marinalva fala da "*fome*" que caminha com as famílias que foram expulsas das ilhas, tendo que "*pedir merenda*", na escola para comerem. Como vimos anteriormente, as ilhas eram um território de fartura, de liberdade. A "rua" é o território de fome, de vida "*amarrada*", presa ao dinheiro que eles e elas não o têm. Marinalva chega a um dos motivos principais dos problemas que atingem hoje os ex-ilhéus que é o fato deles e delas não poderem, ou ter dificuldade de exercerem suas atividades aprendidas ao longo do tempo no estuário do Rio Sirinhaém.

As famílias que habitavam as ilhas eram famílias de pescadores e pescadoras artesanais, tinham e têm conhecimentos sobre o estuário e a pesca, praticavam atividades de agricultura de subsistência, extraiam as frutas para consumo e para a venda. Esse novo território não garante a manutenção de seus costumes e não oferece alternativas às famílias. O espaço urbano não é o seu espaço de moradia, de trabalho ou de manutenção dos costumes herdados pelos pais. O seu espaço é o território pesqueiro, aquele com que eles e elas se identificam e que falam com tanto orgulho. Ao retirar os "moradores" dos antigos engenhos e colocá-los nas periferias das cidades as usinas começaram um processo que se estendeu aos manguezais, sendo agora mais radical. Os moradores dos engenhos continuaram sua principal atividade vivendo nas pontas de ruas – cortadores de cana. Os ilhéus fora do manguezal são como peixes fora d'água. As consequências deste tipo de des-territorializção são ainda mais nefastas do que a expulsão dos trabalhadores residentes nos engenhos.

Maria das Dores (Graça) e Maria de Nazareth, as únicas famílias que ainda, contrariando a vontade da usina Trapiche, permaneciam em uma das ilhas, a ilha Constantino, falam o que para elas significa sair das ilhas. Graça toma como exemplo os que saíram e a fartura que é a ilha em que vive. Graça é enfática, quando questionada sobre a possibilidade de serem expulsas das ilhas.

> Se sair daqui pra rua eu vou morrer de fome. Na rua não tem o que tem aqui. Lá tem que comprar, aqui não. A gente vai lá no mangue tem, a gente vai e come, trás pros nossos filhos, é fruta, macaxeira, quando não tem macaxeira tem caju, tem a banana, laranja cravo, laranja comum, a gente vai e trás e dá aos nossos filhos. E lá na rua a gente tem que comprar. A gente cria bicho, galinha, tudo a gente cria aqui dentro. E lá na rua a gente cria o que? Nada. Tem que morrer de fome (Idem).

Mais uma vez vimos aqui, como o nome "*fome*" aparece com muita força. Sair da ilha

significa fome, porque na "*rua*" as pessoas "*tem que comprar*", totalmente diferente de quando viviam nas ilhas, que tinha o que necessitavam para comer, pois "*quando não tem macaxeira tem caju, tem banana, laranja cravo, laranja comum*", ou seja, tem o que comer. Daí seja um dos motivos que lhe dá força para seguir lutando para permanecer na ilha que mora, o medo da fome. Graça dá um exemplo de uma família que foi expulsa das ilhas e que hoje vive na "*rua*".

> Abelardo mesmo é um que saiu, mais até hoje quando a mulher dele vem pescar ela diz, que tem dia que não tem nada… a vida tá ruim, passando fome, ela mesmo disse e confirma, por que aqui eles tinha tudo, aqui ele dava de fartura, tinha tanto que estragava, lá não, só na compra mesmo (Idem).

O sentimento de Graça é compartilhado com Nazareth. Ela que também re-existe na ilha do Constantino diz que:

> Se eu morasse na rua, eu ia passar fome, como muito morador que mora na rua. Aquele que mora na rua muito vive tudo com a barriga vazia, aquele que veve na rua não veve com a barriga cheia. Eles vai todo dia vem e vai, todos dias eles vão, pra arrumar o que comer dentro dos manguezais … tira o sustento do mangue, todos eles que saíram da ilha todo dia vem e vai. Melhor é tá dentro da ilha mesmo, porque dentro da ilha tá mais perto. Dentro da ilha tá na sua casinha, aí vai do mangue pra sua casa, do mangue para sua casa (Idem).

Vimos aqui, mais uma vez, a dicotomia, a diferença entre dois mundos, duas formas e jeito de viver, a de quem mora na "*rua*" e quem vive e vivia nas ilhas. Um mundo de in-segurança, de "*barriga vazia", "fome"* e uma vida de "*barriga cheia*", de liberdade. Os elementos trazidos e des-cobertos nesta pesquisa não traduzem os discursos dos representantes da usina Trapiche, que foram entrevistados por Schneider, quando dizem que os pescadores e as pescadoras que moravam nas ilhas, estão vivendo melhor hoje do que antes. No entanto, as falas são reveladoras de uma Região e um município, que é marcado pelo monocultivo da cana-de-açúcar, sendo essa a atividade econômica principal da Região.

No entanto, não é uma atividade que garante trabalho o ano todo, muito menos trabalho digno, e não absorve toda mão-de-obra da região. Aí, o estuário, o manguezal, o mar, se apresenta como um espaço de construção de novos laços de pertencimento, que não é o da cana, novas relações com o ambiente e com as pessoas, construindo assim um território pesqueiro. Daí, entender Nazareth quando diz que "*se eu morasse na rua, eu ia passar fome*", pois o manguezal, o estuário do rio Sirinhaém, as ilhas, é o seu lugar, seu território.

4.2.3 “As famílias mesmo morando na rua podem pescar no estuário”: como?

A situação dos ex-ilhéus se agrava, pois além de terem sidos expulsos das ilhas, são impedidos de manterem suas atividades no estuário do rio Sirinhaém, sobretudo, nas ilhas em que moravam.

O terceiro argumento, de que as famílias, mesmo morando na “rua” podem pescar no estuário, se desfaz pela própria usina. Ora, os próprios representantes da Trapiche dizem que a “*única maneira de proteger esse mangue era tirá-lo das ilha*”, pois segundo a usina, os pescadores e as pescadoras “*estavam destruindo o mangue, e por isso era melhor para o povo e para o mangue tirar todos os moradores de lá*”. Se a atividade da pesca artesanal dos moradores das ilhas estava destruindo o manguezal, como supõe a usina, porque ela, usina, deixaria os ex-ilhéus permanecerem praticando suas atividades no estuário? Os próprios pescadores e pescadoras, apesar de alguns continuarem pescando, falam da proibição da usina para eles e elas pescarem no estuário. Seu Ivanildo diz que quando “*o pessoa aqui ia pra beira do mufumbo pegar o guaiamum, ela pegava as ratoeiras, machucava a ratoeira, pegava o covo e quebrava*”[76]. Ele fala da ação da usina, quando se refere a “*ela pegava*”, na intimidação e na proibição, com destruição dos apetrechos de pesca, para que os pescadores não desenvolvam suas atividades.

Seu João também fala das intimidações e das ameaças, por parte da usina Trapiche, contra os pescadores e as pescadoras.

> Você não pode nem pescar agora lá dentro, não pode nem pescar, a mulher, quando chegou logo começou, uma rede no rio, botava a lancha por cima, da rede, rasgava a rede do povo. Tomava caranguejo, tomava saco de caranguejo do povo lá. E tudo o que o povo tinha, o guaiamum e tudo da pescaria. (Idem).

Ele fala inclusive da lancha que botava por cima da rede, no objetivo de “*rasgar a rede do povo*”, além de tomar o pescado, como “*caranguejo*” e “*guaiamum*”. No entanto, além das ameças, intimidações, quebra dos apetrechos e a apreensão ilegal do pescado, um outro fator que fez com que os pescadores e as pescadoras não desenvolvessem suas atividades de pesca foi a distância do manguezal. Dona Djanete que ainda pesca, fala dessa dificuldade de ir para o manguezal.

---

[76] Ratoeira e covo são dois apetrechos da pesca artesanal. A ratoeira em geral são feitos com latas de óleo com um tampa aberta, que se fecha quando o guaiamum entra na lata, na ratoeira. O covo é feito com cipó e é uma armadilha para pegar camarão e peixes. O camarão e / ou o peixe entre dentro do covo e não consegue sair.

> A minha casa era assim, e o mangue era assim, olhe. O mangue não tinha distância da casa não. A diferencia (hoje) é a distância né. Todo dia a pessoa vai de pés pra lá e voltar. Todo dia, todo dia. Indo daqui de pés, de pé. Sair daqui 4 horas da manhã, pra chegar lá pras 8 horas do dia. Antes era só se levantar, tomar café e trabalhar. Se for no carro pequeno é dois reais. Dois pra ir e dois pra vim. Se for no ônibus é um e vinte. A pessoa todo dia, onde é que vou parar? Quando vai pra lá passa aquelas cana. A pessoa não sabe quem é bom ou quem e ruim que tá ali. Tem vez que chego aqui sete horas, oito horas da noite. Eu e aquele Pai lá de cima (Idem).

Ela fala da distância, hoje, do manguezal, fato que anteriormente não existia, pois "*o mangue não tinha distância da casa não*". Tendo que sair de casa as "*4 horas da manhã*" e voltando as "*sete horas, oito horas da noite*", passando aí dezesseis horas entre a atividade da pesca, no manguezal, o percurso de ida e o percurso de volta, com certeza é um complicador para quem vivia próximo do manguezal, e também, uma mudança na relação de trabalho, para exercer a atividade da pesca.

Um outro fator que dona Djanete fala é que se não quiser andar a "*pés*", tem que pagar "*dois reais. Dois para ir e dois para vir*" quando é de "*carro pequeno*". Sendo de "*ônibus*", tem que pagar um real e vinte centavos. Desse jeito, ela teria que pagar por dia, de carro pequeno, quatro reais, e de ônibus, dois reais e quarenta centavos.

Mais uma vez fica claro que os argumentos da usina não se sustentam e há um verdadeiro distanciamento do que pensa e pratica a Trapiche, com o que pensa e praticam os pescadores e as pescadoras. Há aí, um claro conflito, tensões, entre duas territorialidades distintas.

Seu Luiz exemplifica muito bem, o que significou para ele, e podemos estender para os demais, que foram expulsos das ilhas do estuário do Rio Sirinhaém, pela usina Trapiche. Se voltando a fé ele diz que:

> […] gosto da pescaria. Minha jangada ainda hoje vevi lá dentro do mangue. Agora pra eu saí pra dá uma pescaria é uns dois quilômetros de viagem. Tem que levar um carro de mão, levar uma tarrafa, levar uma caceia, levar um samburá, levar linha de anzol, … tenho que viajar esse dois quilômetros, … chego lá, vou a viajada da pesca, depois que termino a minha viaje de pesca, que volto que chego no barco a oito horas da noite pra viajar pra qui pra onde eu moro, aí chego de meia noite, onze horas. Aí esse é o produto que eu não posso más existir nesta caminhada **(des-raizamento)**. Mas sempre gostando da pesca que fui acostumado, por aí. Mas Deus proverá... Deus é maior, quem tem Deus tem tudo, e Cristo Jesus para mim é a única esperança (Idem). (**Grifo nosso**)

Além de falar da distância que vive do manguezal, "*dois quilômetros*", que pra ele se torna uma "*viagem*", pois tem que levar tudo para a pescaria, coisa que não precisava antes, quando morava nas ilhas. O que nos chama a atenção, é que essa "*viajada da pesca*" na qual

seu Luís comenta, ocasionado pela expulsão das ilhas, fez com que ele não pudesse "*existir mais nessa caminhada"*, embora, "*sempre gostando de pesca*" que foi "*acostumado*".

O não "*existir mais nessa caminhada",* não poder mais pescar, não poder ir para o manguezal, não poder exercer sua territorialidade pesqueira, para um pescador artesanal, que foi "*acostumado*" na pesca, pois herdou essa arte com seus pais, é um processo de desterritorialização, de des-raizamento, imposto pelo território do capital, neste caso, o território sucroalcooleiro. O não poder "*existir"* é não estar vivo, é morrer. Ele faz uma associação da morte do seu território pesqueiro, com o seu não mais "existir". Sem o manguezal ele não vive, como não vive sem a arte da pesca. Seu Luís faz um depoimento forte, dizendo que está "morto" nesta nova territorialidade imposta. Quando não se fica "morto", fica "*alejada*" como Dona Antônia nos falou.

A "morte" do território pesqueiro, trouxe a "morte" e a "mutilação" para a comunidade que os constituíam. A própria Dona Antônia nos fala desse sentimento de morte, de não mais existir. "*Peço a Deus para me levar todos os dias! Quem me matou foi a usina quando me tirou das milhas ilhas*"[77]. A expulsão das famílias não é uma simples mudança de lugar de residência. É a desarticulação de seu território de vida e o progresso desmanche das suas condições culturais e materiais de existência.

[77] Entrevista realizada com Dona Antônia em 01 de novembro de 2010.

5 CONSIDERAÇÕES PARA O DEBATE

> [...] o território não é apenas o conjunto dos sistemas naturais e de sistemas de coisas superpostas. O território tem que ser entendido como território usado, não o território em si. O território usado é o chão mais a identidade. A identidade é o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é o fundamento do trabalho, o lugar da resistência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida. (SANTOS apud SILVA, 1990)

Como podemos verificar nesta pesquisa, o modelo desenvolvido na Zona da Mata de Pernambuco, baseado na concentração de terra e no monocultivo da cana-de-açúcar expropriou e explorou os trabalhadores e as trabalhadoras, bem como as comunidades desta região. Além disso, este modelo degradou o meio ambiente e as pessoas que viviam e vivem nele, diminuindo a mata original a menos de 3%.

O modelo do monocultivo da cana impôs sua territorialidade sobre outras territorialidades existentes ao longo do tempo, como as territorialidades dos povos indígenas que existiam nesta região; como a imposição aos povos negros trazidos para cá; e outras formas que se construíram às "margens" dos canaviais, como por exemplo, os pescadores e as pescadoras artesanais, expulsos das terras, e atualmente passam a ser expulsos do mar, dos manguezais, dos seus territórios da pesca artesanal. Esta tensão territorial ou os conflitos entre o modelo do monocultivo da cana e as comunidades camponesas estão espalhadas por toda Zona da Mata pernambucana. Esse é um elemento, a nosso ver e como sugestão, deve ser melhor estudado e compreendido pelas ciências sociais, e em particular pela ciência geográfica. Pois o "mar" de cana desta região não é um território homogêneo. Esta pesquisa trouxe um exemplo de tensão territorial entre o capital sucroalcooleiro, que neste caso se corporifica na usina Trapiche e uma comunidade de pescadores artesanais que viviam nas ilhas do estuário do Rio Sirinhaém, no município de mesmo nome. Outros exemplos devem ser estudados em suas especificidades.

O estuário, local em que ocorreram as tensões territoriais, era/é um território da pesca artesanal da comunidade que ali vivia com uma territorialidade pesqueira própria. Foi essa territorialização da pesca artesanal, a ocupação de forma tradicional nas 17 ilhas do estuário do rio Sirinhaém que possibilitou a comunidade construir sua identidade com o lugar, construindo assim seu território. Território que se construiu a partir e com os conhecimentos construídos tradicionalmente e socialmente com o ambiente em que eram exercidas suas práticas e a arte da pesca e da agricultura. As ilhas e o estuário a partir de uma territorialização específica se constituíram / foram constituídos em território de abrigo e de fartura que foi

confrontado com a territorialidade do capital, através da usina Trapiche.

A pesca artesanal deve ser compreendida com um modo de vida, uma forma de ser, um jeito específico de se apropriar dos espaços naturais. O conhecimento dos rios, dos tipos de peixes, das marés propícias para um determinado tipo de pescado, dos locais de pesca, revela um tipo de dominação (material) e de apropriação (simbólica) do território. O trabalho exercido pela família tem uma relação direta com o meio natural, fazendo com que este tipo de vida tenha certa dependência da natureza. Ou seja, a apropriação do meio ambiente é parte inseparável da pesca artesanal, por isso, é uma atividade integradora que não separa sociedade e natureza, fazendo deste espaço um território de uso comum.

Os conflitos existentes nas ilhas desde a década de 1980 se inserem no contexto de uma região onde, desde o processo de colonização, ocorrem conflitos pela posse da terra, pela defesa dos recursos naturais, por forma de dominação e apropriação dos lugares, decorrentes do modelo de produção da cana-de-açúcar que não consegue conviver com outras formas de territorialização que não seja a sua.

A lógica da usina que procura o tempo todo ordenar o território se confronta com a lógica da pesca artesanal. O pescador e a pescadora artesanal é quem decide por si próprio como, quando e com quem vai pescar. A pesca artesanal é uma atividade que dá independência aos pescadores e as pescadoras, que dá autonomia, que o faz se sentir livre, sem patrão, pois, controla com os seus conhecimentos as formas de produção[78]. Por isso que essa territorialidade pesqueira entra em conflito com a territorialidade do capital sucroalcooleiro.

O processo de des-territorialização das 53 famílias do estuário do rio Sirinhaém ocorreu por causa do interesse da usina Trapiche de se apropriar e dominar o estuário com o objetivo de submeter a comunidade e toda a região a sua lógica. O jeito de ser e de conceber o estuário e as ilhas, por parte das famílias que ali viviam, se confrontou com os interesses da Trapiche. A identidade que os ilhéus tinham e têm do lugar, a defesa do seu território e a proteção ao estuário entrou em choque com a usina que queria e quer ampliar o plantio de cana, aumentar a produção de açúcar e etanol. As formas de territorialidades existentes na região entraram em conflito, cujo resultado foi a des-territorialização dos ilhéus.

O processo de des-territorialização ocasionado a partir do conflito com a Trapiche,

---

[78] Conferência realizada no III Seminário da Pesca artesanal e Sustentabilidade Socioambiental: áreas protegidas e mudanças climáticas e IV Simpósio Pernambucano sobre Mulher e Relações de Gênero: a participação da mulher na pesca artesanal, que aconteceu na FUNDAJ, Recife, 31 de agosto a 3 de setembro de 2010.

impôs para essas pessoas uma nova territorialidade, uma territorialidade precária sob o domínio do capital. Essa re-territorialização ocasionou a perda do território dos ilhéus, ou seja, o domínio das ilhas e do estuário. Junto com a perda do território da pesca artesanal, houve uma mudança no regime da atividade pesqueira desenvolvida pelas famílias de pescadores e pescadoras. Essa mudança do regime da pesca trouxe um prejuízo para a construção da memória social da comunidade e para a construção coletiva dos conhecimentos da ocupação tradicional deste estuário e das ilhas, sem falar nas questões mais básicas de cidadania. Houve uma diminuição da renda e da oferta de alimentos para as famílias expulsas. A fome passou a persegui-las.

Como podemos verificar nesta pesquisa, o direito de ir e vir dos ilhéus foi cessado, foram assim proibidos de exercer sua territorialidade, de usar de forma comum os recursos naturais, de se apropriarem do espaço enquanto comunidade tradicional. Como nos lembra o professor Franklin Carvalho[79], o tradicional não se baseia apenas no tempo, mas na forma de ser.

Mesmo des-territorializados os ex-ilhéus continuam lutando para exercerem sua territorialidade da pesca artesanal, através da arte da pesca, de suas atividades e a manutenção dos laços com o seu território. Durante a pesquisa observou-se um esforço por parte dos ex-ilhéus entrevistados e das entidades de apoio à comunidade em garantir a volta da comunidade ao seu território, ao estuário e as ilhas. Para isso eles propuseram junto ao IBAMA a construção de uma RESEX – Reserva Extrativista.

Mesmo não sendo uma questão central desta pesquisa, cremos que vale a penas fazer uma pequena consideração sobre essa proposta de construção de uma RESEX como forma de garantir a territorialidade pesqueira da comunidade que foi des-territorializada.

Vimos neste trabalho que a visão de natureza sem sociedade é uma visão "ultrapassada", oriunda de realidades diversas e que não cabe aplicar neste caso cuja relação da sociedade e natureza é histórica. Desta forma a criação de um RESEX no estuário do Rio Sirinhaém garantirá o território pesqueiro usado e manejado pelos pescadores e pelas pescadoras, inclusive os que vivem no entorno das ilhas e do estuário.

O território garantido em forma de RESEX poderá garantir uma melhoria na renda das famílias, bem como, aumentar a oferta de alimentos, fato que diminuiu drasticamente depois de suas saídas das ilhas. As famílias poderão exercer suas atividades da pesca artesanal,

---

[79] Palestra proferida no Seminário sobre Território Pesqueiro, que aconteceu em Olinda – PE, no Convento das Irmãs Dorotéias, de 21 a 23 de outubro de 2010.

tradicionalmente construídas naquele ambiente, possibilitando a reprodução social das famílias. Como os ex-ilhéus são conhecedores profundos daquele ecossistema e conviviam de forma integrada, é quem melhor pode contribuir para sua conservação. Portanto, a volta das famílias em exercer o domínio e apropriação do seu território pesqueiro, fato desejado por todos e todas ex-ilhéus entrevistados, possibilitará sanar as fraturas ocorridas nas vidas das famílias em decorrência de suas expulsões das ilhas.

Embora a criação de uma RESEX esteja sendo levantada como uma estratégia de garantia de defesa dos territórios pesqueiros, essa proposta a nosso ver tem também seus limites. Como falamos anteriormente, a pesca artesanal é um modo de vida, um modo tradicional de ser a partir de sua cultura. Esse modo de ser, essa cultura se dá no território e de diversas formas, porque não falamos de um único pescador, mais de vários tipos de pesca artesanal. A RESEX garante a diversidade dos territórios pesqueiros? Uma outra questão é que o Estado não é obrigado a proteger o território pesqueiro, então a RESEX é construída se o Estado quiser.

Pensando de forma mais ampla há uma necessidade de afirmação do modo de vida da pesca artesanal com uma cultura própria, como um modo de vida, tal qual são os índios e os quilombolas, por exemplo. É preciso também influenciar na legislação para que a proteção dos territórios pesqueiros seja uma obrigação do Estado, sob controle e gestão das populações tradicionais. Por que o território é um estruturador da identidade pesqueira, ela não acontece fora do território, que no caso aqui se dá na terra, no mar, no manguezal, nos rios, nos lagos.

A perda do território da pesca artesanal por parte dos ilhéus, significou a morte do seu território, a morte de sua territorialidade, de não poder mais se "*assituar*", a morte do seu jeito de ser, de não poder mais "existir", a morte das relações simbólicas que eles e elas tinham com o ambiente, com o manguezal, deixando-os "*suspenso*", des-terrados e des-aguados. Para muitos a des-territorialização significou a sua própria "*morte*".

Esta pesquisa possibilitou que se avaliasse o poder de alguns conceitos, instrumentos de análises da geografia, como o de território e o de lugar. Possibilitou, também, fazer o exercício de analisarmos os fenômenos, neste caso, o processo de des-territorialização dos Ilhéus do estuário do Rio Sirinhaém, na amplitude das ciências sociais. Buscar apoio em outras disciplinas como a sociologia, antropologia, por exemplo, contribui e refina a análise geográfica, sobretudo, quando tratamos de analisar os fenômenos a partir dos sujeitos dos processos e não tratar os fenômenos ou os sujeitos como mero objeto de estudo.

Neste trabalho o conceito de território foi utilizado para ser analisado, entendido,

compreendido o processo de des-territorialização abordado nesta pesquisa. Foram analisadas nesta pesquisa as tensões territoriais entre uma comunidade de pescadores artesanais e a Usina Trapiche, no estuário do Rio Sirinhaém.

No entanto, Haesbaert (2007) lembra que para entendermos o processo de des-territorialização é preciso primeiro definir de que territórios estamos falando. Embora na literatura a definição de território seja dominante e muitas vezes controversa, transparece nas falas dos pescadores e pescadoras artesanais que a concepção de lugar ajuda a entender o modo de vida nas ilhas, ou seja, sua territorialidade. Pois os grupos sociais estão "*assituados*" em um determinado lugar, que com sua interação com o meio natural, cria relações, símbolos, sentimento de pertence, constrói saberes, constrói território. É o tipo do peixe, o tipo de maré, o jeito do vento, os locais de pesca, o mês do caranguejo gordo, o mês do caranguejo magro, o viveiro de peixe, os rios, tudo isso sendo elementos do lugar que compõe o território. Mesmo que os Ilhéus tenham se deslocados dos seus lugares, das suas Ilhas, des-territorializados/re-territorializados, parte de suas territorialidade não foi morta, continua viva e pulsando, na vida de seus moradores.

Esse processo de des-territorialização/re-territorialização dos moradores da Ilhas se resume na frase de Seu Ivanildo Luiz dos Santos, *"**Eu fiquei suspenso**"*.

REFERENCIAS

ALIMONDA, Héctor. **Ecología Política: natureza y utopia**. - 1ª ed. 1º Reimp. - Buenos Aires: Clasco, 2003.

ALMEIDA, Maria Geralda de. FRONTEIRAS, TERRITÓRIOS E TERRITORIALIDADES, apresentado na Mesa Redonda Território e Identidade do IV Simpósio Nacional sobre Espaço e Cultura, 27/10/2004, promovido pelo NEPEC-UERJ.

ARAÚJO, Frederico Guilherme Bandeira de; HAESBAERT, Rogério. **Identidade e territórios: questões e olhares contemporâneos**. Organizadores: Frederico Guilherme Bandeira de ARAÚJO e Rogério Haesbaert; autores: Amélia Cristina Alves Bezerra... [et al.]. - Rio de Janeiro: Access, 2007. 136 p.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. Projeto NBR 10520 - Informação e documentação - Citações em documentos. ABNT. Rio de Janeiro, 2002.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS Projeto NBR 15285 - Estrutura do Projeto de Pesquisa. ABNT. Rio de Janeiro, 2006.

CONCEIÇÃO, Alexandrina Luiz. **A insustentabilidade do desenvolvimento sustentável**.

EISFORIA, Florianópolis, v.2, n.2, p. 79 – 154, jul/dez. 2004.

ANDRADE, Manuel Correia de. **Geopolítica do Brasil**. Campinas, SP: Papirus, 2001.

_____. **Economia pernambucana no século XVI**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2003. 134 p.

_____ . **A questão do território no Brasil**. - 2. ed. - São Paulo: Hucitec, 2004.

_____. **A terra e o homem no nordeste:** contribuição ao estudo da questão agrária Nordeste . 7ª ed. São Paulo: Cortez, 2005.

_____.**Atlas escolar, Pernambuco espaço geo - histórico e cultural** . João Pessoa: Ed. GRAFSET, 1999.

ANDRADE, Manuel Correia de. e ANDRADE, Sandra Maria Correia. **A cana-de-açúcar na região da mata pernambucana**. **- Reestruturação produtiva na área canavieira de Pernambuco nas décadas de 80 e 90: Impacto ambiental, sócio-Econômico e Político**. 2001.

ATLAS DA MATA ATLÂNTICA. Disponível em: < www.sosmatatlantica.org.br >Acesso em:10 maio 2009.

CARVALHO, Horácio Martins de. **O Campesinato no século XXI: possibilidades e**

condicionantes do desenvolvimento do campesinato no Brasil. - Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.
CASTRO, Josué de. **Geografia da fome**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001

CAMPOS, Zóia Vilar. **Doce amargo: produtores de açúcar no processo de mudança – Pernambuco (1874 – 1941).** Campos. - São Paulo: Annblume, 2001. 154p.

CIDADES. IBGE. Disponível em: < http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1. > Acesso em: 04 de outubro de 2010.

DABAT, Christine Rufino. **Moradores de engenho: relações de trabalho e condições de vida dos trabalhadores rurais na zona canavieira de Pernambuco segundo a literatura, a academia e os próprios atores sociais.** Recife: ed. Universidade da UFPE, 2007. 800p.

Diagnóstico socioeconômico da pesca artesanal no litoral de Pernambuco. Universidade Federal Rural de Pernambuco – UFRPE; Instituto Oceanário; Fundação Apolônio Salles (Fadurpe). Recife, 2010.

DIEGUES, Antônio Carlos Sant'Ana. **Pescadores, camponeses e trabalhadores do mar**. - São Paulo: Ática, 1983.

_____.**O mito moderno da natureza intocada**. - 6ª ed. Ampliada – São Paulo: Hucitec: Nupaub-USP/CEC, 2008.

_____.**Espaços e Recursos Naturais de Uso Comum** .São Paulo: Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas Brasileiras, USP, 2001.

DREW, David. **Processos interativos homem-meio ambiente. 3**. ed. -. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1994.

FERNANDES, Florestan. (Org) **Comunidade e sociedade: leitura sobre problemas conceituais, metodológicos e de aplicação**. São Paulo, SP. Companhia Editora Nacional, 1973. Cap. II, p. 140-143.

GALLINDO, Felipe. Pernambuco Revolucionário: lutas sociais em Pernambuco: (1535-1964). Olinda, PE: Livro Rápido, 2010. 115p.

GALEANO, Eduardo. **As veias abertas da América Latina**.- 25ª ed. - Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

GONÇALVES, Cláudio Ubiratan. **A organização dos piquizeiros na Chapada do Araripe. Revista Agriculturas: experiência em agroecologia é uma publicação da AS-PTA**. Rio de Janeiro, v. 23, nº 2, p. 21-23.

_____. **Vertentes Éticas e regência de outra ordem territorial.** Revista Terra Livre, publicação semestral da Associação dos Geógrafos Brasileiros. Presidente Prudente, SP, Ano 23, v. 2, nº. 29, Ago./Dez. 2007.

Gil, Antônio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. - 4 ed. - 8. reimpr. - São Paulo. Atlas, 2006.

HAESBAERT, Rogério. **Territórios alternativos**. 2. ed. - São Paulo: Contexto, 2006. 186p.

_____. **O mito da desterritorialização: do "fim dos territórios" à multiterritorialidade**. - 3ª ed. - Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007. 400p.

http://noticias.ambientebrasil.com.br/clipping/2004/11/16/16903-ibama-de-pernambuco apresenta-plano-de-acao-integrada-para-a-mata-atlantica.html.

HOLZER, Werther. **O conceito de lugar na geografia cultural-humanista: uma contribuição para a geografia contemporânea.** Geographia – Ano V – N.° 10 – 2003.

IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. Estudo Sócio-econômico dos ex-moradores e da comunidade pesqueira usuária das ilhas e do estuário do Rio Sirinhaém/PE. Recife, maio de 2008.

IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. GEREX I/PE. Processo: 02019.000307/2006-31. Assunto: 20724. Data: 27-03-2006.

IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. Laudo Biológico para Determinação da Área de Influência do Estuário do Rio Sirinhaém – PE. Recife, junho de 2008.

INCRA. II Plano Regional de Reforma Agrária de Pernambuco, 2004.

JATOBÁ, Lucivânio (Org.).**Estudos nordestinos de meio ambiente.** Recife: Massangana, 1986.

KAUTSKY, Karl. **A questão agrária.** - São Paulo: Nova Cultura, 1986. Cap. IV, p. 35-55.

MPA. Disponível em: http://www.mpa.gov.br. Acessado em: 12 de dezembro de 2010.

MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil: as luas sociais no campo e seu lugar no processo político**. - 5ª ed. Petrópolis, RJ. Editora Vozes, 1995.

Nosso Futuro Comum /Comissão Mundial do Meio Ambiente e Desenvolvimento. – 2ª Ed.– Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1991.

O DIAGNÓSTICO DA PESCA EXTRATIVA NO BRASIL. Disponível em:< http://www.mpa.gov.br/mpa/seap/html/diagnostico.htm> Acesso em: 04 de outubro de 2010

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino e MARQUES, Marta Inez Medeiros. **O campo no século XXI: território de vida, de luta e de construção da justiça social**. São Paulo: Editora Casa Amarela e Editora Paz e Terra, 2004.

PESCA ARTESANAL. Disponível em: < http://www.mpa.gov.br/#pesca/pesca-artesanal> Acessado em: 10 de outubro de 2010.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter . **Geografando nos varadouros do mundo: da**

territorialidade seringalista (o Seringal) à territorialidade seringueira (a Reserva Extrativista). Brasília, DF. Editora IBAMA, 2003. Parte IV, Cap. 18, p. 365-386.

_____.**Da geografia às geo-grafias: um mundo em busca de novas territorialidades. En publicacion: La Guerra Infinita: Hegemonía y terror mundial.** Ana Esther Ceceña y Emir Sader.CLACSO.2002.ISBN:950-9231-70-3. Disponível em: http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/cecena/porto.pdf Acesso em: 08 de agosto de 2010.

_____. **Os (des)caminhos do meio ambiente**. 14. ed. 1ª reimpressão. - São Paulo: Contrexto, 2008.

_____. A **globalização da natureza e a natureza da globalização**. - Rio de Janeio Civilização Brasileira, 2006.

RAMALHO, Cristiano Wellington Nobre. **"Ah, esse povo do mar!": um estudo sobre trabalho e pertencimento na pesca artesanal pernambucana**. São Paulo, Editora Polis; Campinas, Ceres, 2006.

SACHS, Ignacy. **Caminhos para o Desenvolvimento Sustentável.** Coleção Idéias Sustentáveis. Editora Garamond, Rio de Janeiro, 2000.

SAQUET, Marcos Aurélio. **Abordagens e concepções sobre território.** - 1ª ed. - São Paulo: Expressão Popular, 2007. 200 p.

_____.**Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. - 1ª ed. - São Paulo: Expressão Popular: UNESP. Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2009. 368 p.

SANTOS, Boaventura de Souza. **Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista** - Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
SCHNEIDER, Lynn**. Relatório de campo em visita à Usina Trapiche**. Março, 2010.

SILVA, Edson Hely. **O lugar do índio. Conflitos, esbulhos de terras e resistência indígena no século XIX: o caso de Escada - PE (1860-1880)**. Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em História da Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 1995.

SILVA JUNIOR, José Plácido. **Avanços e Perspectivas da Reforma Agrária na Zona da Mata de Pernambuco**. Trabalho de Conclusão de Curso de Extensão Universitária, como o tema: A Realidade Brasileira a Partir dos Grandes Pensadores Brasileiros, Turma Milton Santos. Universidade Federal de Juiz de Fora, MG, 2003.

VINHOTO. Disponível em: http://74.125.93.132/search?q=cache:CAy3anH1Zx0J:pt.wikipedia.org/wiki/Vinhoto+vinhoto+de+cana&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br Acesso em: 10/05/2009

UFRPE - Universidade Federal Rural de Pernambucano. Diagnóstico sócioambiental da pesca artesanal do litoral de Pernambucano. Disponível em: <http://www. ufrpe.br/noticia_ver.php?idConteudo=7368>. Acesso em: 28 de setembro de 2010.

WOLF, Eric R. **Sociedades Camponesas**. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976.

ANEXOS

Anexo I
Panfleto denunciando a destruição de lavouras e casas dos pescadores da ilha do Constantino pela usina Trapiche

Lavouras e casas são destruídas

Pescadores da Ilha do Constantino, em Sirinhaém, na Zona da Mata, responsabilizaram ontem, na Comissão Justiça e Paz da Arquidiocese de Olinda e Recife, empregados da Usina Trapiche pela destruição de suas casas e lavouras, na manhã da última quarta-feira. Os pescadores, que moram no local há mais de 30 anos, disseram que a violência praticada contra eles tem como objetivo afastá-los da ilha, cuja propriedade é reivindicada pela Trapiche.

Revoltados, os pescadores contaram que dois vigias da usina, armados de espingarda 12, e três policiais derrubaram três barracos e estragaram as plantações de macaxeira, maxixe, feijão, cará, melancia, coco e jerimum. «Até corda para amarrar a gente e trator, para passar por cima, aquela gente da Trpiche levou", contou, revoltada, Maria de Lourdes Nascimento, 15 filhos, residente há 28 anos na Ilha.

As seis casas que restam em Constantino podem ser destruídas a qualquer hora, advertiu ela, "porque os empregados disseram que voltarão se a gente não for embora". Acompanhada de pescadores de ilhas próximas — Durval e do Macaco, — Maria de Lourdes relatou a violência sofrida e pediu ajuda à Justiça e Paz. "Não é justo eles revirarem tudo daquele jeito. As ilhas são da Marinha. A Usina Trapiche não tem esse direito", desabafou.

USINA

Enquanto um grupo de pescadores procurou à Arquidiocese, outro se dirigiu ao escritório da Trapiche, no bairro da Várzea. Ali, eles foram recebidos pelo advogado Aldo Adauto, da família Brennand, proprietário da Usina. A Gustavo Montenegro, do Centro de Defesa dos Direitos Humanos da Diocese de Palmares, o advogado garantiu que os desmandos foram praticados sem ordem da Usina e prometeu tentar evitar novas ameaças.

Anexo II
Noticia no sítio da CPRH sobre degradação do meio ambiente causada pela Usina Trapiche.

» Notícias

maio / 2001

17/5/2001
Usina Trapiche degrada o meio ambiente
CPRH

A Companhia Pernambucana do Meio Ambiente (CPRH), multou em R$ 30 mil a usina Trapiche, localizada no município de Sirinhaém, responsável pelo derramamento de vinhoto em um riacho que deságua no rio Sirinhaém. De acordo com o engenheiro da CPRH, José Carlos Lucena, apesar de não ter provocado a morte de peixe no riacho, o vinhoto diminuiu consideravelmente a quantidade de oxigênio dissolvido no corpo hídrico, o que torna a sobrevivência dos peixes ainda mais difícil. No ano de 1998, a CPRH autuou em R$ 5 mil a usina, por causar poluição no mesmo riacho. "Como é uma reincidência, a multa aumenta de valor", explica o engenheiro.

Imprimir
Enviar para um amigo

Fale com a CPRH | Mapa do site | Imprensa | Créditos | Central de Serviços | Central de Downloads | Dados da CPRH

GOVERNO DE Pernambuco

CPRH - Agência Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos
Rua Santana, 367, Casa Forte, Recife/PE - Brasil, CEP 52060-460 - Telefone: (81) 3182.8800
E-mail: cprhace@cprh.pe.gov.br - URL: http://www.cprh.pe.gov.br/

Anexo III

CADASTRO DE LOCALIZAÇÃO DOS EX-MORADORES DAS ILHAS DO ESTUARINA DO RIO SIRINHAÉM

(Localização de quando moravam nas ilhas e localização atual)

N□	NOME	ONDE VIVIA	ONDE VIVE
1	Dijanete Cristina dos Santos	Constantino	Oiteiro do Livramento
2	Rosivaldo Serafim da Silva	Constantino	Oiteiro do Livramento
3	Francisco Teixeira de Moura	Constantino	
4	Severino Ramos Beto	Constantino	Santo Amaro
5	Abelardo Custódio dos Montes	Constantino	Oiteiro do Carmo
6	José Berto da Silva (Dudê)	Constantino	Vila Casado, rua João Ribeiro
7	Valdomiro Custódio dos Montes	Constantino	Vila Casado, rua Mangue Seco
8	Maria das Dores dos Santos (Graça)	Ilha Constantino	Ilha Constantino
9	Maria de Nazaré dos Santos	Ilha Constantino	Ilha Constantino
10	José Isídio de Araújo (Zezinho)	Jenipapo/Constantino	Ponta de Pedra (centro de Sirinhaém)
11	Maria das Graças	Constantino	Vila Casado
	Subtotal: 11		
12	Ozenir Antônio de Santana (Chicole)	Cais	Santo Antônio, rua dos Aposentados, Baixo
13	Hélio Ricardo da Silva	Cais	Vila Santo Amaro de Baixo
14	Durval Luis Santana	Cais	Vila Santo Amaro de Baixo
15	João Pedro Carmo (Mija)	Cais ou Grande	Santo Amaro
16	Luis José Santana	Cais ou Grande	Oiteiro do Carmo (caminho do cemitério)
17	Amara Maria da Conceição	Cais	Vila Casado, rua São Francisco de Assis
18	Macílio José da Silva	Cais	Santo Amaro - Centro
	Subtotal: 07		
19	Severino Gonçalo da Silva (Cavoeiro)	Porto Tijolo	Sítio Boa Esperança (Barra de Sirinhaém)
20	Amaro Ramos da Silva (Agripino)	Porto Tijolo	Vila Casado, travessa Ribeiro
21	Amaro José da Silva (Amaro João)	Porto Tijolo	Vila Casado, rua João Francisco
22	Antônio Maria da Conceição (Tonho)	Porto Tijolo	Vila Casado, rua São Francisco
23	Edimilson da Silva (filho de Agripino)	Porto Tijolo	Vila Casado

24	Edilton da Silva (Dui, filho de Agripino)	Porto Tijolo	Vila Casado
25	Nivaldo Antônio de Souza	Porto Tijolo	Santo Amaro de baixo
	Subtotal: 07		
26	Maria José Firmino Filha	Macaco	Oiteiro do Carmo
27	Josuel Luis da Silva (Sr Silva)	Macaco	Oiteiro do Carmo (Vila de Baixo próximo a PEGO)
28	Telmanita Luiza da Silva (filha de Cosma)	Macaco	Vila Casado
29	José Luiz da Silva	Macaco	Dom ..... de Noronha
30	Inaldo José do Nascimento (Nado)	Macaco	Vila Casado
	Subtotal: 05		
31	Edinaldo Pereira (Dudu)	Raposinha	Oiteiro do Carmo (Vila próximo a PEGO)
32	Maria José da Silva (Zeza)	Raposinha / Porto Tijolo	Vila Casado
33	Maria José da Silva	Raposinha	Vila Casado, travessa Alcindo Hentique
34	Genival Felismino dos Santos (Sebastião)	Raposinha	Vila Casado, rua São Francisco de Assis
35	Antônio Benedito dos Santos (Bico Fino)	Raposinha	Vila Casado
	Subtotal: 05		
36	Manuel Lucena da Silva	Val	Loteamento das Acácias (Barra de Sirinhaém)
37	José Abelardo Custódio (Nenê)	Val	Loteamento das Acácias (Barra de Sirinhaém)
38	Maria José Evangelista (Maria de Marta)	Val	Vila Casado, rua João Ribeiro
39	Ademilson Manuel da Silva	Val	Vila Casado
	Subtotal: 04		
40	Ivanildo Luis dos Anjos	Grande	Oiteiro do Carmo (caminho do cemitério)
41	Severina Manoel da Silva	Grande	Vila Nova COHAB, travessa água fria
42	Valdomiro Pereira Lins (Sr Vovó)	Grande	Vila Nova COHAB
43	Filha de Sr João	Ilha Grande	Santo Amaro - Centro
	Subtotal: 04		
44	Genésio Flor da Silva (Jegue)	Cuscuz	Vila Casado, travessa dos Coqueiros
	Subtotal: 01		
45	Messias Cícero dos Santos	Jenipapo	Oiteiro do Livramento
46	Maria de Jesus Tavares/Morava com Messias	Jenipapo	Vila Casado

	Subtotal: 02		
47	Pedro Gomes de Lima (Pedro Guarda)	Cajazeira	Eng. Trapiche Velho
	Subtotal: 01		
48	Josefa Maria da Silva	Clemente	Vila Casado, próximo a serraria
	Subtotal: 01		
49	Francisco Pereira da Silva	Canoé 2	Oiteiro do Carmo (Vila próximo a PEGO)
	Subtotal: 01		
50	Rosalina Maria da Conceição	Canoé	Oiteiro do Carmo (Vila próximo a PEGO)
	Subtotal: 01		
		Total: 13 ilhas ocupadas	